



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICA E DA TERRA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOÃO VICTOR SANCHES PATRÍCIO

AS MARGENS SÃO CENTROS: AS DIFERENTES EXPRESSÕES DE
CENTRALIDADE DO “FERVO” GAY NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro

2023

JOÃO VICTOR SANCHES PATRÍCIO

AS MARGENS SÃO CENTROS: AS DIFERENTES EXPRESSÕES DE CENTRALIDADE
DO “FERVO” GAY NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia do Departamento de
Geografia do Instituto de Geociências,
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito para a obtenção do título de mestre em
Geografia.

Orientador: William Ribeiro da Silva

Rio de Janeiro

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

S62m Sanches Patrício , João Victor
As margens são centros: as diferentes expressões de centralidade do fervero gay na Área Central do Rio de Janeiro / João Victor Sanches Patrício . -- Rio de Janeiro, 2023.
139 f.

Orientador: William Ribeiro da Silva .
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. Centralidades. 2. Homossexualidades. 3. Fragmentação urbana . I. Ribeiro da Silva , William , orient. II. Título.

JOÃO VICTOR SANCHES PATRÍCIO

AS MARGENS SÃO CENTROS: AS DIFERENTES EXPRESSÕES DE CENTRALIDADE
DO “FERVO” GAY NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia do Departamento de
Geografia do Instituto de Geociências,
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito para a obtenção do título de mestre em
Geografia.

Orientador: William Ribeiro da Silva

Aprovada em: 11/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Drº William Ribeiro da Silva (orientador)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Drº Marcos Paulo Ferreira Góis

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Drº Joseli Maria Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Dedico esse trabalho a minha avó. (*in
memorian*)

AGRADECIMENTOS

Salve Seu Tranca Rua do Cruzeiro das Almas! Epà Babà Oxalá! Salve a Falange de Exú!

Agradeço ao meu psiquiatra e psicólogo, sem a ajuda profissional deles não teria conseguido superar a depressão que quase me custou a vida e sonhos.

A minha mãe, meu porto seguro e inspiração! Serei imensamente grato por todo empenho, dedicação e abnegação desses anos. Me orgulha muito saber que parte da garra que adquiri para encarar as adversidades da vida vem de seu exemplo de mulher, cidadã e mãe. Amo você de todo o meu coração.

Agradeço ao meu orientador William Ribeiro da Silva, que mesmo em meio ao estranhamento de orientar um tema que fugia de suas competências não hesitou em me oferecer ajuda e estímulo ao longo desse trajeto. Fico lisonjeado pela confiança.

Agradeço aos meus companheiros de grupo de pesquisa, Bruno Pereira, Eliane Melara, Gabriel Magalhães, Patrick dos Santos, Gabrielle Frade, Gabriel Alves, Sharo Lope, Helton e Pedro. Os papos de café e os feedbacks durante as reuniões foram fundamentais para que se construísse esse projeto. Obrigado por não me fazerem desistir diante do medo de que o ineditismo desse tema no departamento me despertava.

Agradeço aos meus amigos da vida (não citarei todos para não cometer omissão). Tenham certeza de que minha vida sem vocês seria menos preta de sentido. Obrigado por estarem nos bons e maus momentos e por dividirem comigo essa breve e intensa experiência que é a vida.

Agradeço aos funcionários do PPGG e da biblioteca Mauricio de Almeida Abreu, em especial a Mariana, Valéria e Bruno que me socorreram (nas muitas!!!) vezes que precisei. Grato pela paciência e carinho com que me respondiam e auxiliavam.

Agradeço aos professores do PPGG, Mônica, Ricardo, Núbia, Letícia, Marcos, Frédéric e Gislene se hoje sou um pesquisador/professor carrego um pouquinho de cada um no meu jeito de lecionar e investigar. O quão rica foram nossas conversas de corredor, puxões de orelha e conselhos sobre a vida, a carreira acadêmica e as escolhas profissionais. Vocês me inspiram!!!

Agradeço ao CAPES, pelo financiamento fruto de políticas públicas de incentivo a pesquisa e inovação no Brasil. Como filho da coisa pública e ciente da importância desse programa serei um eterno defensor da valorização da ciência nacional.

Agradeço aos participantes dessa pesquisa, em nenhum momento encarei vocês como experimentos sociais, mas como coirmãos, numa luta que nos faz avançar todo dia. Espero que tenha retratado a existência de vocês com esmero, respeito e dedicação e que se sintam visibilizados enquanto sujeitos nesse trabalho. Pela confiança depositada em acompanhar cada passo da vida de vocês, serei eternamente grato.

Por fim, agradeço a minha avó. O meu maior desejo era que estivesse fisicamente ao meu lado nesse momento. Quis o destino que o menino que você sonhava em ver formado, fosse além, e se tornasse mestre. Finalmente, conseguimos! Obrigado por me ensinar a amar.

**“Que a luta ainda não acabou pras gay
Que a nossa vitória vai ser o close, gay
E que se eu tô aqui hoje dando voz pras gay é
por ser gay” (Glória Groove)**

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar as diferentes expressões de centralidade da sociabilidade gay masculina na Área Central do Rio de Janeiro. O popularmente conhecido “fervo gay” é compreendido como uma série de práticas socioespaciais realizadas em espaços privados e/ou públicos que objetivam uma sociabilidade movida por interesses comuns partilhados por um grupo que resulta na constituição de diferentes expressões de centralidades marcada por indicadores sociais da diferença, tais como a filiação étnico-racial, classe social, local de moradia, pertencimento a nichos específicos da população gay e acessibilidade urbana. Desse modo, foi investigado quais seriam essas centralidades, os tipos de relações socioespaciais estabelecidos nela e como contribuem para o processo de fragmentação e segmentação do espaço urbano na metrópole do Rio de Janeiro no período de 2010 a 2021.

Palavras Chaves: Centralidades, Área Central, Fragmentação Urbana, Interseccionalidades.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the different expressions of centrality of gay male sociability in the Central Area of Rio de Janeiro. The popularly known "fervo gay" is understood as a series of socio-spatial practices performed in private and/or public spaces that aim a sociability driven by common interests shared by a group that results in the constitution of different expressions of centralities marked by social indicators of difference, such as ethnic-racial affiliation, social class, place of residence, belonging to specific niches of the gay population and urban accessibility. Thus, we investigated which would be these centralities contribute to the process of fragmentation and segmentation of urban space in the metropolis of Rio de Janeiro in the period from 2010 to 2021

Key-words: Centralities, Central Area, Urban Fragmentation, Intersectionalities

Lista de figuras

Figura 1 – Rondão no Cine Irís	76
Figura 2 – A decadência da Tiradentes	77
Figura 3 – A perseguição continua	78
Figura 4- O pânico moral na Galeria Alaska	83
Figura 5 – A noite dos leopardos	84
Figura 6 – Open bar como estratégia	113
Figura 7 – festa na Street Lapa	118
Figura 8 – A branquitude na The Week	119
Figura 9- O corpo como símbolo	122

Lista de abreviaturas e siglas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

GETE- Grupo de Estudos Territoriais

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transsexuais, Intersexo, Assexuais e outras possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero

RLGAA- Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UNESP- Universidade Estadual Paulista

UNIR- Universidade Federal de Rondônia

USP – Universidade de São Paulo

ZPC – Zona Periférica ao Centro

Glossário LGBTIA+

Queer – termo em inglês que significa “estranho”. Usado para se referir a pessoas que não se identificam com padrões impostos pela sociedade transitando entre gêneros e orientações sexuais;

Barbies – homens gays considerados padrão de beleza ocidental, geralmente, são brancos, malhados e com uma postura heteronormativa

Poc – termo usado para se referir a homens gays efeminados. Originalmente era um termo racista (person of color) mas que foi ressignificado pela população LGBTIA+; similar ao barulho do salto alto.

Daddy – termo para se referir a homens gays de meia idade ou idosos

Assexual: pessoas que não sentem desejo sexual

Panssexual: pessoas que sentem atração por outras pessoas independente do sexo, gênero e de como se apresentarem ao mundo.

Heteronormatividade: termo usado para apontar a norma socialmente imposta sobre gênero e orientação sexual.

Pink money: termo usado para se referir a comercialização de produtos e serviços a população LGBTIA+.

Não-binária: são pessoas que não se enquadram no padrão binário de gênero socialmente imposto.

Cafuçu: neologismo criado para se referir a homens de postura rude, de baixa renda e que moram nas periferias da cidade. São “heteros”, mas ficam com homens gays em troca de favores econômicos e vantagens.

Drag queen/Drag king: pessoas que se vestem com roupas exageradas e estilizadas tanto femininas e masculinas

Femme/Butch: As femmes são mulheres lésbicas consideradas mais femininas, já as butchs são consideradas mais masculinas.

Fast foda: sexo sem compromisso realizado em locais públicos e/ou privados.

SUMÁRIO

1.0- INTRODUÇÃO	16
2.0- GEOGRAFIA DE GÊNERO E SEXUALIDADES: UMA BREVE DISCUSSÃO	23
2.1 – Gênero e sexualidades: onde está a Geografia disso?	23
2.2- Geografia de gênero e sexualidades à brasileira: trajetórias e caminhos	32
3- SOCIABILIDADES E CENTRALIDADES: A CIDADE EM FRAGMENTO	40
3.1- Das teorias da localização a poli(multi)centralidade	40
3.2 – Sociabilidades: de Simmel aos espaços de consumo	50
4- DO LARGO DO ROCÍO A “GALERIA DO AMOR”: a área central como lócus da sociabilidade gay carioca	58
4.1 – “Precisamos tirar das ruas os pederastas, maconheiros e prostitutas”	59
4.2 - “Só tem bicha nessa cidade”	67
5- AS MARGENS SÃO CENTROS: as diferentes expressões do fervo gay na área central do Rio de Janeiro (2010 – 2021)	95
5.1 - As margens viram centro	95
5.2- Da “gay Regina George a bombada colocada”: uma proposta interseccional	98
5.3 – Onde está o fervo?	101
5.4 – Tempos pandêmicos	128
6– CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

1- INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa inserir no debate acerca da estruturação do espaço urbano das grandes cidades brasileiras o tema das vivências espaciais urbanas de homens gays.

A justificativa central para a elaboração dessa dissertação é uma lacuna existente nos grandes centros disseminadores do conhecimento, como a Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ) de pesquisas que analisem as questões envolvendo o gênero, as expressões de sexualidade e a Geografia e sua respectiva interação com os fenômenos e processos urbanos. O aparente “desinteresse” manifesto nesse e em outros departamentos consagrados está diretamente ligado a uma tentativa de manter o *status quo* da produção considerada “científica”, ignorando discussões e projetos considerados marginais para o saber geográfico. Em momentos de perseguição e ameaças a pesquisadores que estudam essa temática¹, torna-se necessário que a Geografia Brasileira discuta e visibilize esse tema, seja através da inserção nos currículos departamentais ou no apoio a pesquisas/projetos com essa proposta.

Outra justificativa para a realização dessa pesquisa, de cunho pessoal, foi a não identificação que eu, enquanto homem gay, vivenciei ao longo da minha graduação. A leitura de diversos autores, as discussões em sala de aula ou a participação em projetos de extensão tornava homogêneo e asséptica a relação sociedade-natureza. O espaço era sempre organizado, planejado e controlado pelo Homem universal: branco, ocidental, burguês e pretensamente heterossexual. Eram escassas as possibilidades de discutir e pensar uma Geografia feita por mulheres, grupos socialmente marginalizados e pela classe trabalhadora. Essa relativa homogeneidade na discussão espacial me motivou a analisar uma Geografia que as grandes monografias regionais e os autores clássicos ignoravam: a geografia dos invisíveis, das identidades desviantes e da dissidência coletiva.

Desse modo, a presente dissertação objetiva analisar no interior da Geografia Urbana e da Organização Interna das Cidades como um respectivo grupo social, homens gays jovens, produzem, se apropriam e organizam a cidade fugindo da lógica hostil, heteronormativa e racionalizada de produção do espaço urbano. Tomando a centralidade, enquanto conceito a pesquisa busca analisar como diferentes expressões de centralidade são produzidas quando um mesmo grupo, por motivações diversas, perfaz e se apropria de diferentes formas de lazer e

¹ Em especial faço menção ao doutorando Diego Miranda da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que em agosto de 2022 foi alvo de perseguição, ameaças e ridicularização após ter sua pesquisa “Ciberespaço e espacialidade dos Corpos Gordos de Homens Gays no contexto de Florianópolis (SC)” divulgada por um apresentador de televisão e vereador ligado ao Partido Progressista (PP) de Florianópolis. De certa forma, dedico a ele esse trabalho e reitero que sua coragem nos motiva.

sociabilidade. Essa dissertação busca contribuir para uma discussão sobre as centralidades urbanas que supere a mera visão de aglomerações financeiras e/ou produtivas dominantes, mas, possibilita que essas sejam vistas como efêmeras e voláteis, resultantes da concentração de corpos, histórias, desejos e vontades em um ponto do espaço.

Além desse objetivo principal, a pesquisa possui os seguintes objetivos específicos:

I- Caracterizar os espaços de sociabilidade quanto a sua localização espacial e seu estatuto. Indicar a localização desses espaços nas duas regiões contíguas na área central: *CBD* e Zona Periférica ao Centro (*ZPC*) seria uma forma de mensurar o nível de penetração que esses espaços adquirem no espaço urbano e qual é o tipo de imagem que eles projetam na cidade. A presença desses espaços, massivamente, na *ZPC* seria um indicativo de seu caráter marginal e segregado, como a área em que ele ocupa, porém mesmo assim teria relações de complementaridade com a área central, por exemplo. Definir sua localização geográfica, mais do que meramente um referencial espacial, seria valorar a análise de sua inserção socioespacial. Ademais, classificar esses espaços como públicos, semipúblicos ou privados auxiliaria na compreensão das relações socioespaciais travadas no seu interior. Espaços privado de lazer não demonstrariam a realidade da sociabilidade gay masculina, dado o fato, de que o consumo limita e segrega o tipo de público frequentador. Assim como, espaços de sociabilidade públicas garantiriam uma maior heterogeneidade de pessoas graças a facilidade conferida pelo livre acesso. Portanto, seu estatuto espacial qualifica as relações analisadas.

II- Correlacionar os marcadores sociais da diferença a constituição dessas centralidades. Entende-se por marcadores sociais da diferença elementos constitutivos da identidade de um sujeito que demarcam os tipos de relações e espaços onde estará inserido. Dessa forma, os espaços de sociabilidade serão determinados pela filiação étnico-racial, pela classe social, pelo gênero, orientação sexual e local de moradia. Esses elementos, que atuam de forma complementar, vão posicionar o sujeito, nas margens ou centros, e dessa forma constituir centralidades e sociabilidades específicas que são diferentes entre si.

III- Compreender como essas diferentes expressões de centralidade aprofundam e atualizam o processo de segmentação e fragmentação do espaço urbano.

Cabe salientar que essa análise se ocupará de entender a produção de diferença entre essas centralidades, a partir da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) e de como essas práticas espaciais e os conteúdos socioespaciais produzidos dialogam com um processo maior de segmentação e fragmentação do espaço urbano. Portanto, utilizando de um método analítico comum em Geografia, a interposição de escalas, buscaremos compreender o fenômeno macro

da fragmentação e segregação espacial do espaço tomando como lócus de análise uma área espacialmente delimitada, a Área Central do Rio de Janeiro, um atributo espacial definido, as diferentes expressões de centralidade e um grupo focal de análise, homens gays jovens e suas práticas de lazer e sociabilidade.

A metodologia utilizada foi radicalmente modificada em razão da pandemia do vírus SARS-COV-2. Iniciei minha Pós Graduação em Geografia no dia anterior ao decreto municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro que recomendava o isolamento social em razão do aumento da notificação de casos de *COVID-19* no município. Diante da agudização dos casos e do colapso iminente do sistema de saúde as aulas presenciais foram suspensas, as dependências do *campus* universitário fechadas e as aulas em formato on-line adotadas provisoriamente. Diante disso, toda a metodologia anteriormente planejada em conversas com meu orientador que incluía trabalhos de campo, entrevistas presenciais e visitas a bibliotecas e acervos de outras universidades foram suspensas. A solução encontrada foi readequar a metodologia focando no uso de domínios e sites da internet, destacando os periódicos Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero (RLAGG) vinculada ao Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Revista *Periodicús* da Universidade Federal da Bahia (UFBA), além de dissertações, artigos e teses que continham palavras chaves como “Gênero”, “Geografia Urbana”, “Sexualidades e “Espaço Urbano”. As entrevistas foram substituídas pelo modelo on-line e em formato *snowball* (BALDIN e MUNHOZ, 2011) garantindo um número expressivo de dados coletados e substituindo as idas presenciais a esses locais. A adoção de modelo consistiu no seguinte procedimento: a partir de um primeiro entrevistado foi se constituindo uma rede de contatos totalizando 80 pessoas entrevistadas durante seis meses (março a agosto de 2021). Havia uma preocupação de que esses entrevistados representassem a maior pluralidade de cenários possíveis quanto aos deslocamentos na cidade, localização geográfica e pertença a classe social, de modo, que não ocorresse um enviesamento dos resultados.

As entrevistas em formato semiestruturado foram realizadas através das plataformas online *Google Meet* e *Whatsapp* e duravam cerca de 1 hora e meia. Era solicitado que ao início da conversa fosse dito o nome, local de moradia, nível de escolaridade e idade do entrevistado. A triagem desses indicadores associados a perguntas indiretas, como “possui automóvel”; “reside com pais ou responsáveis” e “está empregado formalmente no momento” foram meios de identificar a sua inserção em determinada classe social sem a necessidade de questioná-los sobre a faixa de renda salarial. A entrevista estruturou-se em três partes:

1º: o primeiro consistia na apresentação do entrevistado e numa tentativa de compreender seus deslocamentos diários pela cidade. Foram questionados sobre o bairro onde estudavam e/ou trabalhavam e a forma como realizavam o deslocamento casa-trabalho diariamente, além de perguntas genéricas como nome, escolaridade, idade e ocupação profissional. Também foram questionados sobre questões relativas à sua orientação sexual e condição de classe, sempre de maneira não invasiva, de modo a tornar a condução da entrevista o menos conflituosa possível. Aliás, esse tipo de abordagem foi estabelecido em razão do receio dos entrevistados em terem sua identidade revelada, mesmo, diante de sucessivos alertas de minha parte sobre a garantia de anonimato.

2º: o segundo momento baseava-se na compreensão dos deslocamentos movidos por atividades de lazer e sociabilidade. Eram questionados sobre os locais que costumavam frequentar e sua localização geográfica. Perguntas sobre o porquê da escolha desses espaços e a forma de deslocamento utilizadas para se dirigir até eles também foram realizadas.

3º: Ao serem questionados sobre esses espaços de sociabilidade, informações secundárias foram obtidas, de modo, a enriquecer o entendimento sobre os entrevistados e a relação deles com a cidade. A grande maioria emitia juízo de valor sobre esses locais atribuindo fatores negativos e positivos em relação ao público, as músicas e até a estrutura desses espaços. Era nítido perceber que enquanto teciam comentários sobre esses espaços, suas visões de mundo também eram expostas revelando por vezes discursos contraditórios e embebidos em preconceitos. Outro ponto importante nesses relatos era perceber, na grande maioria das falas, o quanto a cidade na visão desses homens gays era algo hostil e violento aos seus corpos e orientação sexual, a ponto de certos bairros serem evitados em razão de possíveis ataques e interdições. Ao fim da entrevista, era solicitado que indicassem pessoas do seu círculo de contatos para que participassem do experimento.

As falas dos entrevistados que mais se destacavam foram transcritas para o papel já que não permitiram a gravação de áudio e vídeo, pois, a maioria não tinha sua sexualidade abertamente exposta e temiam possíveis represálias e reações homofóbicas de familiares, amigos e/ou empregadores. De posse dos dados, as informações gerais dos entrevistados foram transformadas em gráfico, de modo, a mensurar o perfil de entrevistado que mais se destacou e selecionar os espaços de sociabilidade mais buscados e os motivos que levavam a essa escolha.

Em termos de estrutura a dissertação está dividida entre os seguintes capítulos:

O primeiro capítulo intitulado **Geografia de Gêneros e Sexualidade: uma breve discussão** busca analisar a trajetória desse subcampo na Geografia. De maneira crítica busca contrapor as análises e produções da consolidada Geografia anglófona e a recente produção brasileira. O capítulo busca entender como a produção brasileira se ateve a temas e conceitos chaves e de como, ainda sofre resistência em centros de produção do saber no país. Ressalto aqui, minha posição de pesquisador latino-americano e, portanto, atento as particularidades que a abordagem dessa temática possui quando se leva em consideração a realidade de nossa região, além, das dificuldades de estabelecer pontes com pesquisadores e grupos de estudos internacionais em funções de barreiras linguísticas e/ou culturais.

O segundo capítulo intitulado **Centralidades e sociabilidades: a cidade fragmentada** visa discutir o conceito de centralidades e sociabilidades de maneira crítica propondo novas formas de abordagem e rediscutindo antigos pressupostos. No caso das centralidades será empreendida uma análise histórica do conceito desde as teorias econômicas espaciais de Walther Christaller (1933) e os modelos espaciais da Escola de Sociologia Urbana de Chicago até as atuais abordagens de estrutura/estruturação do espaço e da constituição de poli(multi)centralidades. A proposta será de compreender as centralidades por uma perspectiva que privilegie as relações sociais, além das produtiva e econômica, e como elas produzem centralidades específicas e delimitadas. Em relação a sociabilidade a proposta é rediscutir a teoria de Simmel (1911) e de Parker (1916) sobre a sociabilidade intraclasses dos grandes centros urbanos e a produção de regiões morais. Apontando as fragilidades dessas discussões para os dias atuais o objetivo é entender como as mudanças urbanas e sociais dos últimos anos redefiniram as práticas de sociabilidade, tornando-a mais tribalizada e privada, e as respectivas implicações espaciais desse processo. Por fim, a fragmentação urbana será o conceito que interligará essas duas discussões buscando compreender como a sociabilidade privatista e consumista e as diferentes expressões de centralidade dialogam com uma cidade parcelada e restrita a usos/ocupações específicas por determinados atores sociais.

O terceiro capítulo intitulado **Do Largo do Rocío a Galeria do Amor: a Área Central como locus de sociabilidade gay carioca** visa reconstituir a história dos espaços de lazer e sociabilidade gay na cidade do Rio de Janeiro ao longo das últimas décadas. Apoiando-se em leituras de autores de outras áreas do conhecimento (PARKER, 2002, TREVISAN, 2013, GREEN, 1999) o capítulo proporá um olhar geográfico sobre essa trajetória e correlacionará as mudanças espaciais vivenciadas na cidade nesse período à existência e resistência desses

espaços de sociabilidade. Iniciando com uma discussão que mostra a importância da área central como espaço, por excelência, das práticas de encontro e *pegação* gay demonstro como estes sofreram perseguição pelas forças estatais e como foram paulatinamente privatizadas a partir de mudanças estruturais no modelo econômico brasileiro a partir da década de 1970. Em especial, no caso do Rio de Janeiro realizo uma análise espaço-temporal dividida em 3 etapas, reproduzindo o modelo analítico adotado por Rabha (2006) em sua tese de doutorado sobre a Área Central do Rio de Janeiro: a primeira que compreende meados do século XVIII até a década de 1920, intitulada *belle époque* gay, a segunda entre as décadas de 1930 e 1980, classificada como *desbunde* gay e a terceira a partir da década de 1990, entendida como *retorno ao centro*. O objetivo dessa divisão é correlacionar as mudanças espaciais na escala macro ocorridas na cidade aos deslocamentos/interdições e mudanças da sociabilidade gay ao longo do século XX e início do século XXI.

O quarto e último capítulo intitulado **As margens são centros** analisará as atuais e diferenciadas expressões de centralidade da sociabilidade gay na área central. Tendo como premissa as entrevistas realizadas pelos usuários se realizará o mapeamento dessas localidades e uma análise das práticas socioespaciais ali realizadas, de modo, a compreender como os diferentes comportamentos, apropriações e vivências desses homens gays produzem espaços fragmentados reproduzindo a lógica atual de produção do espaço. Aqui, elementos como a homonormatividade e a interseccionalidade serão utilizados, de maneira, a entender como as centralidades são constituídas e organizadas.

Antes de prosseguir com a leitura dos capítulos é importante destacar alguns pontos;

Em relação aos entrevistados é necessário evidenciar que nessa pesquisa não são tratados apenas como fontes primárias de dados, mas sim, como coparticipantes ativos do desenvolvimento metodológico. Busquei retratar com cuidado e esmero os relatos de suas vivências e interdições. A escolha de ocultar seus nomes foi uma tentativa de protegê-los de represálias por conta de sua orientação sexual, em razão, de muitos não serem publicamente assumidos para seus familiares e amigos.²

Em qualquer produção científica se preza pela racionalidade do pesquisador diante do seu objeto de estudo. O distanciamento e o controle das paixões seriam uma forma de tornar o objeto válido e aceitável diante do escrutínio da comunidade científica, porém, é importante

² O ato de assumir era visto por muitos como a decisão mais difícil de ser tomada haja visto que temiam reações de violência e abandono por familiares e amigos, além, de boicotes nos ambientes de trabalho e universitário. A orientação sexual só era plenamente exposta nos espaços de sociabilidade aqui estudados onde ganhavam valor e assumiam importância.

destacar, que toda e qualquer pessoa é movida por ideologias e visões de mundo construídas a partir de experiências sociais e coletivas, e enquanto homem gay, realizando uma investigação sobre homens gays em alguns momentos fui envolvido pelas falas, confissões e opiniões de meus interlocutores sobre o objeto em tela.

A estrutura da dissertação escapa um pouco do formalismo típico da escrita dissertativa-argumentativa. Afinal, escrevo essa dissertação não apenas para a avaliação da banca, mas sim para que seja um documento (re)utilizado por alunos de graduação e pós graduação, e leitores em geral, interessados em estudar e/ou até mesmo compreender um pouco mais sobre essa temática. A organização dos capítulos fugindo de uma lógica estruturada e sequencial é uma tentativa de permitir aos futuros leitores se debruçarem sobre o tema que mais lhe agrada. Ademais, o uso recorrente de pronomes em primeira pessoa será percebido em diversos momentos do texto rompendo com a formalidade escrita esperada em trabalhos desse tipo, porém acredito que essa estratégia seja conveniente para que os futuros geógrafos (e não geógrafos) que consultarem esse trabalho sintam que o papel de nossas pesquisas, e da academia em geral, não é o ensimesmamento intelectual, mas sim a proximidade com a população a qual temos o dever e responsabilidade de servir com nossas produções científicas.

CAPÍTULO 2

GEOGRAFIA DE GÊNERO E SEXUALIDADES: UMA BREVE DISCUSSÃO.

“A ciência é construída por aqueles que são capazes de ultrapassar certos limites que hoje são definidos pelo mundo universitário. Daí a tendência ao predomínio dos “produtos enlatados” que estão na base do prestígio do saber acadêmico. Por motivos que não cabe abordar agora, muitas pessoas de talento se frustram no mundo universitário.” (FURTADO, 1998, p. 10)

Nos últimos anos, a discussão em torno da temática de Gênero e Sexualidades vem ganhando espaço no debate público brasileiro. Desde o púlpito das igrejas cristãs neopentecostais até o discurso inflamado de candidatos a cargos políticos pululam termos como “ideologia de gênero”, “heteronormatividade”, “ditadura gay” e “feminismo”. Recorrer a discursos de ódio e de ataque direto a identidades e orientações não normativas é a estratégia desses formadores de opinião para conquistar a opinião pública e obter engajamento e vantagens políticas/econômicas. O objetivo desse primeiro capítulo será discutir, inicialmente, a trajetória da discussão de Gênero e Sexualidades na Geografia anglo-saxã e brasileira traçando um paralelo entre as duas, além, de prognosticar os possíveis caminhos a serem seguidos e como esse trabalho vem a ser inserido nessa trajetória.

2.1 - Gênero e Sexualidades: Onde está a Geografia disso?

Ao longo da elaboração dessa pesquisa, fui alvo recorrente da fatídica pergunta: “Onde está a Geografia no seu trabalho?”. Ignorando o mote de que “a Geografia está em toda parte” (COSGROVE, 1984), colegas de curso e professores aludiam à necessidade de deixar explícito a *causa essendi* geográfica numa forma de torná-la válida e respeitada diante de produções científicas com temas consagrados. Para dirimir esses questionamentos, inicio esse capítulo tentando demonstrar que o tema, acima de tudo, é geográfico e está inserido numa consolidada produção bibliográfica sobre o assunto, intitulada “Geografia de Gênero e Sexualidades”, que se consolida na geografia anglo-saxã a partir da década de 1960.

Phillips (2007) em seu texto *Literaturas de Viagem e cartografias da sexualidade – a Sotadic Zone* identifica a discussão sobre esse tema na Geografia em 1885. O autor analisa a obra de “Sir Francis Richard Burton” considerado o primeiro trabalho sobre esse tema na Geografia mundial. Burton era membro da *Royal Geographical Society* (RGS) e foi autor de uma obra intitulada *Sotadic Zone* que objetivava levantar dados e cartografar práticas sexuais pederastas em todos os continentes. O trabalho era inovador não apenas por inserir esse tema

na Geografia, mas, também por romper com a ideia dominante a época que associava os “desvios sexuais” a questões raciais e climáticas colocando o espaço como possível elemento explicativo dessas práticas. A ideia de Burton não foi aceita pelos demais membros da *RGS* e o explorador foi alvo de perseguição e deslegitimação de seu trabalho.

O impacto da obra de Burton pode ser medido pela forma como a Geografia foi construída enquanto disciplina e corrente de pensamento ao longo da História. A Geografia sempre se propôs a ser uma ciência racional, lógica e positivista. A utilização de recursos como a enumeração, levantamento de dados brutos, classificação e localização de fenômenos no espaço a consolidava enquanto uma ciência neutra, objetiva e universal. As sucessivas mudanças em suas correntes de pensamento, sobretudo a partir da década de 1970, lentamente foram tornando a Geografia um saber crítico e atento as relações socioculturais como construtoras e (re) produtoras do espaço. Destaque para a Geografia Crítica e a Nova Geografia Cultural que rompendo com as antigas correntes propunham uma discussão espacial que levava em consideração os modos de produção, a classe trabalhadora e as diferentes manifestações culturais e políticas de grupos sociais.

Assim, a Geografia, no plano do empírico se abria a possibilidade de ser uma ciência analítica, preocupada em entender o espaço não apenas como receptáculo, mas igualmente, como ator decisivo para as relações socioespaciais. Porém, mesmo em meio a essa mudança a Geografia continuou sendo uma ciência pensada para e a partir de homens brancos, cristãos, ocidentais, eurocentrados, pertencentes a elite e heterossexuais. Portanto, muitas das análises que levavam em consideração a classe trabalhadora, a população LGBTIA+, mulheres e outros grupos marginalizados reproduziam a visão dominante desses sujeitos que desde a fundação da ciência³ a pensam e a controlam. Exemplos que demonstram isso é a alusão ao Homem universal como sujeito por excelência da produção do espaço e a relação sociedade e natureza que evocam características pretensamente masculinas (sociedade) e femininas (natureza) demonstrando uma relação de dominância de um sobre o outro.

O protagonismo de mulheres e pessoas LGBTIA+ e a produção de temas que reflitam sobre suas vivências espaciais ganha foco a partir do final da década de 1970. Dois fatores são decisivos para essa alteração: o primeiro vai ser uma mudança na própria corrente de pensamento da Geografia que prezarão por uma postura mais crítica e que entenda o espaço

³ Fato curioso é que existe uma paternidade atribuída a Geografia: o geógrafo e explorador Alexander Von Humboldt é considerado “pai da ciência”. A figura masculina como fundadora da Geografia impossibilita enxergar o quanto geógrafas, no Brasil e mundo, foram fundamentais para que a Geografia se popularizasse enquanto ciência e campo do saber.

como um construto relacional entre sociedade-natureza, e o segundo, pela influência dos movimentos sociais e das grandes manifestações populares de 1968. O mês de maio de 1968 deu início a uma série de revoltas nos dois lados da Cortina de Ferro: da Tchecoslováquia até os Estados Unidos passando pela Cidade do México e Brasil irromperam as ruas milhares de estudantes, trabalhadores, mulheres, população negra, ambientalistas e população LGBTIA+. Embora com pautas difusas o objetivo desses grupos, em geral, era lutar por justiça social, equidade e cidadania. Os anos dourados dos pós Segunda Guerra Mundial (HARVEY, 1989) haviam garantido a ascensão da classe média nos países ocidentais, estabilidade econômica, aumento da interdependência financeira entre os países e a massificação do consumo. Porém, esses benefícios não foram acessíveis a todos o que era evidenciado diante da situação socioeconômica nos subúrbios negros americanos, entre os membros da população LGBTIA+ afro americanos e das mulheres dos países latino-americanos, africanos e asiáticos.

O movimento feminista organizado existe desde o século XIX, porém, ao fim da década de 1960 ele vivia aquilo na qual Butler (2003) classificava como “Segunda Onda”. Esse momento é caracterizado por uma mudança dos rumos e objetivos do movimento que após ter conquistado o direito ao voto em alguns países e a permissão ao trabalho fora do espaço doméstico centrava seus objetivos na luta contra o patriarcado e na aprovação de leis que garantissem os direitos reprodutivos. O movimento também passa a ser alvo de críticas e reavaliações internas por seu caráter pouco diverso e distante da realidade das mulheres. Butler (2003) em sua obra seminal *Trouble of Gender* tece críticas ao movimento feminista, sobretudo, em relação ao uso da categoria mulher. O uso do termo “mulher” no singular configura a ideia de um bloco homogêneo e monolítico que possui as mesmas necessidades, aspirações e objetivos. Além do que, contribui para massificar a imagem do movimento em torno das mulheres brancas, escolarizadas e de classe média. A autora defende o uso da categoria “mulheres”, no plural, numa tentativa de reforçar o caráter diverso e multifacetado das componentes do movimento, permitindo desse modo, que mulheres latino-americanas, negras e transsexuais sejam visibilizadas.

A luta feminista não se restringiu apenas às ruas, o ambiente universitário se torna arena de luta e emancipação feminina com a produção de pesquisas e criação de coletivos sobre o tema. Silva (2015) destaca o papel que a Geografia tem nesse período, sobretudo a anglo-saxã, ao produzir temas que garantiam centralidade a figura das mulheres. Destarte a produção de trabalhos na Geografia Urbana que discutiam a suburbanização estadunidense e a subjugação da mulher a “figura do lar” nesse processo (SILVA, 2015, p.25) e a um próprio questionamento da Geografia, enquanto ciência, sobre a relevância concedida as geógrafas em seus

departamentos e grupos de pesquisa. Mesmo sendo as mulheres as que mais ingressavam na universidade, a presença delas no corpo docente era muito menor quando comparada à de homens (PEREIRA, 2018) além da inferioridade da produção acadêmica e científica em termos de volume quando comparada a produção realizada por homens⁴. Assim, se consolidava nas universidades estadunidenses e britânicas um subcampo intitulado “Geografia Feminista”.

Outra luta política que emerge renovada no período foi a que envolvia as sexualidades e identidade de gênero. O movimento LGBTIA+⁵ sofre uma profunda alteração de seus rumos e objetivos a partir de 1969. Embora, organizações de luta e defesa do “movimento gay” tenham surgido nos Estados Unidos na década de 1950, como a *Matachinne Gay*, o novo movimento rompia com práticas e discursos anteriormente difundidos. Existia um consenso sobre a necessidade da defesa de uma política assimilacionista (COSTA, 1992) que tinha por objetivo a inclusão social de homens gays e das travestis na sociedade heteronormativa. Com o episódio conhecido como Levante de *Stonewall Inn* e as mobilizações urbanas resultantes, o movimento passa por uma reformulação de suas bases e formas de ação. A primeira delas, refere-se a recusa a assimilação social e a opção pela subversão, ou seja, o movimento “gay” não queria ser aceito pela sociedade heteronormativa, mas sim, ressaltar suas diferenças e reforçar sua identidade desviante.⁶ A segunda mudança passa por um interesse renovado de diversas áreas do conhecimento como a Antropologia, Sociologia, História e a Geografia em analisarem os impactos sociais, culturais e políticos dessa “nova onda” do movimento *gay* e do sujeito LGBTIA+ em especial.

O surgimento da Geografia das Sexualidades nos departamentos de Geografia anglo-saxões não ocorreu sem conflitos com as geógrafas feministas (SILVA, 2015). O estudo da população gay masculina e suas diferentes formas de ocupar o espaço foi alvo de críticas por parte das geógrafas que viram a introdução desse tema na Geografia Feminista como mais uma apropriação feita pelos homens de uma área construída e originalmente pensada por e para elas. Isso levou a uma cisão inicial entre a Geografia de Gênero ou Feminista e a Geografia das Sexualidades levando a produções próprias em cada subcampo.

⁴ Embora não seja objetivo da pesquisa o tema da dupla jornada é fundamental para se pensar a cultura patriarcal e o machismo que inibe as mulheres de conquistarem ascensão profissional e reconhecimento, inclusive, no ambiente universitário. Silva (2015) discute sobre esse impacto nos departamentos de Geografia do Brasil.

⁵ Ainda denominado “movimento gay” por conta da visibilidade obtida por homens gays, brancos, de classe, homonormativos e escolarizados como porta voz das pautas defendidas.

⁶ Isso fica evidente quando das manifestações de Stonewall Inn eram empunhando bandeiras e gritos de guerra como “Poder Gay” e “Sou Bicha, e me orgulho disso”.

Bell e Valentine (1995) afirmam que os primeiros trabalhos sobre sexualidades tinham por foco a análise das homossexualidades. As vivências espaciais de homens gays e mulheres lésbicas eram elementos centrais desses trabalhos. Em geral, o objetivo era identificar como estilos de vida, expressões próprias e maneiras específicas de se viver o espaço apontavam diferenças entre suas sexualidades.

A área, por excelência, desses estudos era a cidade. Porém, parte expressiva dos trabalhos que analisavam a homossexualidade e o espaço urbano na década de 1970 eram feitos por sociólogos urbanos. Um exemplo é o trabalho desenvolvido por Levine (1979) intitulado *Gay Ghetto – Jornal of Homosexuality* onde o autor analisa os chamados “*guetos gays*”. O termo gueto aqui é ressignificado e está associado a um processo de segregação urbana resultante da orientação sexual. Vale ressaltar que a partir desse período surgem locais em bairros específicos para a prática de encontro e lazer de homens e mulheres homossexuais em cidades dos Estados Unidos e da Inglaterra. Esses bairros funcionavam como guetos no sentido de aglutinar grupos historicamente marginalizados em torno de objetivos comuns fugindo da lógica heteronormativa e opressora das cidades.

Weightman (1980) será responsável por introduzir a análise de bares e boates gays na Geografia. Analisando alguns desses espaços em bairros de cidades americanas a autora conclui que eles possuem símbolos e estilos representativos daquele grupo e se localizam próximos ou no interior de bairros com a maioria da população LGBTIA+. Complementa sua análise afirmando que esses espaços são fundamentais ao reforçar uma noção de identidade coletiva e pertencimento social. Aliás, vale destacar que a autora foi precursora na defesa de uma “Geografia das Homossexualidades” ao insistir na importância de se analisar as relações espaciais pelo viés das diferentes orientações sexuais.

Seguindo essa linha de discussão Castells e Murphy (1982) publicam o trabalho intitulado *Cultural Identity and Urban Structure: The spatial organization of San Francisco’s gay community* que propõe uma análise correlativa entre organização política, espaço urbano e identidade gay. Tendo como lócus de análise a cidade de São Francisco, na Califórnia os autores concluem que a elevada concentração de pessoas gays, lésbicas, travestis e transgêneros a tornaria um laboratório para a criação de coletivos, organização de movimentos sociais e aprovação de leis em defesa da população LGBTIA+ que influenciariam outras cidades.

Em 1983, Castells publica a obra *The city and the Grassroots* onde avalia os impactos socioespaciais dos movimentos pós- 1968 nas cidades americanas. Tomando novamente São Francisco como área de estudo o autor conclui que as rebeliões motivadas pela defesa da visibilização das sexualidades dissidentes promoveram impactos territoriais e políticos em

bolsões conservadores na cidade. Ao ocuparem as ruas o movimento LGBTIA+ obteve duplo impacto: o primeiro foi explicitar um conflito, até então, silencioso entre quem era “aceito” e “não aceito” espacialmente, e o segundo foi o de garantir ao movimento legitimidade e força para que suas pautas se tornassem projetos de lei na Câmara local.

Knopp (1987) também analisa os impactos e a articulação dos movimentos sociais urbanos gays. Em sua obra *Social Theory Movements and Public Policy* o autor evidencia o quanto a constituição desses movimentos foi importante para a construção e aprovação de políticas públicas para as comunidades gays e lésbicas. Ele situa inclusive uma mudança no caráter dos movimentos populares como um todo a partir daquele período: a adoção das questões de gênero e sexualidade como elemento constitutivo da luta de classes.

A década de 1990 vai ser marcada por uma crítica a produção bibliográfica sobre o tema de Gênero e Sexualidades na Geografia Anglo-saxã. Bell (1991) em sua obra *Political Geography and Sexual Politics* vai questionar o tipo de produção feita até aquele momento. A autora evidencia uma espécie de lugar comum nas análises realizadas sobre o tema que giravam em torno de três eixos: criminalidade, relações étnico-raciais e grupos de baixa renda. A insistência em pesquisar temas desse tipo reforçava o estigma e discriminação que a população gay e lésbica sofria contribuindo para o reforço de uma identidade negativa através da produção científica. A autora propõe uma revisão das análises feitas até o momento destacando a necessidade de se evidenciar critérios de raça e gênero como indicadores sociais para se compreender as diversas vivências espaciais da população LGBTIA+.

Knopp (1992) endossa a posição de Bell (1991) ao chamar a atenção ao padrão de pesquisas feitas até o momento em que se destacava a figura do homem gay, branco, de classe média e homonormativo. Ele evoca a necessidade de se pensar como as relações estruturais de poder imbricadas por raça, gênero e sexualidade criam diferenças no interior da “comunidade gay” se manifestando notoriamente sobre o espaço. O autor recorre a exemplos nos Estados Unidos e na Inglaterra para demonstrar como as diferenças de orientação sexual, raça e gênero eram espacializadas a partir de uma segregação urbana que condicionava a existência de subúrbios racializados, *gay villages* e guetos étnicos.

Vallentine (1993) em sua obra *(Hetero)sexing space* irá analisar o espaço de homens gays e mulheres lésbicas a partir da interface entre o espaço físico e simbólico. A autora afirma existir um “espaço heterossexual” em ambientes como o trabalho e a universidade que obriga a esses indivíduos suprimirem suas orientações sexuais e identidade de gênero de modo a serem aceitos. Porém, como será visto no decorrer desse trabalho existem brechas que permitem

romper com essa lógica heterossexualizada do espaço possibilitando a população LGBTIA+ a vivenciar sua identidade de maneira plena.

Binnie (1997) contribui com as críticas direcionadas a produção da época. O autor afirma que o modo como a temática de sexualidades era pensado e organizado promovia dissidências sexuais entre os membros da população LGBTIA+. Segundo o geógrafo, a razão atribuída para essa *sexual dissidence* era o próprio caráter positivista da Geografia preocupada apenas em enumerar e categorizar os fenômenos sem uma preocupação em interpretar suas diferentes manifestações. Essa visão só vai começar a ser modificada a partir da Nova Geografia Cultural, na década de 1980 permitindo a análise das epistemologias *queer*.

Segundo Butler (2003) e Louro (2009) não existe termo na língua portuguesa que seja capaz de traduzir com acuidade o termo *queer*. Numa tradução literal, *queer* estaria associado a abjeto, estranho ou esquisito. Esse termo é popular nos Estados Unidos e é utilizado para se referir de maneira pejorativa e ofensiva a população LGBTIA+⁷, porém, esse termo acabou sendo ressignificado por membros desse grupo e hoje é utilizado de forma a ressaltar uma identidade positiva. O termo *queer* não estaria associado a uma identidade ou performance corporal, mas, a uma maneira de viver, representar e conceber o mundo possuindo assim um potencial revolucionário capaz de modificar as relações espaciais e o sujeito em si.

Por isso, a chamada Geografia *Queer* propõe uma análise do espaço que observem nessa potencialidade a capacidade de transformar as vivências, concepções e maneiras de organizar as relações socioespaciais. A teoria inclusive vai servir para questionar as próprias bases epistemológicas da Geografia: ao romper com os binarismos identitários e promover um entendimento em permanente (re)construção do sujeito e da forma de enxergar o mundo o pensamento *queer* desmistifica uma Geografia gendrada que normatiza fenômenos e o entendimento a respeito deles. Segundo Knopp (2007) no texto *From Lesbian and Gay to Queer Geographies: Post, Prospects and Possibilities* considerado seminal para a construção de uma base epistemológica *queer* na Geografia a teoria está relacionada a mudanças profundas na sociedade e nas correntes de pensamento refletindo as discussões calcadas no pós modernismo e no pós-estruturalismo.

A dita condição pós moderna (HARVEY, 1989) representou a quebra de paradigmas e consensos em diferentes áreas do conhecimento e da vida social. Um dos elementos mais afetados por essa ruptura foi a identidade: se antes a crença em identidades sólidas e na estabilidade do sujeito frente a sociedade era o que sustentava a modernidade, no contexto pós

⁷ Seria o equivalente a “bicha”, “sapatão” ou “boiola” na língua portuguesa.

moderno, temos uma identidade fragmentada, sujeita a adaptações e em constante processo de redefinição. Por isso, a Geografia *Queer* alude a necessidade de uma Geografia plural, dinâmica e aberta (GOMES, 1996) onde o pluralismo teórico não represente a perda de referenciais, mas sim, a chance de construir uma ciência próxima do real e em consonância com um mundo que se acelera e reconstrói cotidianamente.

Uma crítica mormente à produção anglófona é o predomínio da metronormatividade (HALBERSTAM, 2005) entendida como a super valorização das identidades gays e lésbicas urbanas em detrimento das espacialidades e vivências desses sujeitos no espaço rural. Como argumenta Spivak (1998):

“Metronormativity masks the multiplicity of queer lives in places and renders particular forms of political action, especially those in rural areas, invisible. Even when queer rural lives are being represented, they are always portrayed under metronormative terms” (SPIVAK, 1998, p.37)⁸

Dessa forma, ao enaltecer as análises das identidades sexuais de cidadãos urbanos se impossibilita identificar e compreender como em espaços rurais essas identidades se manifestam, e sobretudo, como elas se organizam em termos de busca por representatividade.

O avanço do capitalismo e a Revolução Industrial foram dois importantes fenômenos responsáveis por alterar de maneira significativa a paisagem e as relações sociais urbanas. O crescimento espacial e populacional das cidades garantiu a formação de uma “massa urbana” marcada pelo anonimato e invisibilidade de seus cidadãos permitindo que práticas e desejos sexuais desviantes fossem consumados de maneira oculta. Como afirma Bech (1997)

“nas cidades, as pessoas que desejavam outras do mesmo sexo não teriam dificuldades para a realização de seus desejos, pelo contrário: anonimato, mobilidade, oferta de corpos, indiferença, espaços que “concentrariam a cidade” – como banheiros, parques públicos, casas de banho, estações de trem, galerias de teatro” (BECH, 1997, p.159)

Binnie (2004) afirma que a migração é um elemento fundamental para a concentração de homens gays e mulheres lésbicas nas cidades. O espaço rural, segundo o geógrafo, é marcado pelo conservadorismo e permanente vigilância moral sobre seus cidadãos o que desestimularia a assunção de orientações sexuais desviantes da norma. Logo, a solução encontrada para fugir das hostilidades e perseguições que estão sujeitos seria migrar para a cidade e viver de forma livre e plena sua identidade. O autor reitera que mesmo diante do anonimato e homogeneidade

⁸ “metronormatividade mascara a multiplicidade de vidas estranhas em lugares e torna formas particulares de ação política, especialmente aquelas com sede em áreas rurais, invisíveis. Mesmo quando vidas rurais *queer* são representadas em termos metronormativos”.

garantidos pelo espaço urbano, ainda assim, é possível estabelecer uma articulação política e mobilização em defesa de direitos LGBTIA+:

“para produzir sua identidade, e provavelmente sobreviver enquanto indivíduo, um homossexual *necessitaria* (grifo do autor) migrar para uma cidade grande, tornando impossível nesse movimento separar o econômico do social e do sexual!” (BINNIE, 2004, p. 89)

O autor complementa afirmando que não é apenas a migração para a cidade que é importante, mas igualmente o deslocamento dentro da cidade. Sendo assim, as áreas centrais, no contexto norte americano, seriam os lugares ideais para a fixação da população gay e lésbica por conta de seu caráter diverso e cosmopolita, em detrimento, das áreas suburbanas marcadas pela presença de residências unifamiliares tradicionais. (BINNIE, 2004, p.122)

O discurso fatalista de que a cidade é a única forma de sobrevivência das identidades *queer* ajuda a normatizar a metronormatividade, ao mesmo tempo, que apaga e invisibiliza a possibilidade de luta e mobilização no espaço rural. Teixeira (2015) em seu artigo questionará a validade da metronormatividade enquanto discurso dominante e a organização dos fluxos migratórios motivados pela orientação sexual no Brasil.

Em contraponto a uma vasta literatura do século XX (TREVISAN, 2013, GREEN, 1999, PERLONGHER, 1987) que afirmavam ser as duas maiores metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo, locais por excelência da concentração de identidades *queer* por se constituírem centralidades da *gay culture* a autora demonstra que atualmente prevalece o processo de migração de retorno tendo como destino cidades médias e do interior do país. Cidades como Tiradentes (MG), Águas de São Pedro (SP), Pilar (PB) e Parnamirim (RN) se constituem como destino de casais gays nas últimas décadas levantando questionamentos sobre a razão desses fluxos: se eles ocorrem motivados por razões macroeconômicas ou por questões relativas ao aumento da perseguição e homofobia nos centros urbanos.

Antes de prosseguir é necessário ressaltar que, de certo modo, esse trabalho contribui para reiterar o discurso metronormativo. Porém, a escolha pela análise das sociabilidades urbanas não invalida ou ignora a possibilidade de discutir esse tema no âmbito das cidades médias e pequenas. Aliás, cada vez mais a mobilização coletiva da população LGBTIA+ se consolida no interior do país: a realização de Paradas do Orgulho LGBTIA+ em pequenas cidades do Nordeste e Norte do Brasil e a criação de grupos de combate a LGTbifobia demonstra uma vibrante capacidade de articulação e interação entre esses sujeitos levando a um interesse futuro de análise.

2.2- Geografia das Sexualidades à brasileira: trajetórias e caminhos

Visto a produção de Gênero, Sexualidades e epistemologias *queer* na Geografia anglo-saxã a partir desse momento as atenções voltam-se para o debate desse subcampo na Geografia Brasileira.

De maneira geral, as discussões sobre gênero e sexualidades no Brasil foram suprimidas entre as décadas de 1960 e 1980 em razão da ditadura militar. Como aponta Quinalha (2021) a ditadura civil -militar e empresarial brasileira promoveu uma perseguição e controle moral rígido sobre identidades e orientações sexuais desviantes da norma heterossexual. Preocupados em zelar pela “moral e bons costumes” os chamados “entendidos” ou “pederastas” (QUINALHA, 2021, p.36) eram vistos como ameaças ao regime, de maneira similar, aos militantes comunistas e guerrilheiros de movimentos revolucionários. O medo dos militares em relação a população LGBTIA+ era o de suas práticas e existências ganharem visibilidade maculando o ideal heteronormativo e a defesa da unidade familiar que se tornaram pilares de sustentação do regime.

A produção acadêmica, embora alvo de perseguições e censura, também foi um espaço fértil para a discussão sobre o tema no Brasil. Áreas do conhecimento como História, Antropologia, Sociologia e Psicologia se notabilizaram pela produção de livros e eventos que discutiam as homossexualidades brasileiras em diversos contextos culturais e sociais. Quem ficou a largo dessas produções foi a Geografia; que durante a segunda metade do século XX não se ocupou da análise sobre o tema.

Silva (2011) referência nas discussões geográficas sobre Gênero e Sexualidade no Brasil atribui a esse aparente “desinteresse” as relações de poder presente nos departamentos de Geografia brasileiros e o a trajetória da própria Geografia enquanto ciência e campo do saber institucionalizado. A Geografia nascida na Europa e historicamente produzida por homens brancos, ocidentais, heterossexuais e pertencentes a elite não se ocuparia de analisar e compreender espacialidades dissidentes:

“A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e raça, características que dificultam a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. [...] A razão de suas ausências nos discursos geográficos deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual que nega essas existências e impede o questionamento das diversidades.” (SILVA, 2011, p. 26)

Desse modo, a Geografia Tradicional se comportaria como uma ciência reprodutora dos discursos dominantes e das práticas sociais dos agentes de poder legitimando a ideia de que as divisões e binarismos sexuais, identitários e raciais são naturalizados e operam segundo a lógica de organização do mundo.

César (2015) realiza um trabalho que investiga a produção bibliográfica sobre o tema de Gênero e Sexualidades na Geografia brasileira a partir da publicação de artigos e resenhas em periódicos online avaliados pelo Sistema Qualis Capes. A autora realizou um levantamento entre os periódicos avaliados em A1 (nota máxima atribuída pelo sistema) até B5 (nota mínima atribuída pelo sistema) entre os anos de 1974 e 2012. O sistema de qualificação idealizado pelos órgãos fomentadores CAPES/CNPQ ajuda a compreender o grau de relevância e alcance nacional e/ou internacional que os periódicos possuem, de modo, a mensurar a penetração que determinada pesquisa ou tema pode alcançar no debate científico.

A conclusão da autora é a de que parte expressiva da produção com essa temática se concentra em periódicos qualificados como B1, B2, B3 e B5 que em sua maioria são recentes e de menor prestígio acadêmico. Esse dado exemplifica o quanto a produção desse tema na Geografia brasileira é incipiente e alvo de marginalizações institucionais.

Ao refazermos a trajetória desse subcampo notaremos que ele ganha impulso no Brasil a partir da década de 1990. A década é marcada por uma consolidação da democracia nacional e por uma relativa liberdade para a discussão dessa temática no ambiente acadêmico. A primeira publicação envolvendo sexualidades foi desenvolvida por Matos e Ribeiro (1995) no artigo intitulado “Territórios da Prostituição nos Espaços Públicos do Rio de Janeiro” onde os autores analisam a área central do Rio de Janeiro a partir da coexistência de uma multiplicidade de funções políticas, administrativas, econômicas, financeiras e culturais que acabam por constituir diferentes territorialidades. Dentre as territorialidades presentes no núcleo central estaria o território da prostituição de mulheres e travestis com uma mobilidade espacial e temporal definida. Aliás, a década de 1990 vai ser marcada por publicações desenvolvidas por Ribeiro que se consolida como expoente dessa área no Brasil. Destaque para a publicação de um trabalho que analisa a produção de diferentes territorialidades e o turismo sexual na cidade do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 1998) consolidando o uso do conceito território para a análise das relações entre sexualidades e o espaço.

Na década de 2000 ocorre um aumento expressivo em publicações sobre Gênero e Sexualidades na Geografia. A razão para esse crescimento exponencial segundo Silva (2011) é explicada pelo surgimento de programas de pós graduação em cidades médias e pequenas no Brasil. A política de incentivo a democratização do acesso ao ensino superior garantido por

governos progressistas na década de 2000 permitiu que novos *campuses* fossem construídos nas regiões Centro- Oeste e Nordeste fomentando um deslocamento da produção do saber e conhecimento dos grandes centros em direção a periferia. O surgimento de uma “produção científica periférica” (SILVA, 2011) permitiu a criação de grupos de pesquisas abertos a temáticas consideradas de menor relevância nos antigos e consolidados centros produtores de conhecimento. Como afirma Silva:

“A subversão da ordem de inovação do discurso geográfico com a agregação de gênero, mulheres e sexualidades na geografia brasileira, tem sido realizado pelos programas de pós-graduação mais recentes” (SILVA et al, 2013. p 76).

A criação de centros universitários como a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita em Presidente Prudente (UNESP) e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) estiveram atreladas a criação de grupos de pesquisa responsáveis pelas discussões sobre mulheres, gênero e sexualidades como o Grupo de Estudos Territoriais (UEPG), o Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (UFG), o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (UNESP) e o Grupo de Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (UNIR). Esses grupos, atualmente, são responsáveis pela orientação e publicação de grande parte da bibliografia da geografia brasileira sobre o assunto.

Ademais, os grandes centros universitários são marcados pelo rechaço e indiferença em relação a temática. Sendo, por vezes, pesquisadores que se propõem a discutir a temática alvo de marginalização e deslegitimação sobre a validade científica do tema. O desprezo por produções desse tipo pode ser atestado pelo diminuto histórico de produções nas duas principais instituições de ensino e pesquisa do país: a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como aponta César (2015) a primeira tese defendida no Departamento de Geografia da USP relacionada a temática *queer* foi no ano de 1991. A tese intitulada “Relações de Gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista a Geografia Urbana” sob orientação da professora Maria Adélia Aparecida de Souza foi a mais relevante dos últimos 30 anos. Na UFRJ apenas no ano 2000 uma dissertação de mestrado foi defendida na área, intitulada “Os territórios da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1841 – 1925” de Jan Carlos da Silva. Quase uma década mais tarde, em 2011, a tese de doutorado de Márcio José Ornat intitulada “Território Descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do sul do Brasil” foi defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRJ (HANCKE, 2019). Um

fato comum a esses trabalhos é que nenhum deles garantiu a continuidade da discussão sobre esse tema nos departamentos citados, sendo até hoje, iniciativas isoladas de pesquisadores.⁹

A comparação entre esses diferentes centros de pesquisa permite confirmar o quanto os centros periféricos de conhecimento estão na vanguarda da produção científica e comprometidos com a diversidade da realidade socioespacial existente. O não apego ao tradicionalismo, a presença de um corpo docente renovado e a possibilidade de tornar a permanência e acesso de estudantes ao nível superior plural é o que move esses grupos de pesquisas e centros universitários a apostarem nesses temas. Monk (2011) atribui as relações de poder desiguais e o apego a tradição presente nos primeiros departamentos de Geografia do Brasil a causa para essa miopia sobre debates tão necessários para se pensar o espaço e a sociedade. Vale inclusive, mencionar que o corpo discente dessas universidades cada vez mais vem se tornando diverso e plural, em razão, das políticas de reparação histórica e econômica adotadas nos últimos anos que garantem o acesso de corpos trans, negros, LGBTIA+ e periféricos. Portanto, é fundamental visibilizar esses grupos e permitir que suas vivências e corporeidades ganhem projeção científica.

A partir da década de 2010 a produção sobre Geografia *Queer* e Gênero vai ganhar novo impulso com a criação da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero (RLGAA) vinculada ao Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Segundo Silva (2015) a revista concentra 62,85% do total de artigos sobre as sexualidades brasileiras, sendo que todos foram publicados após o lançamento da revista no ano de 2010. Isso demonstra que a produção sobre esse campo além de marginalizada é altamente concentrada e recente em termos de alcance.

Uma barreira que impede a consolidação desse campo é a ausência de uma rede de pesquisadores sobre essa temática que estabeleça diálogos em escala mundial. Um dos motivos para a existência dessa lacuna são as dificuldades linguísticas: vivemos em um país cuja acesso ao idioma estrangeiro universal, o inglês, é um privilégio de classe relegado a elite e as camadas médias da população. Portanto, produzir artigos, resenhas e livros bilíngues é uma dificuldade que atinge parte expressiva do corpo discente nos centros universitários, como reitera Silva (2013), o que obstrui a interlocução com universidades e grupos de pesquisa anglo-saxões. Outro ponto que impede a construção de uma rede de pesquisadores é o modo isolado em que os cientistas executam suas pesquisas. Salvo as exceções em que existem grupos de pesquisa

⁹ O que torna esse trabalho, 1 década depois, o terceiro sobre Sexualidades e Geografia a ser defendido no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

específicos sobre o tema, a esmagadora maioria dos pesquisadores não estabelecem diálogo com seus pares, seja por desconhecimento de produções do tipo em outras universidades ou até mesmo pela pouca visibilidade que essas pesquisas alcançam. Esse cenário vem se modificando nos últimos anos com a existência de grupo de trabalho (GTs) em simpósios e encontros nacionais de Geografia com a temática de gênero, sexualidades e racialidades: fruto da mobilização de professores e estudantes esses GTs promovem a integração e reconhecimento da produção nessa área, além, de demarcarem uma autonomia nas discussões gerais propostas por esses eventos.

Analisando a produção das últimas décadas, como salientado por Hanke (2019), é perceptível a existência de padrões quanto ao uso de conceitos e temas abordados pelos pesquisadores. O uso de conceitos como território (COSTA, 2012, RIBEIRO, 1995) e suas projeções “territorialidades”, “microterritorialidades” e “desterritorialização”, além de, espaço (SILVA, 2015, MATOS, 2010) e seus desdobramentos “espacialidades”, “espaço escolar” e “espaços interditos” estabelecem padrões temáticos abordados nesse subcampo pelos principais autores. Assim poderíamos identificar uma tríade dos principais temas analisados na Geografia de Gênero e Sexualidades Brasileiras: prostituição, população travesti e mulheres (SILVA, 2015).

Costa (1992, 2012) tem sido o autor que mais discute a população gay em seus trabalhos. Sua produção vai se ocupar da análise dos espaços de convivência gay na cidade. Tomando como exemplo a cidade de Porto Alegre (RS) o autor afirma que a interação de homens gays em espaços como ruas, esquinas e equipamentos privados de consumo constituiu a formação de territórios em grande escala que se caracterizam pela efemeridade e instabilidade, sendo constantemente, dissolvidos e realocados para outras áreas do tecido urbano. Ele classifica esses territórios como “microterritórios da interação gay” e adapta algumas premissas teóricas do conceito de território para esse fenômeno. Ele reitera que a identificação desses microterritórios se baseia em dois pressupostos: o primeiro, estaria relacionado a existência de valores, signos e símbolos próprios da população gay que ali ganhariam centralidade refletindo uma relação de poder entre os de fora e os que estão dentro. O segundo, estaria ligado a delimitação física da existência desses microterritórios através da utilização de recursos materiais simbólicos (placas, bandeiras do orgulho LGBTIA+, pontos de encontro) definindo espacial e culturalmente a apropriação desse grupo sobre uma parcela do espaço¹⁰.

¹⁰ Um exemplo disso é a Posto 9 da Praia de Ipanema, na zona sul carioca. Considerado, até os dias de hoje, a maior centralidade da sociabilidade gay da cidade do Rio de Janeiro é nítida a demarcação simbólica e material daquela faixa de areia como reduto da população gay masculina (especificamente das *barbies*) a partir de

Ribeiro (1995; 2013) se destaca pela análise dos chamados “territórios da prostituição”. Seu artigo de 1995, anteriormente mencionado, é pioneiro na área de estudos de Gênero e Sexualidade na Geografia, assim como, responsável por introduzir a discussão sobre prostituição no Brasil. Baseando-se na obra de Perlongher (1982) na área de Sociologia Urbana que se debruçou sobre a prostituição masculina na área central de São Paulo, o autor analisa como a área central do Rio de Janeiro conforma a existência de diferentes territorialidades que variam ao longo do dia, sendo a prostituição uma delas, além de discutir elementos que configurariam a organização dessa prática: domínio de ruas e esquinas por mulheres e travestis e a delimitação de uma “fronteira” entre elxs, zonas específicas da área central destinadas a prática e a existência de signos e códigos partilhados entre usuários e clientes. Outra importante contribuição do autor será o artigo que analisará as chamadas “saunas de *boys*” na cidade do Rio de Janeiro. Correlacionando as atividades homocomerciais a prática de prostituição o autor propõe a analisar a espacialidade, a dinâmica das relações comerciais e deslocamentos dos *boys* (garotos de programa) a partir do uso do conceito de território e territorialidades.

Ornat (2012) pesquisador associado ao Grupo de Estudos Territoriais (GETE) tem sua trajetória na área pautada pela análise das vivências espaciais de corpos trans e travestis na cidade. Destaque para a discussão apontada pelo autor sobre os chamados “espaços interditos” que seriam espacialidades que negariam, marginalizariam e atentariam contra a vivência da população trans e travesti. Ao analisar diferentes espaços como a casa, a escola, casas noturnas e vizinhança o autor alude a necessidade de enxergar esses espaços como hostis a presença e existência desses corpos relegando-os a marginalidade social e econômica, restando como alternativa a prática de prostituição e a realização de trabalhos informais como forma de sobrevivências para esse grupo.

Silva (2011, 2013, 2015) é a pesquisadora que mais se destaca quanto a produção bibliográfica desse tema na Geografia. Integrante do grupo GETE e organizadora da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero (RLGGA) sua produção se pautou pela análise das mulheres e da introdução do gênero como elemento de análise espacial. Em artigos publicados em colaboração com outros pesquisadores no livro “Geografias Subversivas” (SILVA et al, 2013) a autora problematiza as barreiras encontradas pela Geografia de Gênero e Sexualidades no Brasil, além de apontar uma crítica a própria Geografia enquanto ciência masculinista e eurocêntrica. Em suas obras terá como mote uma análise interseccional evidenciando a

bandeiras LGBTIA+ fincadas no perímetro de concentração maior desse público, músicas pop e a presença de gírias e comportamentos identificados como *queer*.

necessidade de analisar as questões de gênero atrelada a etnicidades e a condição de classe. Destaque para as análises da população travesti, indo além da análise de sua condição enquanto trabalhadora do sexo, e dos diferentes papéis assumidos pela mulher do campo, em situação de cárcere e prostituição.

Ao reconstituir a trajetória do subcampo no Brasil é notório o relativo atraso em termos de produção e alcance quando comparado a geografia anglófona. Ademais, é igualmente perceptível uma cristalização de temas e discussões realizadas, que muitas das vezes, ignoram completamente as especificidades das homossexualidades brasileira. O enfoque no homem gay urbano, cosmopolita e classe média ignora como as identidades sexuais são fluídas e paradoxais em nosso país. Guimarães (1970) aludia a uma homossexualidade tipicamente brasileira em livro onde analisa a diferença entre a “bicha” e o “entendido”¹¹. A “bicha” seria o homossexual popular, efeminado e que povoa o imaginário coletivo como a representação arquetípica do homem gay, enquanto o “entendido” seria o homem másculo, de alto nível social e discreto em relação a sua sexualidade: a autora explicita a diferença entre esses dois tipos, ao destacar que o “entendido” era tolerado enquanto cidadão pelos seus pares por sua condição econômica e comportamento visto como esperado de um homem, enquanto, a “bicha” era posicionada como pária por evocar performances femininas, subvertendo assim a lógica heteronormativa. Fry (1982) na mesma linha de análise evoca a homossexualidade e as contradições existentes na figura do homossexual brasileiro: ao analisar o início da vida sexual de jovens em uma cidade no interior do país constatou que a grande maioria realizava sua primeira atividade sexual com homens gays, e ocasionalmente, mantinham relações sexuais de maneira sigilosa com eles. Porém, ao serem questionados sobre como enxergavam sua orientação sexual eles reafirmavam sua heterossexualidade porque “bicha é quem dá” (FRY, 1982, p.15) tornando difícil a tarefa de uma categorização e identificação das orientações sexuais.

Essa miríade de caminhos aponta para a necessidade de estudos sobre sexualidades não se aterem a normas ou conceitos pré-estabelecidos, porém, compreender que a população LGBTIA+ não são o grupo homogêneo que essas análises costumam indicar, mas, universos próprios que terão suas vivências e espacialidades singularizadas. Desse modo, esse trabalho visa somar a produção anteriormente relatada, porém, com a preocupação de compreender esse universo heterogêneo e pensar as sociabilidades além da mera prática de encontro e lazer, mas sim como expressão da diferença inerente a condição homossexual que se espacializa. Assim,

¹¹ Termo utilizado nas décadas de 1970 e 1980 para se referir a homens gays de classe média e militantes de organizações pró-LGBTIA+ (TREVISAN, 1999).

evocando Lefebvre (1970) e sua dialética espacial debruçaremos sobre a análise dos espaços “percebidos, vividos e concebidos” por esse grupo que historicamente teve o espaço e a cidade interditados para sua existência.

CAPÍTULO 3

CENTRALIDADES E SOCIABILIDADES: A CIDADE EM FRAGMENTOS

“[...] Se o mundo dos homens se reproduz com o mundo das coisas, das mercadorias, na consciência desse processo, surge a ideia de liberdade baseada na união de com o outro, na superação das relações sociais atomizadas que buscam o direito de participação numa sociedade de excluídos” (CARLOS, 2015, p.20).

O segundo capítulo discutirá os três conceitos chaves abordados nessa dissertação: centralidades, sociabilidades e interseccionalidade. A proposta é a partir de uma revisão bibliográfica e conceitual de autores como Castells (1973), Lefebvre (2007), Silva (2017), Sposito (2009, 2011), Parker (2009 [1916]), Simmel (2006 [1911]), Bell (1991) e Collins (2009) estabelecer um diálogo entre eles, além de, problematizar e atualizar certos pressupostos. Ao fim, pretende-se propor uma análise das centralidades a partir de práticas socioespaciais que envolvam o lúdico, a festa e o encontro e como essas expressões de centralidade podem ser analisadas a partir da prática interseccional.

3.1- Das Teorias da localização à poli(multi)centralidade

As Teorias da Localização foram desenvolvidas no século XIX e inseriram a abordagem econômica a perspectiva espacial. Entre os autores pioneiros nesses estudos se destacam Von Thunen (1826), Alfred Weber (1909), Walther Cristaller (1933) e August Losch (1940). Apesar, da análise espacial ser marginal nessas teorias elas são consideradas fundamentais para a discussão sobre centralidades e estruturação do espaço urbano.

O objetivo dessas teorias era auxiliar teoricamente as decisões locacionais de implantação de atividades econômicas no espaço urbano. A ideia central dessas teorias era a de aglomeração, porém, havia algumas divergências quanto a forma como essa aglomeração seria produzida: alguns teóricos defendiam que as atividades agrícolas e as recentes atividades industriais deveriam se localizar próximas ao mercado consumidor, enquanto outros, acreditavam que a simples localização dessas atividades no espaço atrairia o mercado consumidor. Mesmo em meio as divergências, um elemento comum entre os teóricos eram os chamados fatores locacionais.

Os fatores locacionais eram relacionados aos custos gerados pelo uso de transporte, renda fundiária, maximização e/ou minimização dos lucros e gastos dos fornecedores e consumidores e sobretudo a distância. O sucesso da localização dessas atividades econômicas necessariamente

dependia de uma harmonia entre os fatores locacionais de modo que para o consumidor final a relação custos-ganho fosse positiva. A necessidade da aglomeração para que esse “equilíbrio dos fatores locacionais” (VON THUNEN, 1826 [1992]) fosse alcançado lançava as bases para uma ideia de cidade monocêntrica, ou seja, as atividades econômicas e os fluxos espaciais perfaziam um centro único.

Dentre as teorias mais difundidas, e a mais discutida pela Geografia, está a Teoria dos Lugares Centrais (*Central Places in South Germany*) elaborada por Walther Christaller em 1933 a partir da adaptação da Teoria do Estado Isolado de Von Thunen (1826). Enquanto a teoria de Thunen abordava as atividades agrícolas no contexto do espaço rural a de Cristaller discutia as atividades industriais e de serviços no espaço urbano. A teoria tinha como proposta compreender os diferentes níveis de hierarquia urbana a partir da análise de diferentes núcleos em relação a sua distribuição, povoamento e função econômica. Esse levantamento objetivava a hierarquizar e classificar os lugares centrais definidos pelo autor como:

“lugares centrais são pontos no espaço, responsáveis pela distribuição de bens e serviços que atraem os agentes econômicos com o objetivo de efetivar suas demandas específicas” (SILVA, 2011).

A teoria afirma que as aglomerações urbanas são responsáveis por atender os interesses econômicos e/ou produtivos de sua área de influência imediata. Desse modo, a existência de diferentes aglomerações urbanas no espaço configuraria uma diversidade de funções econômicas, e, portanto, níveis diferenciados de alcance espacial dessas funções. Com isso, se estabeleceria uma hierarquia locacional com os “Lugares Centrais” no topo dessa hierarquia graças a maior oferta de atividades e funções e o amplo alcance espacial obtido. Em seguida, gradativamente viriam outras aglomerações de menor porte e alcance territorial até chegar à base dessa hierarquia formada por aglomerações que atendem apenas sua população local e possuem uma oferta reduzida de funções e serviços.

O centro que a teoria christalleriana faz menção não é o centro geográfico propriamente dito. Sua existência não está relacionada a delimitação física no espaço, mas, ligada as distâncias percorridas pelos consumidores para satisfazer suas necessidades de consumo. Logo, a centralidade nessa teoria se constitui a partir do binômio oferta-demanda. Com isso, a centralidade seria aferida pela complexidade de bens e serviços e ofertados, e por cálculos que demonstrariam os custos com distância empreendidos pelos consumidores para ter acesso a esses produtos.

A teoria também é alvo de críticas quanto alguns pressupostos teóricos utilizados. Autores como Santos (2003) e Côrrea (1997) criticam a abordagem espacial feito pelo autor: o espaço christalleriano é homogêneo em relação a distribuição da população e dos serviços ofertados, além, de presumir o mesmo nível de renda e acessibilidade espacial para a toda a população. Ao ignorar a reprodução material, humana e econômica desigual do espaço impossibilita a reprodução dessa teoria de maneira realista. Exemplo dessa incongruência foi a tentativa de adaptação desse modelo nas cidades americanas e europeias em 1945: a reprodução desigual do espaço e a dificuldade de acessibilidade de setores da população impediu a reprodução da teoria de maneira literal. Mesmo em meio a críticas quanto a sua aplicabilidade e validade teórica ainda é considerada pioneira nas discussões sobre centro e centralidade.

As discussões envolvendo centro e centralidade ganharam visibilidade a partir dos estudos realizados pela Escola de Chicago na década de 1920. Desenvolvida junto ao departamento de Sociologia Urbana da Universidade de Chicago essa corrente teórica e conceitual buscava compreender o processo de expansão da mancha urbana e o consequente crescimento populacional vivenciado pela cidade naquele período.

O acelerado crescimento industrial e urbano teve como consequência o aumento dos problemas urbanos típicos de grandes cidades. Os teóricos da Escola de Chicago observavam esses problemas como “patologias sociais” e defendiam soluções baseadas em modelos de uso e ocupação do solo urbano. Como descreve Colton (1992):

“o acelerado desenvolvimento industrial de algumas metrópoles norte americanas desencadeou um conjunto de fenômenos sociais urbanos tais como delinquência juvenil, o aparecimento de gangues marginais, bolsões de pobreza e desemprego, imigração e formação de comunidades segregadas (guetos)” (COLTON, 1992, p.54).

Diante dessa efervescência de situações a cidade de Chicago tornou-se laboratório para a análise dos fenômenos urbanos. Utilizando-se de métodos empíricos baseados em teorias como o Darwinismo Social e a Ecologia Humana foram elaborados inúmeros modelos de organização espacial que objetivavam:

“explicar as formas urbanas a partir de regularidades na distribuição espacial dos indivíduos e de determinadas características relacionadas ao status econômico e étnico, vinculando as formas espaciais ao processo de organização social” (COLTON, 1992, p.31).

Um fato comum a esses modelos era a existência de um núcleo dominante no qual todo o território se organizava e expandia. Destaque para os três principais modelos desenvolvidos no período: o modelo concêntrico de Ernest Burgess (1925), o setorial de Homer Hoyt (1933) e o multinucleado de Harris e Ullman (1945). A influência da teoria darwinista social propunha enxergar a cidade como um espaço de dominação e competição entre indivíduos fortes e fracos. Sendo assim, de acordo com o grau de competitividade, meios de dominação e coesão de um grupo social diferentes parcelas do espaço seriam ocupadas influenciando diretamente nas relações empreendidas entre esses indivíduos. A organização espacial seria definida assim: os grupos mais fortes e coesos ficariam com as áreas mais privilegiadas, o centro urbano, enquanto, os grupos mais fracos e com menor poder de articulação com as áreas mais distantes e pouco desenvolvida, as periferias:

“as áreas naturais, ou formações, podem ser definidas em termos de valores de terra onde o ponto maior do valor representa o centro (não necessariamente o centro geográfico, mas o centro econômico e cultural) enquanto os pontos de valor mais baixo da terra representam a periferia ou a linha fronteira entre as duas formações diferentes” (GOTTIDENER, 1993, p.40)

O modelo de áreas concêntricas elaborado por Ernest Burgess estabelecia a existência de uma área denominada *Central Business District* (CBD, na sigla em inglês) ou “área central de negócios” cujo valor do solo seria mais elevado, além de, majoritariamente ocupado por atividades de comércio e serviços especializados e com amplo alcance territorial, além de, elevado grau de verticalização o que permitiria ser facilmente distinguível na paisagem. O CBD seria circundado por outras áreas com conteúdo socioespacial bem definido: uma zona de transição, seguida de uma zona industrial com a presença de vilas operárias e uma zona de moradia burguesa. Com isso, estabelece-se um modelo de organização do solo onde ocorre uma delimitação clara das áreas de moradia, comércio e serviços cujo deslocamento determinaria a capacidade de acesso dos habitantes a cada um desses círculos. Ademais, o centro se destaca como a área de maior concentração de bens, serviços e atividades (PINHEIRO, 2017).

Em oposição a esse modelo, o teórico e especulador imobiliário Homer Hoyt instituiu a teoria setorial. Esse modelo se organiza através de “fatias” que se expandem do Centro em direção a periferia de acordo com o grau de acessibilidade conferido pela utilização de transportes. A utilização dos meios de transportes indicaria a existência de dois pressupostos: o primeiro, estaria relacionado a expansão da mancha urbana em direção a periferia em razão do

processo de suburbanização e da concentração de atividades varejistas, e o segundo, estaria relacionado ao processo de segmentação de usos e ocupações do espaço urbano, que nesse caso, demarcaria a presença de uma elite concentrada no Centro dominante e um perfil de classe média e baixa nas franjas periféricas. Uma similaridade entre esse modelo e o de Burgess (1925) é a ênfase ao núcleo central conferindo um caráter monocêntrico a cidade.

A Teoria de Harris e Ullman inova ao propor uma nova organização espacial as abordagens feitas até o presente momento. Ao defender a ideia de núcleos múltiplos ao longo do tecido urbano o modelo apresenta o ideal de cidade policêntrica:

“o modelo policêntrico contempla aspectos sociais, econômicos e histórico das cidades. Demonstrando que cada centro é um núcleo capaz de organizar os diferentes usos do solo formando núcleos de crescimento distintos” (PINHEIRO, 2017, p.74).

A emergência desses novos centros estaria diretamente ligada as chamadas economias de aglomeração. Esse processo consiste na proximidade espacial de atividades e serviços semelhantes de modo a gerar um maior aproveitamento do espaço e maximizar as possibilidades de lucro.

Gottidener (1993) foi um crítico dos modelos espaciais da Escola de Chicago. Segundo o autor ao privilegiar o espaço como elemento de análise e desconsiderar as relações socioeconômicas presentes a aplicação dessas teorias não se mostrava crível na realidade. Autores como Côrrea (1993) e Villaça (1998) readaptaram esses modelos para a realidade dos países latino-americanos. Côrrea (1993) analisa duas áreas do Centro da Cidade: o CBD e a Zona Periférica ao Centro (ZPC). A ZPC consistiria numa área que margeia a Área Central possuindo um conteúdo espacial, social e produtivo radicalmente diferente do CBD, porém, estabelecendo uma relação de complementaridade com ele no tocante as atividades de comércio e prestação de serviços. Villaça (1998), por sua vez, analisa o espaço intraurbano das principais metrópoles brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador) elencando fatores históricos, econômicos, locacionais e produtivos para explicar a centralidade exercida por cada uma delas e como esse atributo é variável ao longo do tempo e das intenções dos agentes produtores do espaço urbano (CÔRREA,1993).

A partir das décadas de 1960 e 1970 ocorre uma mudança na forma como a forma espacial Centro e seu atributo centralidade são debatidos. A análise passa a ser pautada através da relação sujeito-objeto típica da abordagem da estrutura/estruturação do espaço. A presente pesquisa faz uso desse debate e visa complementá-lo com a discussão de um grupo focal específico. A abordagem de centralidade e centro até aqui tem como objetivo análises econômicas e estritamente espaciais, desconsiderando, possíveis relações entre sujeito, objeto e espaço. A estruturação é uma noção que rompe com esse pensamento ao propor uma visão sobre o espaço

continuamente reconstruído a partir de processos sociais, políticos e econômicos dinâmicos. Sendo assim, o espaço não seria aquilo que é fixo, cristalizado, mas estaria em permanente trânsito e mudança.

Dois autores vão discutir entre si essa abordagem da estrutura e estruturação do espaço: Manuel Castells e Henry Lefebvre. Com posições antagônicas entre si, os autores vão criticar a abordagem marxista do espaço realizada até então. A abordagem marxista do espaço destacava os diferentes modos de produção e a maximização do lucro pelos capitalistas como pressuposto básico para a organização e (re)produção espacial. Essa narrativa vai ser alvo de críticas em comum pelos dois autores que vão defender a ideia do espaço enquanto resultado de uma dada formação social. O ponto de atrito entre os dois ocorre quanto a subordinação das transformações espaciais e produtivas em relação ao espaço: para Castells era natural essa subordinação, enquanto para Lefebvre não.

Castells interpreta a cidade como unidade espacial de reprodução da força de trabalho e consumo coletivo afastando o autor de uma teoria sobre o espaço propriamente dito. O autor observava na relação sociedade-espaço um processo de mão única: as relações sociais e produtivas teriam a capacidade de modificar o espaço, porém, o inverso não aconteceria reiterando a noção do espaço como mero suporte físico e material (CASTELLS, 1973). Por sua vez, Lefebvre analisa a cidade como entidade dinâmica e subordinada ao processo histórico (LEFEBVRE, 2007) portanto aberta a um constante processo de construção. Em sua concepção, o espaço não seria apenas mero suporte físico e material, mas, resultado de interações sociais manifestas, além de, ser local estratégico para reprodução da vida e lócus de dominação.

Assim, na perspectiva lefebvrina, a centralidade é vista enquanto um atributo espacial dinâmico e em permanente mudança no tecido urbano. A característica primária da centralidade seria a aglomeração denotando o caráter capitalista de sua constituição. A aglomeração de pessoas, bens, mercadorias, informações fluxos, capitais e poder seria a essência da centralidade, o que lhe conferiria sentido e a tornaria única no espaço:

“a centralidade então é uma forma, nela mesmo vazia, mas que chama um conteúdo, objetos, seres naturais ou artificiais, coisas, objetos, produtos, obras, signos, pessoas, situações, relações práticas. O que aproxima da forma lógica. De sorte que há uma lógica na centralidade. O conceito de centralidade religa o pontual ao global. (LEFEBVRE, 2007, p.332)

Assim, a centralidade seria caracterizada pela sua capacidade de aglomerar, reunir, concentrar e ao mesmo tempo conectar em diferentes escalas tudo aqui que o urbano produz e intermedia. Porém, mesmo com forte viés econômico e produtivo a centralidade não pode ser encarada apenas como lócus de concentração das atividades capitalistas, mas sim, como possibilidade de concentração e dispersão de discursos, práticas e objetos. Aliás, a relação de forças centrípeta-centrífuga, como atesta o autor, é característica indispensável das centralidades: ao mesmo tempo que forças atuam no sentido de aglutinar e orbitar elementos, forças contrárias dispersam e estilhaçam esses elementos em várias direções.

Tomada enquanto construção a centralidade nunca é fixa ou estática, sendo, um processo aberto que supera e atravessa antigas localizações e formações. Do mesmo modo, que cada sociedade produz seu próprio espaço ao longo da história, cada centralidade foi produzida de acordo com as lógicas e necessidades de determinado período. Como aponta Lefebvre:

“a centralidade não é estática. Ela se move, surge e desaparece por deslocamento, estilhaço ou subversão, pelo excesso de saturação ou pela revolta dos refratários” (LEFEBVRE, 2007, p. 334)

A centralidade de hoje não é necessariamente a de amanhã. Diferentes aglomerações de grupos, ideias e práticas sugerem a constituição de diferentes e segmentadas centralidades. Assim como, o conteúdo e razão de ser dessas centralidades se modifica num lastro temporal, sua localização espacial está igualmente sujeita a deslocamentos, como aponta o autor:

“qualquer ponto pode tornar-se foco, lugar privilegiado, a convergência” (LEFEBVRE, 2007, p. 335)

A cidade multicêntrica converte-se no modelo de cidade do capitalismo contemporâneo: com centralidades múltiplas que dialogam entre si, ora complementando-se, ora conflitando-se, num nível hierárquico em que o Centro Principal não perde seu caráter dominante sobre o espaço, porém, fica sujeito a adaptações em sua forma e conteúdo para conviver com as demais centralidades constituídas (SPOSITO, 2009).

A formação das poli(multi)centralidades é discutida por autores como SPOSITO (1991) esse fenômeno espacial se torna mais perceptível a partir da década de 1970 nos países do capitalismo avançado. O processo de multicentralidade está atrelado a mudanças na economia

mundial em curso naquele período: o choque do petróleo e a crise de 1973 representaram a crise do fordismo e do modelo de produção baseado no consumo de massa (HARVEY, 1992) levando os países centrais a iniciarem uma reestruturação produtiva, econômica e financeira de seus modos de produção com fortes implicações espaciais.

Uma das consequências espaciais observadas foi o acelerado processo de suburbanização vivenciado pelas cidades estadunidenses. A ampliação do consumo foi marca deste período sendo evidenciada através da utilização de automóveis particulares: comumente diversos membros de uma mesma família faziam uso de automóveis próprios. A popularização desse meio de transporte garantiu maior mobilidade espacial e gerou como consequência mudanças na organização e ocupação do espaço.

O tecido territorial das cidades se ampliou ocorrendo um deslocamento das atividades de serviço e comércio em direção a periferia e as franjas periurbanas. A criação de rodovias interestaduais foi crucial nesse sentido: ao conectar o centro das cidades com áreas afastadas da periferia permitia a instalação de equipamentos comerciais ao longo do trecho, como redes de *fast foods*, hipermercados e *shopping centers* redirecionando as economias de aglomeração (HARVEY, 1992) para áreas distantes do Centro Principal constituindo novas centralidades. Paralelo, ao processo de expansão das novas centralidades coexistia um discurso de deslegitimação e fuga das áreas centrais principais. O Centro das cidades era adjetivado como “degradado”, “saturado”, “obsoleto” ou “velho” havendo uma necessidade de “revitalização”¹² dos seus usos e formas de ocupação. Smith (1996) associa o discurso de decadência da Área Central a uma tentativa do capital imobiliário de substituir as funções ora encontradas nessa área, por outras, que prezam por uma integração econômica global e pela massiva presença de atividades financeiras e de controle. Cabe ressaltar que esse discurso de decadência do Centro está igualmente associado ao aspecto moral: no caso do Rio de Janeiro a dita “revitalização” da Zona Portuária na década de 2010 e a recuperação arquitetônica e funcional da Lapa na década de 1990 está associada a uma mudança do conteúdo social e de classe dessas localidades. No período anterior as mudanças realizadas as duas áreas se destacavam pela presença da prostituição de mulheres e das travestis, assim como, pela presença de uma população gay trabalhadora e de status social baixo. Estigmas como o da decadência moral, violência e perigo associados a esses locais, indiretamente, se relacionam a presença desses grupos sociais nessas localidades (como será discutido no capítulo

¹² O uso do termo revitalização é alvo de críticas por parte de alguns geógrafos. Souza (2009) critica a utilização do termo “revitalização” por pressupor que houve uma “retomada da vida” nas áreas centrais, geralmente, após a realização de grandes operações urbanísticas público-privadas. A opção por revitalizar desconsideraria a presença anterior de “vida” que existia nessas áreas centrais que muitas das vezes eram de imigrantes, trabalhadores do sexo e população LGBTIA+.

3). Portanto, há de se fazer menção que a LGBTfobia e a moralidade pautam o discurso de “crise do centro” sobretudo no caso da cidade do Rio de Janeiro.

O uso do termo centralidade utilizado pelo presente trabalho contrasta com a utilização de outros conceitos utilizados anteriormente em produções que investigavam as vivências espaciais gays nas metrópoles (COSTA, 2012, RIBEIRO, 1995, PERLONGHER, 1987, FACHINNI, 2009). As razões para sua utilização decorrem dos seguintes pressupostos: **I-** a possibilidade de inserir a discussão da vivência espacial LGBTIA+ no contexto da Organização Interna das Cidades e da Geografia Urbana analisando um atributo fundamental para se compreender a estruturação urbana da cidade, **II-** a centralidade aqui, tem a possibilidade de adquirir uma conotação diferente das de outros conceitos anteriormente utilizados, tais como microterritórios e/ou guetos buscando a dimensão real das suas relações e inserção espacial. No caso dos guetos, existe uma implausibilidade teórica em aplicar esse conceito que traz em si uma carga de segregação étnica-cultural no contexto do espaço urbano: por mais que os espaços de sociabilidade estudados, sob o ponto de vista, da aceitação moral coletiva sejam vistos como párias e/ou marginalizados eles estão inseridos no contexto de obtenção de lucro via economias de aglomeração e seus usuários são incluídos na lógica de produção capitalista ora como força de trabalho, ora como consumidores, sendo assim, acabam por não reproduzir a marginalização violenta e total que é marca característica dos guetos. Já no caso das territorialidades e microterritorialidades a não utilização desses conceitos ocorre pelo próprio caráter dos espaços analisados.

Ao utilizar as (micro)territorialidades se demonstra uma manifestação espacial de poder com predomínio do público-alvo desses estabelecimentos: homens gays jovens. Porém, o que é comprovado pela metodologia aqui utilizada é uma não predominância de homens gays nesses espaços, mas sim, uma coexistência conflituosa com homens e mulheres heterossexuais, que por vezes promove uma perda de espaço pelo público-alvo desses empreendimentos. A centralidade, enquanto conceito, permite compreender esses locais como pontos no espaço onde os fluxos de deslocamento para fins de lazer e diversão do grupo referido se faz em maior frequência não representando com isso uma dominação exclusiva e/ou isolada do restante do tecido urbano.

Homens gays, sobretudo, aqueles que trazem à mostra o signo de sua sexualidade. muitas das vezes, não se dirigem as centralidades convencionais dos grandes centros urbanos, por receio de sofrerem violência homofóbica ou por não perfazerem os fluxos presentes nessas centralidades. Como demonstrado nas entrevistas (que serão analisadas no capítulo 4) muitos desses sujeitos perfazem centralidades opostas as tradicionais: a área central do Rio de Janeiro para muitos deles, por exemplo, não é a centralidade do trabalho e/ou estudo. Parte expressiva dos interlocutores ouvidos trabalham e/ou estudam em outros bairros e setores da cidade, que muitas das vezes, nem

subcentros são considerados. Então, enquanto para muitos a Área Central é uma centralidade apenas para atividades produtivas e/ou comerciais, para esse grupo populacional, é uma centralidade com fins de lazer e encontro. Essas “contra - centralidades” como quero propor reforça a necessidade de pensar a cidade não como um bloco monolítico e homogêneo apropriado de maneira igual pelos grupos sociais seguindo a lógica dos agentes que a planejaram e produziram, mas sim, como uma heterogeneidade de trajetos, corpos e sentidos que produzem centralidades opostas, efêmeras e lúdicas rompendo com uma visão hostil e economicista.

3.2- Sociabilidades: de Simmel aos espaços de consumo.

O conceito de Sociabilidade (*Geselligkeit*) foi originalmente desenvolvido no campo da Sociologia possuindo como referência os estudos de Simmel e posteriormente as teorias desenvolvidas no âmbito da Escola de Sociologia Urbana de Chicago.

A Sociologia Urbana é uma corrente do pensamento responsável por conferir ao espaço urbano, e em menor grau, ao espaço rural a explicação de uma série de fenômenos sociais. A ideia de uma análise sociológica do urbano tem forte lastro teórico, com métodos empíricos e uso da lógica como forma de “resolver” os problemas relacionados a industrialização e rápida urbanização das cidades americanas no século XX. O “organismo” urbano, segundo seus teóricos, estava acometido de patologias sociais que poderiam prejudicar seu funcionamento.

O termo “Sociologia Urbana” foi utilizado pela primeira vez por Simmel (1911 [2006]) que inovaria em suas análises ao interpretar a realidade social a partir da interação entre indivíduos. Segundo sua premissa, a sociedade não pode ser analisada apenas pela figura do indivíduo, mas através, da interação entre indivíduos e a relação estabelecida com o meio.

Segundo Simmel (1911 [2006]) a sociabilidade seria “um livre exercício de todos os conteúdos sociais”, sendo, portanto, um fim em si mesmo. Porém, para o entendimento do termo sociabilidade seria necessário a compreensão de outros conceitos subjacentes: sociação e sociedade. Segundo o sociólogo a sociedade seria uma interação entre indivíduos que eram definidas por objetivos e finalidades comuns. A agregação desses indivíduos em processo de interação temporária e definida era entendida como sociação. Assim o autor definia:

“à sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos em razão de seus interesses sensoriais, ideias momentâneas, duradouras, conscientes ou inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinado desenvolvem-se conjuntamente em direção a uma unidade no seio do qual esses interesses se realizam (...) formam a base da sociedade humana.” (SIMMEL, (1911 [2006] p. 60 -61).

Desse modo, a sociabilidade seria uma forma de interação social coletiva que não teria uma finalidade prévia ou objetivo definido, mas, uma forma de comunicação que tem o prazer da troca e partilha como resultado imediato, naquilo que Simmel (1911 [2006]) define como “sociabilidade desinteressada”. O autor destaca que mesmo se despidendo de objetivos a serem perseguidos a sociabilidade em nenhum momento se torna vazia ou sem sentido, mas ao contrário, ela passa a expressar a forma mais pura da interação social. Importante destacar que a conversação, elemento fundante da sociabilidade, se pauta por regras implícitas de decoro e respeito entre os falantes que operam com o objetivo de garantir o caráter democrático das interações.

A necessidade do decoro nas interações leva a um outro conceito discutido pelo autor que é o de sociabilidade intraclassista (SIMMEL, 1911 [2006]). Tal ideia demonstrava:

“as relações só podem ocorrer efetivamente no interior de estratos ou segmentos sociais, tornando-se insuportáveis ou dolorosas quando vividos entre membros de classes distintas, já que pressupõe um mínimo de valores (capital cultural) compartilhados” (FRUGÓLLI, 2007, p.67).

Essa definição refletia a posição social que Simmel ocupava na sociedade berlinense naquele período: frequentador de clubes literários destinados a figuras influentes de sua época demonstrava a partir de suas ideias que a sociabilidade possuía um componente de classe implícito para sua efetivação. Essa interação entre sujeitos que partilhavam de códigos sociais semelhantes pressupõe uma relativa superficialidade em posturas e conversações. A chamada atitude blasé será discutida por Simmel na sua obra *A vida mental e a cidade* (SIMMEL, 1917) onde o autor busca a luz de discussões psicológicas e cognitivas compreender a Berlim *fin de siècle*, lócus de inúmeras transformações resultantes do rápido crescimento territorial e da incorporação da lógica capitalista racionalizada sobre o espaço e as relações sociais.

O autor atribui a emergência do dinheiro e das operações de troca comercial a responsabilidade por alterar profundamente a relação entre os indivíduos e impactar negativamente a sociabilidade. Segundo ele, a monetização das relações sociais fazia com o que os cidadãos perdessem sua “originalidade” tornando as interações “espiritualmente distantes”:

“o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa todas as diferenças qualitativas das coisas em termos de “quanto”? O dinheiro, com toda a sua ausência de cor e indiferença, torna-se denominador comum de todos os valores; arranca implacavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade” (SIMMEL, 2006 [1917]) p.15)

A necessidade de estar presente em diferentes contextos e interagir com grupos sociais distintos impõe ao indivíduo a necessidade de atuar em diversos “papéis sociais” que funcionam como maneiras de garantir livre trânsito entre diferentes espaços e situações. O recurso do “jogo de cena” (SIMMEL, 1917) seria uma forma distante, superficial e automática do sujeito estabelecer suas interações sociais, sem nenhuma profundidade ou interesse real na troca estabelecida. A explicação para esse comportamento blasé era ancorada em questões psicológicas e sensoriais: as diferentes experiências cognitivas e sensoriais que os seres humanos estariam expostos diante de um mundo em constante e acelerada transformação estimulavam o sistema nervoso a se adaptar ao meio:

“à atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes, que em rápidas mudanças, e compreensão concentrada são impostas aos nervos (...) essa fonte fisiológica da atitude blasé metropolitana é acrescida de outra fonte que afluí da economia do dinheiro. Isto não significa que os objetos não sejam percebidos, como é o caso dos débeis mentais (sic) mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas são experimentadas enquanto substancias (...) é por isso que as grandes cidades também constituem a localização genuína da atitude blasé (SIMMEL, 1917 [2006], p.36)

A aplicação da teoria simmeliana no contexto de um mundo globalizado e pós moderno se torna anacrônica e problemática, a medida, que não consegue apreender as constantes mudanças de identidade e posições do sujeito. Porém, ainda assim ela é de muita valia para compreender princípios básicos da interação social. A alegoria dos papéis sociais é identificada a exaustão ao longo da pesquisa: ao analisar os espaços de sociabilidade e encontro da população gay é preciso entender que suas vivências e cotidianidade não se restringem apenas a esses espaços. Como discutiu Valentine (1992) seus corpos e desejos também marcam presença em espaços heterossexualizados como o trabalho, a casa e a universidade obrigando-os a adotarem papéis sociais que os tornem aceitos e a salvo de hostilidades e perseguições.

Ampliando a escala de análise, poderíamos afirmar que a própria cidade obriga a esses sujeitos a aderirem um papel social que contradiz seu comportamento e orientação sexual. Chama a atenção a fala de um entrevistado morador do bairro de Campinho, zona norte da cidade de 25 anos. Durante a entrevista ele ressalta um “truque”, como ele mesmo atribui, para se deslocar da sua casa até a *Street Lapa*, boate na Área Central onde costuma frequentar:

“quando eu vou para a Street eu geralmente vou de ônibus. Daí no caminho eu vou sempre de calça jeans e camiseta (sic). Mas quando chego lá eu vou direto pro banheiro e coloco meu shortinho, meu glitter (sic) e aí sim to pronta (sic) pra festa”. (morador de Campinho, 26 anos).

Quando indagado o porquê da utilização desse “truque” o entrevistado afirma sofrer medo da violência por estar vestido de forma “afeminada”. Esse relato joga a luz na discussão sobre os papéis sociais e demonstra que a todo o momento esses sujeitos performam comportamentos e atitudes que reprimem seus desejos e sexualidades numa tentativa de ser “aceito” diante da lógica normatizadora e heterossexualizada da cidade.

Igualmente desperta a atenção o relato de um entrevistado de 27 anos de idade morador do bairro de Ricardo de Albuquerque, na zona norte, que trabalha numa empresa como auxiliar de escritório. Ele relata que omite sua orientação sexual dos colegas de trabalho por medo de sofrer homofobia, pois, segundo ele é comum ouvir piadas e comentários homofóbicos de colegas de seu setor de trabalho:

“Noutro dia um cara do meu setor tava (sic) comentando que no time de futebol que ele joga entrou um cara com um “jeitinho de gay” e que ele ficou incomodado em dividir o vestiário com ele. Disse que se ele olhasse ia “meter a porrada”. Me deu muita revolta, mas, não posso falar nada porque eles não sabem que sou gay (...) é horrível ter que ficar se controlando. Por isso que todo sábado to na balada porque lá me sinto eu de verdade, sabe?” (morador de Ricardo de Albuquerque, 27 anos).

A discussão sobre Sociabilidade Urbana ganhará ímpeto com as análises feitas pelos teóricos da Escola de Sociologia Urbana de Chicago, dentre eles, merece especial menção Robert E. Park. Antes de prosseguir com o debate sobre sua obra é necessário ressaltar que as discussões feitas refletem a visão e posicionamento dos estudos sobre sexualidades e “minorias” sociais da época que demonstravam forte discriminação racial, xenófoba e LGBTfóbica. Por isso, cabe a nós pesquisadores revisitar tais obras de maneira crítica com o intuito de rediscuti-las e propor novos pressupostos.

Em 1916 Park lança sua obra mais reconhecida “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” que serviu de inspiração para a elaboração dos modelos de organização da cidade de Ernest Burgess (1925). Na visão de Park, a cidade era vista como um “estado de espírito” que é alterado a partir da interação entre a organização territorial e a ordem moral:

“à cidade seria assim uma organização territorial e uma ordem moral com o objetivo de circunscrever espacialidades e territorialidades específicas” (FRUGÓLLI, 2007, p.28)

O autor analisa a prática de isolamento de diferentes grupos sociais na cidade; segundo afirma esse isolamento não seria motivado apenas por afinidades profissionais ou condições econômicas, mas, também por gostos, estilos e temperamentos¹³. O resultado seria a formação das regiões morais que são compreendidas como locais da cidade ocupados por indivíduos que partilham de um mesmo código moral e ético. Segundo Park, na cidade em rápida transformação havia a coexistência de regiões morais com locais de conduta divergente, como as comunidades étnicas de imigrantes judeus e italianos e zonas de prostituição feminina na cidade de Chicago. Uma característica dessas regiões era a coesão interna entre seus habitantes ancoradas nas relações de vizinhança e partilha de códigos similares e o isolamento quando comparados com o restante do tecido social.

O autor complementava a discussão relacionando a existência dessas regiões morais a índices de violência sem qualquer tipo de dado estatístico e numérico. Para solucionar essa problemática era necessário desenvolver um modelo de organização urbana (PARK e BURGESS, 1925) que possibilitasse a ascensão social de seus moradores e o consequente abandono dessas áreas. Park inclusive afirma que a maior concentração de regiões morais divergentes se encontrava nas áreas próximas ao Centro de Chicago:

“uma divisão moral no interior da cidade, com áreas consideradas mais degradadas, no caso de Chicago, aquelas áreas próximas do Centro marcadas pelo enfraquecimento dos laços entre seus moradores” (PARK, 1984 [1925]).

A ideia de “regiões morais” mesmo alvo de críticas e considerada anacrônica nos dias atuais ainda pode ser observada no que tange a imagem negativa e hostil associadas a esses espaços. Embora, inseridos no circuito de consumo das áreas de lazer é perceptível o quanto esses locais sofrem com a estigmatização e perseguição. Exemplo disso, é a recorrente insatisfação tanto entre frequentadores quanto entre colaboradores em relação a insegurança nas imediações dos espaços aqui analisados. A produtora de um desses espaços, localizados na Lapa, questionou a relativa discrepância entre o aparato da Polícia Militar presente no trecho que compreende os

¹³ O uso do termo “temperamento” ou sua variação “temperança” reforça a abordagem organicista desses teóricos em relação ao espaço urbano.

Arcos da Lapa em comparação com a boate localizada a poucos metros dali. A sensação entre os entrevistados era que não havia uma valorização por parte dos agentes do Poder Público em zelar pela segurança dos frequentadores desses espaços, o que acabava por refletir diretamente no aumento de casos de furto e roubos antes e após os eventos. A minimização desses casos e a indisposição em solucioná-los por parte do aparato policial também eram queixas comuns entre os interlocutores.

Durante trabalho de campo realizado no Carnaval de abril de 2022 pude notar que na longa fila de entrada para um evento na boate *Street Lapa* não havia a presença de viaturas policiais ligadas a Operação Centro Presente¹⁴ contrastando com a presença de um efetivo maior dessa unidade em bares e blocos a poucos metros dali. Esses fatos permitem confirmar o quanto esses espaços são ignorados pela institucionalidade sofrendo uma marginalização implícita.¹⁵

A discussão sobre as novas sociabilidades urbanas possui um caráter multidisciplinar e visa compreender as mudanças ocorridas no espaço, nas relações sociais e nos meios e modos de reprodução do capital. Para se compreender essa nova dinâmica da sociabilidade é necessário correlacionar o atual momento de produção do espaço ao hiperconsumismo e a privatização da vida (CARLOS, 2015).

Carlos (2009, 2015) estabelece uma teoria do espaço a partir de discussões anteriormente realizadas por Marx e Lefebvre sobre as relações de produção do capital. Possuindo como lócus de análise a cidade de São Paulo, a autora busca entender o papel desempenhado pelo espaço geográfico nesse novo momento de (re)produção ampliada do capital. A nova fase do capitalismo é marcada pela transição do capital industrial para o capital financeiro-especulativo (HARVEY 1992) que impacta profundamente a forma como o espaço é concebido, planejado e vivenciado. O próprio estatuto do espaço será modificado quando ele mesmo passa ser considerado uma mercadoria: se antes o chamado espaço geográfico, era visto pela própria Geografia e entre os agentes econômicos produtivos como “receptáculo” das atividades produtivas e local de fluidez das relações econômicas e comerciais; agora ele é entendido como uma mercadoria que é negociada, repartida e apropriada segundo a lógica de consumo.

¹⁴ A operação Segurança Presente é uma iniciativa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) que visa promover um modelo de segurança pública baseado na proximidade promovendo ações de assistência social, controle da ordem pública e atendimento social em bairros da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁵ Caso semelhante ocorre na boate Papa G no bairro de Madureira, zona norte do Rio. Casos de roubos, tentativas de homicídio, espancamentos e brigas generalizadas são comuns ao fim das festas. Porém, como os interlocutores também afirmaram, a presença do efetivo policial é ínfima e muitas das vezes seguranças privados estimulam e praticam a violência contra os frequentadores. Esses exemplos ajudam a defender a ideia de que as regiões morais e a campanha contra elas segue viva no ideário urbano.

Desse modo, o atual estágio do capitalismo depende do consumo do espaço e de espaços de consumo para completar seu ciclo de reprodução e ampliar sua margem de lucros. Porém, os agentes econômicos e imobiliários ao intervir no espaço buscando maior retorno financeiro desconsideram que o espaço é igualmente lugar da “reprodução social” (CARLOS, 2015) sendo, com isso, produto de diferentes formas de apropriação e vivência que sobrepõe o valor de uso em relação ao valor de troca. Assim, se desenrola um conflito no e pelo espaço: de um lado grupos e classes sociais que expressam seus valores de uso, costumes e formas de conceber e imaginar o espaço, e do outro, agentes econômicos e produtivos impondo a racionalidade financeira e a homogeneização como forma de arregimentar retorno financeiro no médio e longo prazo.

Essa luta de classes tem implicações na forma como o espaço vai se moldando nas grandes cidades do capitalismo mundial e semi periférico. Processos distintos como a *disneyficação* urbana (HARVEY, 1992), a disputa entre cidades pela atração de investimentos internacionais (ROLNIK, 2019), operações urbanas parcelares e o estabelecimento de parcerias públicos e privados (CARLOS, 2015) são um dos exemplos que norteiam a forma como as cidades e o espaço urbano são concebidos e planejados no atual estágio do capitalismo. Porém, o que nos interessa a nível da sociabilidade urbana é compreender dois fenômenos, paralelos a esse, que vem ocorrendo nas cidades: a privatização da vida urbana e a fragmentação e segmentação urbana.

Esses dois acontecimentos foram analisados por diversos autores (SERPA, 2001, GOMES, 1996, SOUZA, 2006) e tem como ponto em comum a forma como a cidade é cada vez mais dividida, parcelada e apropriada de maneira privada pelos agentes sociais seguindo a lógica de produção e organização do espaço capitalista. Essa privatização da cidade e da vida urbana dialoga com um fenômeno maior que é o desmonte do Estado e das políticas públicas frente a ascensão do neoliberalismo na década de 1980: a ideia de que o “público” é ineficiente, ruim e por vezes um fardo ao Estado é resultado da diminuição gradual de investimentos públicos e de uma política agressiva de valorização da iniciativa privada como solução. Nas cidades, isso pode ser atestado através da forma como o espaço público (GOMES, 1996) é visto pelos cidadãos e na atenção relegada a ele pelo Poder Público: não raro, imagens de praças e parques públicos deteriorados, mal iluminados e alvo de ações violenta povoam o imaginário coletivo. Aliás, a violência urbana tem papel crucial na evolução do emuralhamento da vida social (GOMES,

1996). A percepção de violência (CANO, 1998)¹⁶ é um elemento decisivo para a aceleração da privatização da vida na cidade: o surgimento de *shopping centers*, condomínios fechados, loteamentos exclusivos e segurança privada (SPOSITO, 2011) é reflexo de uma sociedade que vê na exclusão do outro e na autossegregação a solução para os problemas urbanos.

Em todos esses espaços privados o que media as relações sociais, a co-presença e permanência dos sujeitos é a capacidade de consumo. Logo, a existência desses lugares está diretamente relacionada a posição de classe que o sujeito ocupa na sociedade segmentando a sociabilidade e permitindo a criação de verdadeiros “enclaves” sociais no espaço urbano. No caso dos espaços de sociabilidade aqui relatados isso é bastante demonstrativo: o seu uso privado, segundo interlocutores, seria positivo à medida que restringiria o acesso a um público “indesejável” e ajudaria a manter a segurança dos usuários, como fica claro na fala de um interlocutor:

“sei que o valor é um pouco mais alto, mas eu acho bom (sic). Porque, tipo assim sabe, você se sente mais seguro porque sabe que não ter pedinte, mendigo ou gente com má intenção lá dentro. Eu tenho horror a festa de rua por isso: fica aquele bando de garoto pedindo, roubando é horrível. Gosto de estar com gente igual a mim, me sinto seguro” (morador da Tijuca, 27 anos se referindo ao Espaço Sacadura localizado na Praça Mauá).

O consumo nesses espaços seria uma forma de segmentação do acesso e uma reificação de que a sociabilidade deve ser realizada entre iguais, como defendia Simmel (1911). Assim, a cidade na atualidade assistiria a uma sociabilidade classista, implicitamente marginalizadora e que corrobora com um processo a nível macro: o da fragmentação urbana.

A discussão sobre a fragmentação urbana (CARLOS, 2009) dialoga com processos que ocorrem em diferentes escalas. A nível mundial, a globalização foi responsável por uma maior fragmentação das cidades no interior da teia de relações econômicas e produtivas: a desigualdade quanto ao acesso a mercados, diferentes níveis de crescimento econômico e posições dispareas quanto as atividades de controle e produção conformaram um espaço urbano mundial fragmentado. A nível da organização interna das cidades essa fragmentação é perceptível através das diferentes formas de apropriação e usos da cidade.

¹⁶ Cano (1998) realizou um estudo sobre a dita “violência urbana” na cidade do Rio de Janeiro. A análise constatou uma segmentação de diferentes tipos de crime em áreas da cidade com crimes de patrimônio concentrados na zona sul e crimes contra a vida concentrados na zona norte, oeste e Baixada Fluminense. O autor destaca que a percepção de violência é maior entre moradores de bairro nobre da cidade, onde o policiamento e investimento em segurança pública é estatisticamente maior demonstrando uma falsa simetria entre a violência real e a percepção sobre a violência.

A lógica neoliberal racionalizadora relega as cidades uma organização territorial que visa suprimir as barreiras espaços-temporais e permitir uma circulação fluída e rápida das atividades econômicas e financeiras. Com isso, se cria uma cidade mosaico (CÔRREA, 1992) marcada pela setorização da cidade e pela delimitação de atividades e ocupações em áreas específicas. Com isso, temos a zona residencial, a zona de lazer, a zona industrial, a zona comercial estabelecendo trajetos e permanências particulares. A opção por essa segmentação urbana mina a possibilidade de construção da cidade enquanto experiência coletiva (CARLOS, 2015). A partir do momento que a coesão e as relações de proximidade com a diferença deixam de ser estimuladas a essência da cidade moderna é perdida e o que resta são parcelas do espaço vividas ocasionalmente e de maneira asséptica.

A existência de espaços de sociabilidade gay corrobora com a fragmentação urbana a medida que o acesso, permanência e práticas socioespaciais verificadas neles não diz respeito a toda a população gay masculina, mas sim, a uma pequena parcela que tem poder aquisitivo e capital cultural e econômico para poder consumi-la. Desse modo, opera uma dupla fragmentação: a nível micro, quando esses espaços são segmentados em sua maioria por homens gays que podem ter acesso a eles pelas razões acima mencionadas; e a nível macro quando na escala da cidade observamos áreas delimitadas espacialmente para um tipo específico de sociabilidade, que muito pouco ou quase nada, dialoga com o restante do tecido espacial urbano. E, quando ocorre esse dialogo ele se dá pela via do conflito, exclusão e apagamento espacial como é o caso dos espaços que serão analisados aqui.

Assim, a cidade é mercadoria parcelada, acessível a poucos, especulada por muitos e planejadas por um grupo específico. É necessário a utopia, a festa, o fervo, a sociabilidade pura como forma de resgatar a Cidade em sua totalidade

CAPÍTULO 4

DO LARGO DO ROCÍO A GALERIA DO AMOR: A ÁREA CENTRAL COMO LÓCUS DE SOCIABILIDADE GAY CARIOCA¹⁷¹⁸

“Na galeria do amor é assim

Muita gente a procura de gente

A galeria do amor é assim

Um lugar de emoções diferentes

Onde a gente que é gente

Se entende

Onde pode se amar livremente” (Agnaldo Timóteo, “A Galeria do Amor”, Rio de Janeiro, EMI-ODEON, 1975)

“Ante a cruel derrocada/ Do Rocío dos meus sonhos/A musa desocupada/ Embora em versos tristonhos/ Vai jogar uma cartada:// é bem dura a colisão/ que me tolhe a liberdade/ Desta ingrata profissão/E ao prefeito da cidade/ requeiro indenização!...” (O Malho, 1904, p.31)

O presente capítulo visa investigar as sociabilidades gays urbanas carioca. A partir da leitura sobre o tema realizada por outras áreas do conhecimento será identificado a importância da Área Central de uma cidade para a existência e resistência dessas sociabilidades no espaço urbano. Ademais, a área central do Rio de Janeiro será lida por uma perspectiva espaço-temporal identificando as transformações nas sociabilidades gays ao longo das últimas décadas e como elas estão relacionadas as alterações socioespaciais vivenciadas pela cidade no que diz respeito a sua estrutura urbana e a (re)produção material e econômica.

4.1 – “Precisamos tirar das ruas os pederastas, os maconheiros e as prostitutas”.

As análises sobre as sociabilidades gays são alvo de investigação de áreas como História, Sociologia, Antropologia e Arquitetura. Cada área propõe analisar essas interações buscando extrair um tema central que faça sentido para seu campo de estudos: as relações sociais no caso da Sociologia, as formas arquitetônicas dos espaços de sociabilidade para a Arquitetura, por

¹⁷ Esse capítulo é fruto do artigo intitulado “As transformações na sociabilidade gay carioca no Rio de Janeiro do século XX: do Largo do Rocío a Galeria do Amor” (PATRÍCIO, 2022) publicado na Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero.

¹⁸ “Galeria do Amor” é a música título do LP lançado em 1975 pelo cantor brasileiro Agnaldo Timóteo pela EMI-Records. A música faz referência a Galeria Alaska importante lócus de sociabilidade gay no Rio de Janeiro no final do século XX.

exemplo. Esse capítulo tem por objetivo extrair de trabalhos realizados nessas diferentes áreas o componente central da análise geográfica: o espaço.

É preciso destacar que uma similaridade observada nessas diferentes produções é a relevância que a Área Central da cidade assume para as sociabilidades gays urbanas. Ainda que a maioria dos trabalhos aqui escrutinados cite de forma periférica esse fato; fica evidente que ao longo da história a área central foi lócus natural das interações gays. O alto grau de acessibilidade que essa área possui, a convergência de fluxos de diferentes pontos da cidade e a presença de diversas centralidades num mesmo ponto são as justificativas clássicas para se explicar a massiva presença gay nessa área da cidade. Porém, alguns outros fatores igualmente importantes são deixados de lado, como a possibilidade de anonimato, a menor vigilância coletiva diante da massa urbana que ali se condensa e a presença de esconderijos que permitam interações sexuais e afetivas. Como destaca Perlongher (1987):

“O Centro da Cidade lugar privilegiado de intercâmbios, ponto de saturação semiológica, é também o local da aventura, do acaso, da extravagância, das fugas. Fluxo das populações, fluxo dos desejos.” (PERLONGHER, 1987, p.76).

Porém, a presença dessas sociabilidades, e da corporeidade gay, na Área Central foi alvo de políticas de zoneamento e regulação de usos. A análise das obras, a seguir, estabelecerá uma correlação espaço-temporal, de modo, a comprovar de maneira transdisciplinar a centralidade das interações gays no Centro das cidades.

Chauncey (1994) em sua obra *Gay New York* analisou as interações gays na área central de Nova York entre o século XIX e a Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, ao longo desse período a sociabilidade gay era restrita a espaços considerados “sujos”, “imorais” e degradados” como ruas, praças, becos e mictórios de banheiros públicos no Centro da cidade. Porém, a partir da década de 1930 verifica-se uma mudança nessa forma de sociabilidade que se torna cada vez mais privatizada através da criação de saunas, bares, concursos de beleza e livrarias. O autor atribui a essa mudança ao senso de comunidade e identidade positiva que a interação nas áreas centrais proporcionaria aos homens gays dispersos pela cidade concedendo uma importância ao Centro na construção da “comunidade” gay.

No caso do Brasil, Perlongher (1987) foi um dos pioneiros nas Ciências Sociais ao analisar a área central de uma grande metrópole e a presença de identidades gays urbanas. Em sua obra, *O Negócio do Michê* (PERLONGHER, 1987), o autor irá analisar a prostituição

masculina na área central de São Paulo no trecho compreendido entre a Boca do Lixo¹⁹ e a Avenida Ipiranga e São João. Por mais, que o foco de seu trabalho tenha sido identificar características e tipos de garotos de programas e clientes e as relações estabelecidas entre eles, o autor concedeu um privilégio analítico ao espaço e a centralidade nas suas análises. Ao primeiro, ele alertou para a necessidade de entender essas interações homoeróticas como ocorrendo em um substrato material e sendo, de certa forma, influenciada por eles. Em relação a centralidade, o autor destaca que a prostituição masculina na cidade de São Paulo era exclusividade de sua área central e que a grande maioria dos michês percorriam quilômetros de distância para trabalharem nessa região por conta da possibilidade de conquistar clientes de alto padrão e para ocultar sua profissão de familiares e amigos (PERLONHER, 1987, p 154).

Green (1999) e Trevisan (2013) desenvolveram trabalhos que analisavam a historiografia da população LGBTIA+ no Brasil. No tocante a prática de sociabilidade eles citam como desde o século XIX a área central das duas maiores metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo, constituíram-se enquanto lócus da interação gay masculina. O trecho a seguir evidencia a importância do Vale do Anhangabaú para a socialização homoerótica paulista na década de 1930:

“O Vale do Anhangabaú tornou-se ponto de encontro para homens interessados em atividades homoeróticas. O parque localizava-se a uma pequena distância de hotéis baratos e quartos para aluguel e, nos anos 30, próximo de numerosos cinemas que também serviam como espaços semipúblicos para atividades homossexuais. [...] as atividades adequadas e inadequadas socialmente, a respeitabilidade burguesa e a homosociabilidade erótica coexistiam de forma precária nessa paisagem urbana” (GREEN, 2011, p.170)

Até meados da década de 1960 a socialização gay urbana era restrita a espaços públicos nos centros das grandes cidades. Pegação em banheiros, cinemas, parques públicos e ruas eram práticas habituais entre homens gays de baixo poder aquisitivo e “os *enrustidos*, que mantinham sua orientação e preferência sexual em anonimato”, porém, como destacado no trecho descrito por Green (1999), a coexistência das sociabilidades respeitáveis e “imorais” não ocorria de forma pacífica gerando intervenções por parte do Estado e tentativas de perseguição pública.

A Ditadura Militar ficou marcada pela defesa intransigente da “moral e dos bons costumes” (QUINALHA, 2019). Uma preocupação dos militares era garantir a unidade da família e o controle moral da população numa tentativa de evitar que os discursos subversivos desestabilizassem o

¹⁹Antigo reduto de prostituição masculina, de mulheres e travestis nas décadas de 1970 e 1980 no Centro de São Paulo. Essa área era conhecida por ser de baixo meretrício, isto é, com a presença de prostitutas e garotos de programa de baixo status social e econômico que realizavam seu *trottoir* pelas imediações.

regime. Como aponta Fry (1982) a ditadura militar impunha sua opressão diretamente sobre os corpos através da prática da tortura e morte. O caso da população LGBTIA+ não seria diferente: a perseguição as travestis, lésbicas e homens gays atingiu o seu ápice durante o período conhecido como abertura política a partir de 1978.

Paradoxalmente, o mesmo regime que afirmava promover uma distensão “lenta, gradual e segura” com a anistia de presos políticos e uma relativa liberdade de imprensa praticava “Operações de Limpeza” na área central de São Paulo e do Rio de Janeiro visando prender e punir travestis e homens gays que por ali estivessem. O caso mais emblemático dessa limpeza social foi o do Centro de São Paulo em 1980 com os chamados “*rondões*” liderados pelo delegado, José Wilson Richetti.

José Wilson Richetti havia ganho notoriedade no final da década de 1960 por ter expulsado prostitutas da área central de São Paulo e criado uma zona de meretrício na cidade de Santos, litoral paulista. A partir de 1978, com apoio do Ministério Público Estadual, o delegado monta duas operações: a *Limpeza* e a *Rondão*, dispostas a perseguir homens gays e travestis na área central de São Paulo, sobretudo, em sua maior expressão de centralidade: as Bocas do Lixo e do Luxo, a Rua Rego Freitas, o Largo do Arouche a Avenida Vieira de Carvalho. As viaturas policiais circulavam entre as 16:00 da tarde e 4 horas da manhã, e numa clara exibição de violência agredia e prendia travestis, prostitutas e homens gays presentes no local. A operação contava com o apoio dos moradores locais que associavam o aumento de furtos e roubos na região a presença da população LGBTIA+. Aproveitando o respaldo popular, o delegado Richetti afirmava publicamente que só cessaria as operações “quando algum morador da região solicitasse” (GREEN, 1999, p.564). O nível de discricionariedade da operação se apoiava em instrumentos criados pela Ditadura Militar como a prisão preventiva: toda e qualquer pessoa, independentemente de sua orientação sexual, que circulasse por essa região era preso e averiguado pelos policiais por crime de “vadiagem e atentado ao pudor”. A maioria dos detidos eram operários, homens negros e moradores da periferia explicitando o objetivo maior da operação que era promover uma “limpeza social” no centro histórico de São Paulo. As operações só serão alvo da pressão da opinião pública quando um pesquisador do CEBRAP foi detido por circular na Boca do Lixo sem portar documento de identidade. A reação de intelectuais e jornais da época promoverá uma série de manifestações lideradas por travestis, gays e o movimento negro que ocuparam as ruas do Centro de São Paulo aos gritos de “O Arouche é nosso”, “ada, ada, ada a Richetti é despeitada” (GREEN, 1999, p. 578) denunciando as arbitrariedades cometidas.

O Rio de Janeiro experienciou ações semelhantes nesse período em sua área central. O delegado Derado Padilha se notabilizou na cidade pela sua cruzada contra a “malandragem

carioca” (MAIRUSO, 2015) prendendo quem utilizasse “calças de boca apertadas”. Ao serem levados para a delegacia era realizado o chamado “teste da laranja”: o fruto era jogado por dentro da calça do detido, caso ela ficasse presa na “boca da calça” a pessoa era imediatamente presa. Junto a isso, operações surpresas eram realizadas em locais da boemia carioca, como o bairro da Lapa:

“os policiais invadiam os locais e começavam a bater em todo mundo. As prostitutas e os homossexuais fugiam e quem não conseguisse escapar era espancado e levado para a delegacia onde ficava incomunicável e sujeito aos maus tratos do delegado”. (MAIRUSO, 2015, p 20).

A partir da década de 1970 se observa uma mudança no tipo e nas formas de sociabilidade gays urbanas. A emergência do processo de globalização e a constituição de redes multiculturais proporcionará uma releitura da noção de homossexualidades.²⁰ A emergência das chamadas “minorias culturais” (VALLERSTEIN, 1995) representará uma reorganização dos objetivos dos movimentos sociais e um questionamento renovado sobre a forma correta de expressar e viver a sexualidade. Assim, as homossexualidades deixam as margens do discurso e do espaço e passam a protagonizar lutas por visibilidade e direitos. A correlação de homens gays e mulheres lésbicas a “grupos étnicos” integrantes da sociedade, nas palavras de Costa (2012) “iguais, mas diferentes”, a emergência de movimentos sociais organizados e passeatas em defesa da visibilidade e justiça social e o debate associado a crise do HIV-AIDS vai converter a discussão em torno das homossexualidades de anomalia ou distúrbio para uma “comunidade” geograficamente dispersa, porém, simbolicamente unida em torno da orientação sexual (PARKER, 2002). A ideia da “comunidade LGBTIA+” é alvo de críticas por alguns autores, dentre eles Parker (2002), quanto a sua aplicabilidade no contexto brasileiro. Segundo a definição do autor, a comunidade gay ou LGBTIA+ é materializada no espaço urbano com a ocupação de quarteirões ou bairros inteiros por pessoas LGBT, como no caso das cidades americanas e europeias em meados do século XX. O que não ocorre no caso do Brasil, cuja apropriação espacial da população gay ocorre de forma efêmera e dispersa.²¹

As mudanças anteriormente citadas proporcionam a emergência de uma *gay culture* caracterizada pela construção de códigos, símbolos, elementos culturais, linguagem e comportamento de um grupo que tem como marca a ruptura com a heteronormatividade

²⁰O uso de “homossexualidades” no plural serve para reiterar uma visão de uma identidade homossexual multifacetada, diversa e instituída por marcadores sociais da diferença.

²¹Porém, o uso do termo “comunidade gay” será mantido nessa dissertação respeitando a forma como os interlocutores se referiam ao grupo que pertencem.

compulsória (BUTLER, 2003). A *gay culture* está diretamente relacionada a crise vivida pelo capitalismo mundial no contexto pós-Segunda Guerra Mundial: a decadência do fordismo nos países de economia central levou a superação desse modelo e a adoção de um outro: o pós fordismo (HARVEY, 1992). Essa nova etapa é caracterizada pela produção *just in time*, uso intenso da publicidade e propaganda e da criação permanente de desejos de consumo. Nessa nova fase produtiva experiências cognitivas e sentimentos individuais serão capitalizados e transformados em moedas de troca com a super valorização do individualismo, do hedonismo e do hiperconsumo. A *gay culture* nasce dentro da proposta da contracultura, a medida, que através do pastiche, do escárnio e das subversões das normas de gênero e sexuais tenta-se impor um novo modelo de comportamento para a sociedade, porém, o contradiscurso logo foi incorporado pela lógica capitalista se tornando um lucrativo negócio a ser explorado.

Com isso, surgem os espaços de sociabilidade privados voltados para encontros sexuais e afetivos de homens gays com símbolos, códigos e estilos próprios, instaurando nas palavras de Costa (2012) um modelo que se transnacionaliza sendo exportado num contexto de uma economia globalizada:

“concomitante a esse processo de expansão do capitalismo e ampliação do consumo temos a explosão de uma série de locais de convivência gay marcados pelo consumo (bares, boates, saunas, discotecas, cinemas e etc.). Através desses lugares são inseridos e produzidos modelos de consumo: as bebidas, a música, a moda e os elementos estéticos e relacionais” (COSTA, 2012, p. 43).

O estabelecimento de um mercado de consumo gay irá produzir algumas alterações na forma como esse grupo social é percebido e inserido no contexto das relações socioespaciais: **I-** paulatinamente verifica-se um deslocamento das sociabilidades gays do espaço público em direção aos espaços privados de consumo e uma conseqüente desvalorização das antigas práticas públicas pela comunidade gay **II-** a presença, permanência e interações manifestadas nesses espaços são mediadas e orientadas pelo consumo gerando enclaves consumistas identitários, cujo acesso restrito provoca a fragmentação da comunidade gay, e por fim, **III-** a identidade gay que se constitui através da relação no e para com o outro (BOURDIER, 1995) é maculada por uma associação imediata com o ato de consumir: estar nesses espaços, significaria, pertencer a uma comunidade imaginária e coesa, portanto, não acessar esses locais imputaria ao indivíduo uma condição de *outsider*.

Esses espaços de consumo vão experienciar um forte declínio entre as décadas de 1980 e 1990 em razão da crise de saúde pública do HIV-AIDS. O primeiro caso de paciente positivado para o vírus HIV no Brasil foi em 1982 na cidade de São Paulo (GREEN, 1999), no intervalo de 10 anos o número de casos triplicou nas duas maiores metrópoles do país. O pânico alimentado pela imprensa, a Igreja Católica e o governo levaram ao aumento de casos de homofobia e perseguição a homens gays, prostitutas e as travestis, considerados de maneira errônea e preconceituosa “grupos de risco”. A ideia de grupos sociais disseminadores da doença foi amplamente defendida por médicos e cientistas. O pânico moral (TREVISAN, 2013) era alimentado por figuras e personalidades públicas que bradavam a necessidade de extermínio de homens gays como forma de impedir a circulação da doença e do cenário apocalíptico que se desenhava²²

França (2009) analisou como o aumento das notificações de HIV-AIDS na década de 1990 e o pânico moral instalado na sociedade contribuíram para uma diminuição da presença dos espaços de sociabilidade gay nas cidades. Tomando como exemplo, a Rua Augusta, centralidade LGBTIA+ na área central de São Paulo a autora destaca um fechamento exponencial de diversos bares, boates e saunas entre 1983 e 1994, período em que houve a maior alta de casos de HIV-AIDS no Brasil. O declínio da sociabilidade gay estará associado ao estigma, internalizado pela própria comunidade de que esses espaços seriam locais propícios para a propagação viral.

A partir de meados da década de 1990 o Sistema Único de Saúde (SUS) em escala nacional adotou programas de conscientização e prevenção ao vírus HIV no Brasil. Com a participação do governo federal e de diferentes setores da sociedade civil, o número de casos registrados no país apresenta uma queda substancial.²³ A queda do número de casos permitiu uma retomada dos investimentos no setor de sociabilidade e lazer LGBTIA+. Se valendo das mudanças que ocorriam no Brasil nesse período: abertura econômica ao mercado internacional, privatizações, fusões e desregulamentação financeira os espaços de sociabilidade gay sofreram profundas alterações. Os espaços agora criados tinham como referência elementos culturais trazidos de boates estadunidenses e europeias como a presença de *disques jôqueis* (djs), música

²² Trevisan cita alguns casos notórios, como o do radialista Afanásio Jazadji que em 1985 em seu programa radiofônico de grande audiência em São Paulo que “se isolassem esses indivíduos da sociedade”, além de defender que “um homem com H maiúsculo tome providências porque tudo está perdido”. As possíveis providências defendidas por Afanásio incluíam a morte de homens gays.

²³ Trevisan (2013) afirma que a articulação governamental para a resolução da crise do HIV-AIDS só ocorreu porque a partir de meados dos anos 1990 observa-se uma mudança no grupo focal suscetível a infecção: homens e mulheres heterossexuais. Portanto, foi apenas quando o HIV-AIDS deixou de ser associado a população LGBTIA+ e profissionais do sexo que se tornou alvo de políticas públicas.

eurodance e *pop* estadunidense, apresentações de *gogoboy*s e *strippers*, além de iluminação e estrutura arquitetônica copiada de boates referências.

Outra novidade desse período é a constituição de redes de boates atuando em escala nacional e internacional, sendo a mais famosa delas a *The Week* inaugurada no ano 2000 na cidade de São Paulo que se destacava pelo alto valor do ingresso e a presença de um público gay de classe média e alta. Em apenas uma década a boate inaugurou filiais em outras duas cidades brasileiras: Rio de Janeiro e Florianópolis, além de, exportar seu modelo de festas para cidades como Buenos Aires, Tel Aviv e Madrid. A lógica locacional para a instalação dessa rede de boates era cidades com mais de 1 milhão de habitantes, o que nas palavras de seu proprietário:

“à ideia seria abrir filiais da *The Week* em cidades que contam no máximo com 1 milhão de habitantes. Pois essas cidades **estão inseridas num circuito maior que envolve cidades do mundo todo**” (trecho da entrevista realizada por França com o proprietário da *The Week*, André Almada, em 2011, grifo da autora).

Ao se analisar espaço-temporalmente a evolução das sociabilidades gays urbanas percebe-se ainda nos dias de hoje a coexistência de dois “circuitos das interações gays” nas metrópoles: um “rizomático” (COSTA, 2012) presente nas áreas centrais e em espaços públicos ou semipúblicos marcado pela efemeridade, pela forte conotação sexual e pela perseguição pública, e outro, institucionalizado, mediado pelo consumo e que promove a segmentação de uso e acesso de membros da comunidade gay. A seguir, se discutirá as sociabilidades gays urbanas no contexto da cidade do Rio de Janeiro ao longo das últimas décadas.

4.2- “Só tem bicha nessa cidade”

O título acima faz referência a um artigo publicado na coluna do jornalista Ancelmo Góis no jornal *O Globo* em 2014. A nota narrava um acontecimento, no mínimo inusitado, ocorrido no bairro do Largo do Machado, zona sul do Rio de Janeiro. Em uma famosa rede de *fast food*, um homem se recusou a ser atendido por uma funcionária travesti. O gerente do estabelecimento, gay assumido, acionou a Polícia Militar. Conduzido à delegacia, o homem foi atendido por um delegado gay. Em tom de revolta e perplexidade exclamou: “só tem bicha nessa cidade”. Foi autuado por desacato a autoridade e crime de homofobia, pagou fiança e foi liberado em seguida.

Agências de turismo, redes hoteleiras, companhias aéreas e até a Prefeitura da Cidade recorrentemente associam o Rio de Janeiro a alcunha de “maior destino *gay friendly* da América

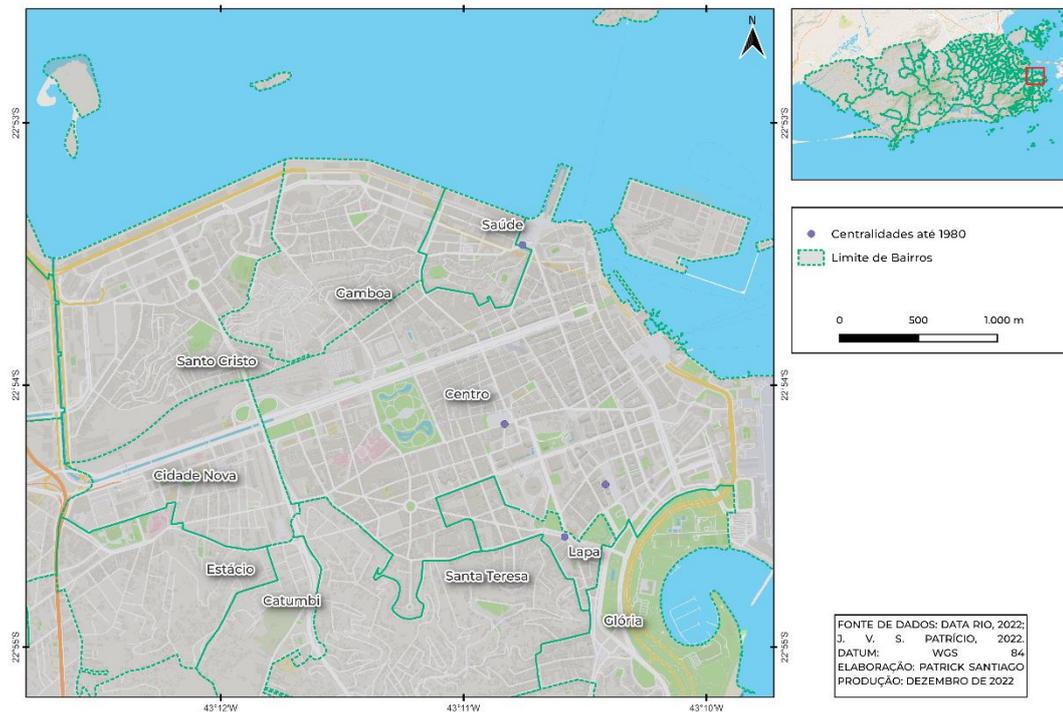
do Sul”²⁴. Imagens de homens sarados seminus no Posto 9 de Ipanema, cruzeiros gays ancorados na zona portuária da cidade e saunas de alto padrão no Centro do Rio povoam a imaginação de turistas e locais que mesmo diante dos escandalosos índices de homofobia e violência letal contra a população LGBTIA+ (SILVA, 2020) consolidam no imaginário popular a imagem de “Meca gay brasileira”. Porém, vale se questionar: como se espacializa a sociabilidade gay no Rio de Janeiro? Quais são seus antecedentes? Como a estrutura urbana impacta a sua permanência espacial? Esse tópico é uma tentativa de elucidar essas questões.

Existem poucos trabalhos na Geografia que tratem das sociabilidades gays urbanas cariocas, o mais importante deles é o de Ribeiro (2015) sobre a espacialidade das saunas de boys na cidade. O inverso é observado em áreas como História, Antropologia e Sociologia que se valeram da análise dessas relações tendo como lócus o Rio de Janeiro. Mais uma vez, advirto ao leitor, que faremos uso dessas discussões extraindo o componente espacial contido nelas.

O fato do Rio de Janeiro ter sido capital da Monarquia e do Império durante décadas o torna uma cidade com uma rica história e sujeita a inúmeras transformações espaciais que impactam, sobremaneira, as relações socioespaciais. Rabha (2006) em sua belíssima tese sobre a Área Central do Rio de Janeiro classificará essas mudanças em ciclos que compreendem desde o século XIX até a década de 1970. Usando como base sua ideia, irei reproduzir temporalmente as mudanças e permanências da sociabilidade gay masculina em três momentos: o primeiro entre o século XIX e início do século XX, aqui classificado como *belle époque* gay, o segundo entre as décadas de 1930 e 1980, caracterizando por *desbunde* gay e o terceiro a partir da década de 1990, conhecido como *retorno ao centro*. Em todos esses períodos, se dará especial atenção a Área Central da Cidade buscando compreender como as mudanças macroespaciais ocorridas nesse período impactaram as práticas de sociabilidade ali realizadas. O mapa a seguir ilustra a localização espacial dessas centralidades ao longo do período mencionado.

²⁴ O que soa como hiperbólico até porque revistas e institutos especializados em viagens apontam que São Paulo é o maior destino turístico da população gay na América do Sul. Ver em: <https://www.viagenscinematograficas.com.br/2020/06/turismo-lgbt-destinos-gay-friendly.html>

ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE GAY (SÉCULO XIX – 1980)



- **Século XIX e início do século XX: a *belle époque* gay**

Entre meados do século XIX e início do século XX a cidade do Rio de Janeiro passou por uma profunda reestruturação urbana e espacial. O período conhecido como “*belle époque* carioca” compreende a eleição de Campos Sales para presidência da República e a contenção das revoltas urbanas populares (GREEN, 1999, p 61). Esse período vai ser marcado pela confluência de diferentes acontecimentos sobre o espaço urbano da cidade: após a inconclusa abolição de 1888 aumentou o número de afro-brasileiros em péssimas condições de vida e não inseridos no contexto da vida cidadã, ao mesmo tempo, que se observava a chegada de imigrantes europeus aos borbotões na zona portuária da cidade. Junto a esses dois acontecimentos tínhamos uma forte migração interna, com residentes de áreas rurais e cidades próximas migrando para a Capital e uma explosão demográfica no qual havia um predomínio da população masculina sobre a feminina (GREEN, 1999, p. 62).

O caos urbano que a cidade vivia incutiu nas elites dirigentes a adoção de políticas de planejamento de usos e regulação do espaço urbano, de modo, a tornar a Capital da nova República similar as cidades europeias e a sua vizinha, Buenos Aires. Diante disso, entra em cena, Francisco Pereira Passos, que contava com o apoio do presidente recém-eleito Rodrigues Alves na elaboração de um projeto de renovação urbana que pretendia transformar o centro da cidade. Cortiços e prédios foram demolidos, extensas avenidas foram criadas e a vacinação

obrigatória como medida para controlar surtos epidemiológicos de varíola e febre amarela foi adotada. Desse modo, a paisagem degradada da antiga área central deu lugar a boutiques, ruas arborizadas, prédios gigantescos e ao flunar da elite aos finais da tarde. Porém, a renovação não eliminou as diferenças presentes no espaço urbano: ainda se observavam a presença de homens e mulheres pobres trabalhando como vendedores ambulantes nas ruas, a prostituição feminina em alguns setores da área central e a permanência de homens que se relacionavam sexual e afetivamente com outros homens (TREVISAN, 2013, p. 145).

O local mais conhecido para encontro entre homens gays era o Largo do Rossio (atual Praça Tiradentes) nos limites do centro antigo do Rio de Janeiro. Mesmo sendo alvo da Reforma Passos, que remodelou a fachada dos prédios ao redor, a sociabilidade gay se manteve intacta. Porém, essas práticas começaram a ser alvo de vigilância e perseguição por parte do Poder Público. Green (1999) relata que em 1878 o secretário de segurança pública adotou medidas legais contra a presença homossexual nessa localidade:

“há indivíduos que vão a deshoras a praticar abusos contrários a moral, obrigando assim essa Repartição a ter rondantes naquelle jardim em prejuízo da polícia em outro lugar” (GREEN, 1999, p.65)

Ele ordenou que as quatro entradas da Praça fossem fechadas a partir da meia noite, horário em que a presença de homens gays aumentava consideravelmente, além do uso de apitos sonoros pelas patrulhas para intimidar e expulsar possíveis atos realizados no local. Porém, essas medidas foram em vão pois o Largo do Rossio continuou sendo usado como local de encontro.

Em 1890 o Largo do Rossio muda de nome e passa a ser chamar “Praça Tiradentes” em razão da comemoração do centenário da morte do mártir republicano. A praça já nesse período era considerada uma centralidade graças a acessibilidade conferida pela presença da rede de bondes. Esses bondes chegavam a partir da zona norte trazendo operários e trabalhadores para a Área Central. Diante da afluência de fluxos diversos em direção ao Centro, em 1895 um imigrante italiano, Pascoal Segreto, resolve investir em atividades de lazer e entretenimento nessa área (GREEN, 1999). Ele cria a *Maison Moderne* um parque público nos arredores da praça similar aos encontrados nas capitais europeias. O sucesso do empreendimento levou ao empresário a alugar e comprar casas e prédios públicos nos arredores que acabaram se tornando casas de prostituição frequentados por “frescos” e “putos” (REVISTA O MALHO, 1904).

Como a Praça Tiradentes era a única centralidade de sociabilidade na capital a época, as práticas de prostituição igualmente se concentravam no local. A presença de imigrantes, trabalhadores pobres e homens gays de classe média foi fundamental para o desenvolvimento da prostituição masculina na área. Os putos ou bichas (homens gays afeminados) circulavam nos

arredores da praça emulando trejeitos e roupas que realçassem seu corpo e suas intenções. Ao conseguirem conquistar seus clientes na praça eles os conduziam aos hotéis, pensões e bordéis nos arredores constituindo uma centralidade da prostituição gay na cidade. Houve inúmeras tentativas de reformas urbanísticas e de fechamento da praça (GREEN, 1999) para conter a prática, porém, não foram eficientes.

Importante destacar que o Brasil foi um dos únicos países a não adotar a sodomia como prática de crime no Código Penal. Porém, para cumprir os propósitos de perseguição e eliminação da presença gay no espaço público se recorriam ao uso de infrações como “atentado ao pudor” ou “vadiagem”. Se até meados dos anos 1920 a sociabilidade gay urbana ficava restrita apenas a uma única centralidade: a Praça Tiradentes, na década posterior se observará a emergência de novas centralidades em diferentes setores da cidade e a consequente privatização dessas interações.

- **Década de 1930 a 1980: o desbunde gay.**

A década de 1930 será marcada pelo estímulo a industrialização e a intensificação do processo de urbanização no Brasil. O governo ditatorial de Vargas durante 15 anos empreenderá uma política de cunho nacionalista, autoritária e modernizante sobre o território brasileiro. A construção de uma nação “forte, sadia e vigorosa” (GREEN, 1999, p.56) passava necessariamente pela eliminação dos “loucos, degenerados e sodomitas” dos espaços públicos e da vida social urbana.

A homossexualidade no Brasil, como destacado acima, não era vista como crime, porém, fora elaborado todo um discurso médico-religioso-legal para que a orientação sexual e as práticas decorrentes dessa condição fossem alvo de perseguição e criminalização. O Estado e a medicina/ religião foram instrumentos vitais na construção e naturalização do discurso homofóbico na sociedade (OKITA, 1981).

Não era mais prudente que a homossexualidade fosse reprimida em razão de uma narrativa religiosa que atribuía a essa prática a ideia de pecado ou castigo divino. A construção do moderno Estado brasileiro necessitava da ciência e do progresso como elementos discursivos centrais o que implicaria na eliminação de discursos teológicos ou anti científicos. Com isso, era necessário tornar a homofobia cientificamente explicada e, se possível, fossem desenvolvidos métodos para corrigi-la e elimina-la.

A medicina e psiquiatria vão ter papel fundamental nesse processo: a apreensão de homens gays efeminados e negros nas áreas centrais de São Paulo e Rio de Janeiro para a

realização de exames médicos e psiquiátricos com o intuito de se verificar “as causas da pederastia” (GREEN, 1999, p.45) foram comuns entre as décadas de 1930 e 1940. Ficou famoso o caso do médico criminalista Cesare Lombroso, responsável por realizar um dos maiores estudos sobre as “causas do homossexualismo” no Brasil. Através da análise corporal e psicológica de homens gays de classe social baixa, negros e efeminados o especialista tentou estabelecer uma correlação entre a existência de possíveis deformidades físicas e distúrbios mentais a presença de uma orientação sexual desviante da norma, ao mesmo tempo, em que propunha métodos corretivos para o desvio clinicamente identificado.

Além da medicalização da orientação sexual houve uma tentativa de criminalização da prática através do discurso da pedofilia. A partir do caso de Febrônio Índio do Brasil, acusado de molestar e estrangular dezenas de crianças e adolescentes estabeleceu-se uma associação entre a homossexualidade e a prática de corrupção de menores como típica do “comportamento pederasta”. A opção pela internação de Febrônio ao invés de sua prisão demonstra a tentativa de associação da orientação sexual a doença ou transtorno a ser corrigido. A partir desse episódio, a prática de “cura do homossexualismo” (GREEN, 1999, p.7)²⁵ se populariza com a criação de inúmeras casas de correção²⁶ em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Cabe ressaltar, que os homens gays enviados para esses manicômios em sua maioria eram membros da classe média e elite, muitas das vezes, de maneira forçada por seus familiares pelo simples fato de cogitarem a possibilidade de serem homossexuais. Homens gays de classe social baixa e moradores das áreas periféricas eram sumariamente presos, sendo até mesmo, negada a possibilidade de participar do processo corretivo.

A intensificação do discurso LGBTfóbico impactou a sociabilidade de homens gays nesse período. Houve uma intensificação das abordagens policiais na Praça Tiradentes que visavam em sua maioria operários, homens gays negros e afeminados que realizavam *pegação* ao redor da praça, ao mesmo tempo, que surgiam novas centralidades na área central:

“nos anos 1930, a topografia homoerótica do Rio de Janeiro estendia-se num semicírculo que começava na Praça Floriano Peixoto e no Passeio Público, passando pelo bairro boêmio da Lapa, até a Praça Tiradentes. As duas pontas dessa longa área arqueada, a Cinelândia e o antigo Largo do Rossio ofereciam ambientes públicos para

²⁵Atualmente conhecida como “cura gay” que continua a ser defendida entre psicólogos e líderes religiosos de igrejas cristãs como forma de eliminar a orientação sexual homossexual e a adotar a heterossexualidade.

²⁶ Nome dado a manicômios e clínicas psiquiátricas especializadas em tratamentos para a regeneração da orientação sexual. Nesses locais era comum a prática de tratamentos de choque eletrodo, banhos de gelo e exposições a imagens de pessoas do sexo oposto nuas com o objetivo de induzir náuseas aos “pacientes” (TREVISAN, 2013).

interações homosociais e homossexuais”. (GREEN, 1999, p.157).

A Cinelândia começa a se consolidar como lócus da sociabilidade gay, e da sociabilidade em geral, a partir da década de 1940, por iniciativa de um grupo de capitalistas liderado pelo empresário Francisco Serrador que almejavam reproduzir um simulacro da *Broadway* no Rio de Janeiro. A instalação de cinemas, teatros e casas de espetáculo nesse perímetro concentrava uma grande quantidade de homens gays e transexuais que trabalhavam nos espetáculos teatrais. Durante o Carnaval era comum a realização do chamado “baile dos enxutos” no Teatro Municipal que tinha ampla repercussão da imprensa escrita a época e contava com desfile e shows de transformistas e travestis (TREVISAN, 2013). A presença massiva de uma população LGBTIA+ consolidou a Cinelândia como ponto de prostituição masculina: até a década de 1970, inúmeros michês faziam ponto tornando aquela área sinônimo de prostituição pública de homens na cidade. Importante destacar que a ascensão da Cinelândia como centralidade da sociabilidade gay não significou o declínio ou estagnação da Praça Tiradentes, pelo contrário, percebia-se uma segmentação de classe com perfis mais populares e residentes da Zona Norte praticando pegação na Praça Tiradentes, razão atribuída a confluência da rede de transportes, enquanto a elite e classe média frequentavam os cabarés e teatros localizados na Cinelândia.

Paralelo a esses dois locais, a Lapa desponta na década de 1940 como a área boêmia da cidade do Rio de Janeiro. A confluência de bares, botequins, restaurantes, sobrados e hotéis tornava um ambiente propício para que as práticas de sociabilidade gay não fossem percebidas pela vigilância pública. Sobre a Lapa, Trevisan (2013) aponta que por mais que aparentasse uma relativa aceitação a diferença, graças ao ambiente descontraído e diverso, o que se percebia era o oposto: uma explícita violência homofóbica contra os frequentadores e ações recorrentes das forças policiais para prender e expulsar a população gay. Essas ações eram estimuladas pela ditadura varguista e foram responsáveis, já naquela época, pelo declínio da Lapa e a consequente descentralização boêmia para outras áreas do Centro, como a Praça Mauá e os bairros da zona portuária (GÓIS, 2015). Alguns personagens ajudam a remontar a importância da Lapa para a sociabilidade gay nesse período, como Madame Satã, figura andrógina que performava uma masculinidade agressiva e um efeminamento comportamental. Suas histórias demonstram a existência de perseguições policiais ocorridas na Lapa nesse período, com o objetivo de expulsar malandros, prostitutas e homens gays. A própria Madame Satã, como relata Trevisan (2013), em entrevista a uma escritora narra como as perseguições ocorriam e qual era o intento delas:

“Eles não se conformavam com minha valentia, porque eu era homossexual conhecido. Achavam que não podiam perder para mim e por isso estavam sempre querendo me provocar e me bater. [...] Deixar que fizessem comigo o que faziam com as outras bichas que viviam apanhando, e eram presas todas as semanas, só porque os policiais achavam que as bichas deveriam apanhar e fazer limpeza de todos os distritos?” (entrevista de Madame Satã a escritora de sua biografia, TREVISAN, 2013, p. 165).

Entre as décadas de 1950 e 1960 a centralidade homoerótica da cidade vai sofrer uma profunda reestruturação acompanhando as mudanças que ocorriam nas escalas municipal e nacional. Em 1960 o Rio de Janeiro deixa de ser capital federal culminando na extinção do Estado da Guanabara em 1975. O impacto da transferência da sede do poder político e econômico vai ter ressonância na paisagem da área central e nas relações sociais que ali são travadas (ALBUQUERQUER, 1967).

A mudança mais significativa vai ser a refuncionalização da área central do Rio de Janeiro. Ademais, vale destacar que as mudanças de função dos Centros não é uma exclusividade carioca, Smith (1996) e Harvey (1992) discutirão o quanto as mudanças ocorridas no capitalismo mundial a partir da crise econômica dos anos 1970 vão mudar a estrutura urbana das áreas centrais que paulatinamente vão abandonando suas antigas funções residenciais e comerciais, por funções de comando e gestão administrativa e financeira. Com o Rio de Janeiro não foi diferente, com a mudança de capital, segundo Albuquerque (1967) observa-se dois fenômenos: a área central passa a ter uma função exclusiva para gestão e controle em escala nacional e global, e uma progressiva especialização de parcelas da área central, com áreas voltadas para atividades específicas que se complementavam entre si. Desse modo, observa-se uma explosão de centralidades de comércio popular (SAARA e Uruguaiana), do setor bancário e financeiro (Avenida Rio Branco), residencial de baixo padrão (Gamboa, Santo Cristo e Lapa) e para atividades culturais e de lazer (Cinelândia e Praça Tiradentes). O autor complementa afirmando que o caráter de sociabilidade do Centro sofreu profundas mudanças em razão da emergência de novos subcentros, como Copacabana, Tijuca e Méier que impuseram a área central um declínio na instalação de novos espaços de sociabilidade e uma segmentação no perfil de usuários desses espaços.

Magnami (1967), sobre esse período, afirma que o setor recreativo do Centro do Rio adquiriu uma fisionomia particular e distinguível. Essa área se desenvolveu em uma zona de transição entre a Zona Periférica ao Centro (ZPC) e o Centro Propriamente Dito:

“o setor recreativo até certo ponto tem uma localização nítida. **Desenvolve-se numa área de contato entre a área central e a periferia**, situando-se em seus dois focos: a Praça Tiradentes, próximo a área degradada, e a Cinelândia com sua continuação pela Esplanada do Castelo. Outras casas de espetáculo e diversões, e especialmente de clubes particulares estão espalhados pela área central, porém em menor número” (MAGNAMI, 1967, p.115, **grifo meu**).

A autora destaca um fenômeno que começa a surgir nesse período: a diminuição da presença dos cabarés e o aumento das chamadas “boates” ou “*dancing*”:

“Na Praça Tiradentes, nas proximidades da Praça Mauá e Lapa, onde o tipo de casa de diversão predominante é o cabaré, ao passo que, ao passo que nos locais anteriormente citados instalaram-se buates e *dancings*” (MAGNMANI, 1967, p.121).

A diminuição dos cabarés e o aumento das boates estaria ligado a uma mudança no padrão de público frequentador desses espaços: elitizado e com elevado padrão de consumo. Outro ponto a ser ressaltado é a permanência de uma sociabilidade de baixo status social localizado em formato de manchas espaciais na Praça Tiradentes e na Zona Portuária. Aliás, nesse período intensificam-se a realização da prática de *pegação* em espaços públicos e ou semipúblicos na área central do Rio de Janeiro.

Segundo Teixeira (2003) *pegação* é uma experiência sexual em que desconhecidos buscam sexo casual sem qualquer ganho financeiro entre ambas as partes, o que a diferenciaria da prostituição. Embora, existem diferenças entre as finalidades envolvendo a *pegação* e a sociabilidade, a realização dessa primeira foi importante para se criar uma centralidade de interações gays em espaços públicos e semipúblicos da área central num momento de progressiva privatização desses encontros. O aumento da repressão pública a partir de 1940 com a realização de rondas policiais e prisão de homens gays fez com que a *pegação* se tornasse dissimulada sobre a cidade com códigos, símbolos e comportamentos que só poderiam ser identificados pelos seus praticantes (TEIXEIRA, 2003).

O Centro do Rio era estratégico para a prática de *pegação*, a medida, que conferia o anonimato e grande possibilidade de escolha de parceiros sexuais, com isso, salas de cinema, esquinas, ruas e praças localizadas na Praça Tiradentes, Praça Mauá e Cinelândia se configuraram como “centralidades da *pegação*” complementarmente as “centralidades da sociabilidade formal” igualmente presentes nesses espaços. Porém, o sucesso da *pegação* foi o seu calcanhar de

Aquiles, à medida que mais pessoas tomavam conhecimento dessa prática a vigilância e perseguição policial aumentava.

Para se ter dimensão da sociabilidade gay nesse período na Área Central um importante registro histórico são as reportagens especiais realizadas pelo jornal O Lâmpião da Esquina. O periódico lançado em 1978, durante a abertura democrática, fazia parte do que se convencionou a chamar de “imprensa alternativa” e trazia entrevistas, crônicas, dicas de lazer, reportagens especiais e cartas de assinantes sobre diversos temas, como movimento LGBTIA+, movimento ambientalista, feminismo, movimento negro e o pacifismo. Sobre as sociabilidades na área Central, tanto as “formais” quanto a “pegação” algumas reportagens sobre o assunto foram produzidas. A primeira, é da edição de número 0 da revista lançada em 1978 com o título “Cinema Irís, última sessão de terror” (*LÂMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, edição 0) a reportagem relata as perseguições policiais realizadas no Cine Irís localizado na Rua da Carioca, o cinema era famoso pela realização de *pegação* gay durante a exibição das sessões de filmes. Parte expressiva de seus frequentadores eram operários, moradores do subúrbio e homens que fazem sexo com outros homens (HSH). O *modus operandi* dos cercos policiais ocorriam sempre após o término das sessões, com a presença de viaturas estacionadas na porta do cinema e a abordagem dos frequentadores; caso não comprovassem a ocupação formal de trabalho eram detidos e levados para a prisão. Muitos frequentadores eram casados, membros da classe média e com qualificação profissional, para eles, o tratamento policial era diferente: ouviam um breve “sermão” do agente e em seguida eram liberados após o pagamento de propina. O trecho abaixo, extraído da reportagem mostra a diferença de abordagem entre os frequentadores

Figura 1 – Rondão no Cine Irís

o primeiro desocupado. Cercado pelos policiais, ele diz que é trabalhador autônomo, pinta paredes. Mas não pode exibir o cartão do Imposto Sobre Serviços, na verdade, ainda não se inscreveu. Protesta, diz que tem mulher e filhos, dá um vago endereço onde podem comprovar que ele trabalha. Mesmo assim é levado para o carro e trancafiado.

A operação se processa com a mesma lentidão. As "damas que pagam meia" são as que mais protestam, usam contra os policiais argumentos impubescíveis, mas nem assim conseguem comovê-los. Quando o décimo desocupado é trancafiado na chamada viatura, parece impossível que ali caiba mais alguém. Mesmo assim, os policiais continuam. Um rapaz, cujos gestos funcionam como uma espécie de bandeira - trata-se de um homossexual -, informa que é advogado. Exibe a carteirinha da Ordem, que os policiais examinam mais longamente. "Como é possível, um advogado", diz um deles, fazendo uma alusão direta ao comportamento sexual do rapaz. Este, impávido, en-

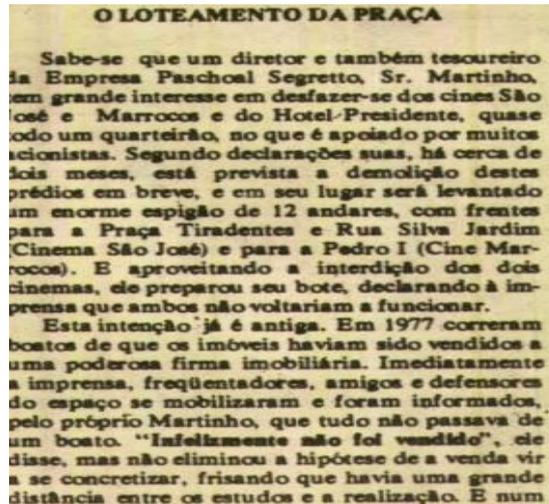
Trecho retirado do Lampião da Esquina, 1978. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>

A perseguição às práticas de encontro e sociabilidade gay como apontado no trecho acima tinha um claro viés de classe social: desempregados, operários e negros pobres, a maioria dos frequentadores do cinema de pegação, eram detidos e passavam a noite na cela, por vezes, até limpando-as. Essa postura controversa por parte das autoridades policiais revela que as operações de "limpeza" e perseguição na área central não tinha como componente central a repressão das sexualidades desviantes, mas sim, uma combinação de preconceitos de cor e classe social que impunham a determinados sujeitos interdições e apagamentos.

Outra reportagem da edição de nº 36 de 1981 intitulada "A Praça é das Bichas" relata o declínio da Praça Tiradentes em relação a prática de encontros e prostituição gay e travesti. A praça, como foi visto, desde o século XIX despontava como lócus principal da sociabilidade gay passa a partir da década de 1980 por uma diminuição dos fluxos de seus usuários em razão da atuação da especulação imobiliária. A reportagem aponta que empresários ligados ao setor imobiliário e comercial estariam interessados em negociar com a empresa da família Segretto²⁷ a compra dos imóveis localizados na Praça para a refuncionalização de suas atividades. A ideia seria demolir hotéis, sobrados, pensões e salas de cinema localizados na área e substituir por sedes de empresas e lojas comerciais de médio padrão em consonância com a função administrativa e de gestão que a área central assumia a partir daquele período.

²⁷ A Empresas Segretto foi fundada pelos familiares de Pascoal Segretto responsável por criar o primeiro polo de entretenimento na cidade do Rio de Janeiro localizado na Praça Tiradentes.

Figura 2 – A decadência da Tiradentes



Trecho retirado do Lâmpião da Esquina, 1981. Acesso em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/39-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-36-MAIO-1981.pdf>

Para que o projeto angariasse apoio popular seria necessário intensificar o discurso sobre a percepção da violência na Praça, associando a presença de homossexuais ao aumento da violência e de crimes. A realização de rondas policiais com a prisão arbitrária de homens gays em cinemas e banheiros foi vista pelas forças de segurança como a prova de que somente uma renovação da Praça Tiradentes garantiria a segurança necessária para o local, conforme indica o trecho abaixo:

Figura 3 – A perseguição continua



Trecho retirado do Lampião da Esquina, 1981. Acesso em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/39-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-36-MAIO-1981.pdf>

O cenário de perseguição visto na Praça Tiradentes e na Lapa destoa fortemente da atmosfera das recém instaladas boates na Praça Mauá. Na última, frequentada majoritariamente pela classe média a presença de *rondões* e prisões arbitrárias era menor. Ao passo, que a área central passava por uma especialização da sociabilidade gay, com áreas de pegação pública/semipública e espaços de consumo privado um outro processo espacial se consolida no período: a descentralização espacial em direção ao vetor sul e a ascensão de Copacabana, como lócus da sociabilidade carioca.

A expansão da mancha urbana em direção ao vetor sul da cidade inicia-se por volta do século XIX com a construção de linhas de bonde da Companhia Ferroviária Jardim Botânico que conectavam o Centro e os bairros da Tijuca e Catumbi à zona sul da cidade (O'DONNEL, 2013). O futuro bairro de Copacabana era um imenso areal ocupado por choupanas que serviam como residência para pescadores. Com a chegada da linha de bondes elétricos e a abertura do túnel que conectava os antigos arrabaldes aristocratas percebe-se um afluxo maior da classe média e alta em direção a essa área.

O'donnel (2013) aponta que um fator determinante para Copacabana assumir protagonismo como vetor de expansão urbana da cidade foi a difusão do discurso médico-

científico que propagandeava os benefícios conferidos pela proximidade com o mar. Supunha-se a época que banhos de mar seriam formas eficientes de combates a enfermidades físicas, o que levou membros da elite carioca a buscarem o bairro como tratamento médico. Inclusive, a construção de casas de banho específicas para esse fim marcará o início de uma ocupação concentrada no bairro (O'DONNEL, 2013, p.85). A partir da década de 1920 um outro discurso se somará ao primeiro permitindo que a lógica especulativa imobiliária adentre no local: o uso da praia como diferenciador social. Começa a ser incutido no imaginário coletivo que banhos de mar e a exposição demorada ao sol seria um marcador de classe social. Desfrutar desse hábito seria específico da elite e classe média que disporia de tempo e recursos para essa prática (O'DONNEL, 2013, p. 96) o que não seria possível entre as classes mais pobres em razão das longas jornadas de trabalho e escassez de recursos financeiros. Ademais, Copacabana funcionaria como simulacro dos balneários franceses, como *Saint Tropez*, simbolizando o requinte almejado pela elite carioca naquele período.

Sendo assim, Copacabana se tornava o símbolo máximo do Rio de Janeiro e do Brasil. Na década de 1930 o bairro sofreu um aumento exponencial no número de moradores, em sua maioria antigos residentes de bairros como Tijuca, Catumbi, Catete e São Cristóvão se firmando como destino da classe média e elite. Nesse período, o bairro sofreu um intenso processo de verticalização com a construção de prédios residenciais de alto padrão em frente ao mar e construções mais modestas em ruas paralelas (O'DONELL, 2013) destinadas a mutuários e trabalhadores liberais. Símbolo maior do bairro, o Copacabana Palace, inspirado em hotéis renomados da Europa, confirmava a vocação turística do bairro.

Assiste-se, desse modo, a transferência das práticas de sociabilidade e lazer para Copacabana, sem, contudo, ocorrer o declínio dessas mesmas atividades na área central. Em relação a sociabilidade gay, Green (1999) afirma coexistir duas centralidades opostas, porém, complementares entre si: a da área central, no trecho da Cinelândia, Praça Tiradentes, Lapa e Praça Mauá e a de Copacabana. Entre essas duas centralidades havia uma clara segmentação de classe: no caso da primeira, aglomeravam-se gays masculinizados, operários, homens que fazem sexo com homens (HSH), enrustidos e oriundos do subúrbio carioca; enquanto na segunda concentravam-se homossexuais de classe média, brancos e ligados a grupos e organizações dos direitos civis LGBTIA+. Porém, essas centralidades não eram estanques entre si, havendo uma interação entre esses sujeitos movidas por interesses diversos:

“Embora, de uma forma geral, uma divisão de classe separasse aqueles que frequentavam Copacabana daqueles que por exemplo, preferiam o Centro e os prazeres da Cinelândia, não havia uma segregação social entre as duas áreas. Homens de origens menos privilegiadas que buscavam ascensão social gravitavam em torno de Copacabana. Homossexuais de classe média e alta que gostavam de homens “verdadeiros” da classe operária, soldados e marinheiros em geral os procuravam nas devidas áreas do Centro” (GREEN, 1999, p.267.).

O autor enfatiza que a geografia da sociabilidade gay sofria uma mudança durante o Carnaval. Parte dos bailes carnavalescos voltados para o público LGBTIA+ ocorriam na Cinelândia e Praça Tiradentes, obrigando os frequentadores habituais de Copacabana a se deslocarem para lá em busca de diversão. É como se por um breve período a segmentação espacial e social fosse abolida e a área central despontasse como centralidade única na cidade.

Outro aspecto importante que diferencia o tipo de sociabilidade experienciado em Copacabana em relação a Área Central, é que no caso do primeiro havia predominância do caráter privado e consumista, o que no caso do segundo ainda era bastante incipiente. Trevisan (2000) discute isso quando afirma que nas décadas de 1950 e 1960 os encontros entre homens gays eram realizados em apartamentos no bairro; essas reuniões consistiam na realização de desfiles de travestis, encenações artísticas, jantares e debates sobre temas envolvendo a vivência homossexual. O nome desses encontros recebeu o nome de “turmas” e a mais importante no período foi a *Turma OK* fundada em 1961 por Agildo Guimarães (COSTA, 2012).

A sociabilidade privada fica evidente com a profusão de cafés, bares e restaurantes voltados ao público gay inaugurados em Copacabana a partir da década de 1950. A grande maioria concentrava-se na principal avenida do bairro, a Avenida Nossa Senhora de Copacabana. Inclusive, a própria avenida era usada como local para encontros sexuais. Trevisan (2013) narra que ao final da tarde e nas madrugadas homens circulavam pela rua, trocando olhares em busca de parceiros sexuais. Porém, os espaços de consumo privados, não foram inicialmente criados para atender a clientela gay em razão de existir uma resistência por parte dos proprietários em receber esse tipo de público graças ao receio de afugentar a clientela heterossexual. Green (1999) entrevista Carlos, pseudônimo de um dos frequentadores desses locais, que relata como ocorria a “ocupação” desses espaços:

“no início e até meados dos anos 50, assim como inexistiam cafés e restaurantes que atendessem a uma clientela exclusivamente homossexual, era praticamente impossível encontrar lugares para homens passarem uma noite fora junto. Aqueles que quisessem ir a uma casa noturna ou bar para interagir tinha que **“ocupar” um dado estabelecimento até que fossem pressionados a sair do local pela intervenção de clientes, dos leões-de-chácara, do gerente ou do proprietário**” (entrevista cedida por Carlos a Trevisan (2013), p. 271, grifo meu).

A tática de invasão logrou êxito entre os frequentadores. O interesse econômico por parte dos proprietários desses estabelecimentos em obter lucro com a clientela gay foi um fator decisivo para transformar esses espaços em *points* gays. Ficou famoso nesse período, o bar *A Tasca* que tinha o sugestivo slogan “é de todos os sexos. Feminino, masculino e indizível” (GREEN, 1999, p. 267). A presença de casas noturnas voltadas ao público gay se consolidou em meados da década de 1960 com a instalação de *Alcatraz*, *Alfredão*, *Dezon*, *Stop*, *Sunset* e *Why Not?* Porém, não eram apenas os espaços privados que eram considerados redutos da sociabilidade gay, a praia, também se consolidou enquanto um território do fervor e pegação em Copacabana. No trecho da faixa de areia defronte ao hotel Copacabana Palace se instituiu a chamada “Bolsa de Valores”, local de encontro entre homens gays de classe média moradores de Copacabana e de bairros próximos. As razões para o nome são inúmeras, segundo Trevisan (2013), duas explicações são as mais aceitas: a primeira, é de que a proximidade com o Copacabana Palace “uma estrutura arquitetônica tão grande, tão visível, era um ponto de referência para as pessoas se localizarem” e a segunda, comum entre os frequentadores, era de “que lá é onde você pode mostrar-se para se valorizar. Lugar de valorização, de mostrar o corpo”.

A Bolsa de Valores publicizava o que ocorria nas boates e bares privados do bairro: troca de carícias, beijos, olhares e até mesmo a prática de prostituição. Ao tornar a praia um “microterritório gay” (COSTA, 2012) a segmentação de classe observada nos espaços privados de consumo era quebrantada e a socialização ocorria livremente e de igual para igual. Embora, à primeira vista a leitura seja essa, uma análise mais detida permite constatar uma segmentação do perfil de usuários desse espaço em relação a subcategoria que ocupavam dentro da comunidade gay. A Praia do Flamengo, era procurada por homens gays másculos e enrustidos e atraíam aqueles que se sentiam sexualmente interessados nesse perfil, ao passo, que a Bolsa de Valores concentrava homens gays afeminados o que afastava perfis homonormativos. Aliás, um fato curioso narrado por Green (1999) foram as tentativas de intimidação e violência sofrida pelos frequentadores da Bolsa de Valores de jovens heterossexuais da vizinhança.

Certa vez, um grupo de jovens heterossexuais praticantes de artes marciais resolveu agredir e expulsar os homens gays presentes na Bolsa de Valores aos gritos de “Fora as Bichas”. Porém, o trecho da praia contava com a presença de mães com seus filhos menores de idade que na confusão acabaram sendo atingidos pela areia lançada pelos agressores. Revoltadas, as senhoras defenderam as “*bichas*” e expulsaram os jovens de lá ameaçando contar o caso para os seus responsáveis. Após esse episódio, a Bolsa de Valores se consolidou em definitivo como mais uma expressão de centralidade gay em Copacabana.

Mesmo que, iniciado na área central, como visto acima, o fenômeno das boates gays ganha expressão em Copacabana a partir da década de 1950 com a instalação de espaços voltados exclusivamente para usuários gays. Um marco na história desses espaços é a Galeria Alaska, considerada até hoje “o maior *point gay* do mundo” (TREVISAN, 1986, p.76) que funcionou no bairro entre as décadas de 1950 e 1980.

A Galeria Alaska foi fundada em 1951, no entroncamento entre a Avenida Nossa Senhora de Copacabana e a Avenida Atlântica, na altura do Posto 6 da Praia de Copacabana. Inicialmente projetada para abrigar *boutiques* e condomínios residenciais, a galeria tinha por objetivo funcionar como uma solução espacial diante da indisponibilidade de espaços horizontais para a criação de eixos comerciais. Um ano após sua abertura, foi inaugurada a primeira boate da galeria, a *Katakombe* reconhecida como uma das maiores boates do Rio de Janeiro. O espaço se destacava por reunir elementos arquitetônicos e musicais típicos de boates localizadas na Europa e nos Estados Unidos (TREVISAN, 2013).

A inauguração da boate levou a uma mudança do tipo de público frequentador da galeria. Percebe-se um maior afluxo de homens gays em dias de eventos realizados no espaço. A presença desses frequentadores foi motivo de mobilização por parte da imprensa e de moradores locais que começaram uma campanha de difamação do espaço ao atribuí-lo como um “local violento de pederastas” (*O GLOBO*, 1952). A consolidação da galeria enquanto uma centralidade da sociabilidade gay só veio a ocorrer na década de 1960 com a realização de *shows* e desfiles das travestis, intitulado *Les Girls*, organizado pela travesti Rogéria. A presença de personalidades da mídia, artistas, cantores internacionais e até políticos vai ser importante para a aceitação da galeria no imaginário do bairro.

A partir da década de 1970 observa-se um aumento da prática de prostituição no local. Travestis e michês aproveitavam o fluxo de homens gays para realizar *trottoir*. A presença da prostituição influenciará os discursos negativos sobre a Galeria que passa a ser relacionada a violência, inclusive, com a associação direta entre o aumento da criminalidade no bairro a presença da população LGBTIA+.

Figura 4 – O pânico moral na Galeria Alaska



Fonte: O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo/>. Acesso em: 24 out 2022

Essa década também assistirá ao aumento da repressão a corpos e sexualidades empreendido pela Ditadura Militar Brasileira. Porém, as rondas e ataques realizados pelas forças policiais a Galeria Alaska não serão frequentes, destoando do que ocorria na área central da cidade. Com isso, o local se torna um refúgio entre a comunidade LGBTIA+ para a realização de suas vivências e identidades sem a violenta repressão moral. Esse período marcará uma mudança do perfil de usuários das boates localizados na Galeria a partir da inauguração da boate *Sótão*. Tentando reverter o declínio acentuado da Galeria Alaska que já se manifestava no início da década de 1980, a boate apostará em uma novidade na noite carioca: a apresentação de *gogoboy*s e *strippers*, em um espetáculo intitulado “*A Noite dos Leopardos*” (TREVISAN, 2013, p.456). Organizado pela travesti Eloína dos Leopardos, o *show* consistia em uma mistura de apresentações teatrais e dança, onde os participantes se exibiam nus com o pênis ereto. O sucesso do *show* levou a uma presença cada vez maior de mulheres heterossexuais promovendo uma fuga do público LGBTIA+ para outros locais redesenhando a localização espacial das centralidades gays na cidade.

Figura 5: A Noite dos Leopardos



Fonte: CNI Brasil. Disponível em: <https://cni1brasil.com.br/eloina-a-transformista-que-virou-rainha-de-bateria-da-beija-flor-em-1976/>. Acesso em: 24. Out 2022.

Como discute França (2009) a década de 1980 marca o declínio dos espaços de sociabilidade gay em razão da crise do HIV-AIDS, o que igualmente afetará o funcionamento da Galeria Alaska. O medo presente entre os frequentadores somado aos casos de homicídios e roubos levou ao fechamento das boates instaladas no local. O fechamento da Galeria impactou de forma significativa a sociabilidade gay na cidade do Rio de Janeiro redirecionando as interações homossociais de classe média, novamente, para o Centro do Rio, impulsionados pelas operações urbanísticas e o discurso de “retorno ao Centro” vigente a partir da década de 1990.

- ***Décadas de 1990 – 2010: o “retorno ao Centro”***

Antes de prosseguir, com a discussão acerca das sociabilidades gays no final do século XX e início do século XXI é necessário compreender o que o discurso de “Retorno ao Centro” representa enquanto mudanças na área central de uma cidade.

Hannigan (1998) em seu estudo sobre esse processo nas cidades americanas e europeias associa o dito “retorno ao centro” ao processo de gentrificação. Vale destacar, que o “retorno” em questão significa a volta da classe média a área central depois de décadas escapismo e

afastamento em razão de mudanças no conteúdo social, simbólico e econômico que essa área sofreu. Como aponta, Góis (2015):

“A ideia de retorno, possui, no entanto, uma clara associação com o público, neste caso, marcando o retorno da classe média ao Centro. A construção do modelo, retrata, portanto, um processo no qual em primeiro lugar, o centro era lócus da vida pública urbana no início do século XX, em suas diversas matizes sociais, sendo posteriormente “esvaziado” pelo escapismo das elites e dos trabalhadores que seguem em direção a área periférica ao centro, para em último momento ser ocupado pelas classes médias urbanas” (GÓIS, 2015, p.148).

Autores como Côrrea (1989) e Sposito (1991) debruçaram-se na análise da área central e dos processos urbanos associados a elas, sobretudo, o processo de centralização e descentralização. Na perspectiva do primeiro autor, a centralização estaria ligada a confluência de redes, símbolos e fluxos retroalimentados pela acessibilidade. Ao propor sua “gênese da área central” correlaciona a presença de uma rede de transportes, no início do século XIX, a atração de capitais, investimentos e infraestrutura urbana tornando aquele ponto do espaço acessível e nodal para toda a dinâmica urbana do entorno. Logo, a Área Central assume essa centralidade para todas as atividades que envolvam troca, presença e possibilidade de encontros. Já a segunda autora, discute a descentralização, processo complementar ao primeiro, marcado pela redefinição dos conteúdos da área central e pela formação de subcentros, vistos como microcosmos da área central principal, que complementam e compõe um mosaico de centralidades na tessitura urbana.

A centralização – descentralização marcaria, desse modo, uma reorganização dos conteúdos social e econômico do Centro principal, que se “estilhaçaria” (LEFEBRVE, 2006) constituindo outros núcleos com novos objetivos e dinâmicas socioeconômicas diferenciadas. A descentralização para ser bem sucedida estaria ligada a um discurso de “degradação”, “decadência” e “depauperamento” da área central (SMITH, 1996). Esse discurso justificaria por parte dos agentes econômicos privados e dos agentes produtores do espaço urbano (CÔRREA, 1989) a necessidade de buscar novos espaços para reproduzir a lógica de acumulação capitalista, e igualmente, a “revitalizar” a área central buscando novos usos e formas de ocupação do espaço.

A ideia da “revitalização” bastante criticada por alguns autores (SOUZA, 2011) mascara um processo contraditório e perceptível nas áreas centrais nesse período de mudanças: a manutenção da presença de um lumpemproletariado urbano, marginalizado e alheio aos interesses capitalistas que é ignorada pelo poder público e planejadores urbanos:

“à ideia de esvaziamento do Centro passa a obscurecer as práticas dos grupos que permaneceram durante o período de decadência. Além de, obscurecer o retorno desse grupo no processo de retorno ao Centro” (GÓIS, 2015, p. 152).

A revitalização estaria associada ao discurso de empreendedorismo urbano (VAINER, 2012) que alcança relevância mundial a partir da década de 1990 com alguns *cases* de sucesso em cidades do capitalismo central e periférico, como Barcelona, Buenos Aires e Londres. O empreendedorismo urbano lança as bases da ideia de “*cidade-empresa*”, visão cuja cidade não é vista como um espaço a ser planejado e/ou organizado objetivando o interesse de todos através de instrumentos como os planejamentos urbanos e Planos Diretores, eficazes para a definição de uma cidade justa, equitativa e acessível, porém, impera nessa lógica o planejamento estratégico (HARVEY, 1992), instrumento onde vigora a participação pública privada (PPP) com a priorização dos interesses econômicos de agentes ou conglomerados econômicos acelerando o processo de privatização da cidade e cerceando a participação democrática na produção e elaboração da cidade. Além disso, Rolnik (2016) e Harvey (1992) apontam que esse tipo de ação promove um acirramento na disputa entre cidades por investimentos privados e destaque econômico na escala internacional, destacando aquilo que a autora classifica como “guerra dos lugares” (ROLNIK, 2016).

As cidades mencionadas acima, têm em comum o fato, de terem suas áreas portuárias refuncionalizadas em razão de mudanças no escopo das trocas comerciais a partir do processo de containerização (VAINER, 2012). O caso mais emblemático foi o da cidade de Barcelona, na Catalunha, que em razão dos Jogos Olímpicos de 1992 iniciou um modelo de planejamento urbano vinculado ao setor privado, que foi responsável, e pelas mudanças ocorridas em sua zona portuária incluindo a criação de clusters de bares e restaurantes voltados para turistas, além da instalação de museus e hotéis de alto padrão.

O modelo Barcelona serviu de inspiração para as demais cidades, incluindo o Rio de Janeiro, que a partir da década de 2010 idealiza um planejamento estratégico em função da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Além do bairro da Barra da Tijuca, escolhido para sediar eventos esportivos ligados as Olimpíadas, a área central sofreu inúmeras alterações urbanísticas a partir do instrumento das Operações Urbanas Consorciadas (OUCs). A partir de uma confluência de interesses entre o governo federal, estadual e municipal (NASCIMENTO, 2014) inúmeras obras públicas foram realizadas em trechos da zona periférica ao Centro, perfazendo um perímetro que incluía a zona portuária e os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo. Algumas intervenções se destacam: a implosão do Viaduto da Perimetral e a refuncionalização das docas e armazéns, com a consequente inauguração do Museu do Amanhã e a

Orla Luís Paulo Conde. Em pouco tempo, estimulados por eventos públicos e pela presença de intervenções artísticas ao ar livre, a área obteve uma mudança considerável de seu conteúdo social, agora marcadamente de classe média (NASCIMENTO, 2014).

Após uma breve periodização da noção de retorno ao Centro, passaremos para uma discussão desse momento no caso da Área Central do Rio de Janeiro. O Centro do Rio entre os séculos XVIII e XIX era a mais importante, e de certo modo, a única área da cidade a concentrar fluxos, pessoas, habitação e atividades econômicas, o que naturalmente, induziria a concentração das atividades de lazer e sociabilidade nesse local. Porém, como discutido anteriormente, em meados do século XX percebe-se um deslocamento da classe média e elite para novos subcentros que emergiam em áreas da Zona Sul e Norte da cidade. A saída da classe média representa uma diminuição por parte dos agentes econômicos e urbanos de continuar investindo na área central, o que contribuiria com o discurso de “descaso” e “abandono” que eles julgavam ser necessários resolver. Ocorre que, esse escapismo da área central, muitas vezes, generalizados pela literatura e pela análise urbana omitem a presença de grupos sociais marginalizados em áreas da Zona Periférica ao Centro (ZPC), como nos casos da Lapa, Praça Mauá e Praça Tiradentes.

O abandono estampado nos jornais e motivo de pânico da classe média escondia um preconceito subjacente ao conteúdo social que permaneceu nesses locais, não era um simples abandono e deterioração física da área central, mas sim, uma decadência moral e ética pela presença do “submundo” nessa localidade. Caso notório é o bairro da Lapa; a boêmia característica do bairro permaneceu durante esse período de “crise na área central”: botequins frequentados por malandros, prostitutas e travestis ocupavam a Rua do Lavradio e a Rua Evaristo da Veiga (TREVISAN, 2013), além disso residências unifamiliares e casas de cômodo para a consumação de programas sexuais margeavam os bares próximos tornando-se expressões de centralidade dos grupos interessados nessas práticas. A Praça Mauá, opera como outro exemplo desse “perda de vida” falaciosa da área central: a prostituição travesti se manteve inalterada durante o período, movida pelo fluxo de marinheiros e trapicheiros. Diante das transformações ocorridas na área central, a “vida marginal” continuou ativa e resistindo:

“Bairros como a Lapa, na década de 1970 eram locais de moradia e não centros de vida noturna. A solidão das noites no Centro do Rio repercutia nas atividades de lazer na área: a decadência dos cinemas da Cinelândia era evidente desde a década de 1960, a boêmia na Lapa tinha sido removida durante a Era Vargas na década de 1940, as áreas próximas ao SAARA continuaram servindo como centro varejista exclusivamente diurno, e a Praça XV e os bairros da Gamboa e Santo Cristo haviam sido condenados pela Passagem do Viaduto da Perimetral na década de 1970” (GÓIS, 2015, p. 151).

Portanto, seria falacioso, determinar que a partir da década de 1980 teríamos uma retomada da sociabilidade gay na Área Central após uma relativa estagnação de Copacabana, na verdade, se verificaria uma retomada da sociabilidade de classe média que volta ao Centro atraída pelos novos espaços privados de consumo concentrados na região. Essa volta foi determinada não apenas por um desejo de novas possibilidades de consumo por esse grupo, mas sobretudo, por projetos desenvolvidos pelo Poder Público que marcaram a retomada da sociabilidade em geral, e da gay em particular, no Centro a partir desse período. Dois projetos merecem atenção pois afetam diretamente as duas expressões de centralidade aqui analisadas: o Projeto Corredor Cultural Carioca, de 1986 e a Operação Urbana Consorciada (OUCs) Porto Maravilha, em 2009.

- Projeto Corredor Cultural Carioca: A Lapa de volta ao centro da vida boêmia.

O objetivo desse breve tópico é correlacionar os impactos da implementação do Corredor Cultural Carioca ao retorno da sociabilidade gay de classe média ao bairro da Lapa. Inúmeros autores discorrem sobre esse projeto e seus impactos na valorização cultural, arquitetônica e histórica desse área²⁸.

Segundo Santana (2011) o Projeto Corredor Cultural tinha por finalidade:

“a lei n ° 506 aprovada em 16 de janeiro de 1984 foi revista e ampliada pela lei 1.139 em de 16 de dezembro de 1987 que ficou conhecida como Lei do Corredor Cultural. Esta lei, tinha por objetivo revitalizar e preservar áreas definidas no projeto, levando em consideração a valorização dos elementos ambientais que representavam valores culturais, sociais, históricos, arquitetônicos e tradicionais para a população” (SANTANNA, 2011, p. 7)

Como as linhas acima apontam, o objetivo central do projeto era valorizar e estimular a função cultural dessa parcela do Centro. Segundo Góis (2015) para que esse objetivo fosse alcançado foi estabelecido 3 linhas de atuação: a preservação e revitalização do patrimônio, a recuperação dos espaços públicos e o incentivo a atividades de lazer e cultura. Os dois primeiros, estavam relacionados ao discurso patrimonialista e a necessidade de preservar a história do local, porém, como argumenta Góis (2015) a “história” preservada teria uma função puramente econômica, interessada em atrair pela manutenção asséptica de vestígios do passado atividades ligadas ao setor de turismo. O terceiro eixo foi fundamental para a retomada da

²⁸ Góis (2015), Santana (2011) e Nascimento (2020) são exemplos de autores que em suas diferentes áreas, Geografia, Arquitetura e História analisaram as mudanças promovidas por esse projeto.

sociabilidade noturna na área: o estímulo a construção de bares e restaurantes. A retomada das atividades de lazer estaria associada a uma “revitalização” arquitetônica e a reconstituição histórica da boêmia local, porém, o conteúdo social dessa boêmia não era o mesmo de outrora, sendo em sua maioria constituído de pessoas de classe média residentes da própria área central ou em bairros da zona sul.

“o processo de reconquista da boemia foi incentivado, novamente, a partir de duas estratégias principais: a criação ou renovação do espaço construído incluindo reurbanização e revitalização arquitetônica [...] e em consequência atividades de lazer, cultura e entretenimento noturno dos prédios no entorno da Praça XV e dos Arcos” (GÓIS, 2015, p. 157).

O símbolo dessa retomada do lazer foi a transferência da casa de *shows Circo Voador* para a Lapa em 1986. O espaço antes localizada na Praia do Arpoador se transferiu para lá com o intuito de facilitar o acesso e diversificar o público, impulsionado pelas alterações inseridas no contexto do Projeto Corredor Cultural Carioca (SANTANNA, 2011). A abertura do Circo Voador gerou um efeito catalisador sobre parcelas da Lapa, que rapidamente assistiram ao longo da década de 1990 a inauguração de boates, bares e restaurantes que tinham por foco a presença de um público jovem, universitário e residente das zonas norte e sul da cidade. Góis (2015) destaca o impulso dado pelos executivos e demais trabalhadores que com prática de *happy hour* (encontros pós fim de expediente) consolidaram a presença desses empreendimentos nessa área.

Os efeitos do Projeto Corredor Cultural Carioca foram mais nítidos em trechos do bairro da Lapa, tais como a Rua do Lavradio e a Rua Mem de Sá, além dos arredores dos Arcos. Essas duas ruas, por exemplo, funcionam como centralidade de bares, boates e restaurantes, sendo as que mais concentram público ao final do dia e a noite aos finais de semana. Parte expressiva das boates e bares aqui estudados, concentram-se nessas duas ruas em antigos prédios e sobrados refuncionalizados em razão do Projeto Corredor Cultural. Exemplo disso, é a boate *Agyto Rio* localizada na Rua Mem de Sá, nº 66, em um antigo prédio residencial que fora alvo de reparo ainda na década de 1990 por investidores privados que mantiveram a fachada e gabarito original da construção, mas, alteraram sua área interna de modo a adaptá-los a função de bares e boates.

Sobre a localização desses espaços na Lapa vale mencionar a contiguidade espacial verificada entre o espaço público e privado: em diversos momentos da entrevista foram relatados a prática do *esquenta* que consistia no encontro desses homens gays em barracas de camelô e ruas adjacentes para beber e conversar antes de adentrar nos eventos realizados nessas boates e/ou bares. Tal prática revela que mesmo com a tentativa de retorno da sociabilidade de classe

média privada, o espaço público ainda possui um papel complementar para a manutenção desses espaços. Inclusive, vale destacar que os usos públicos da Lapa foram alvo de tentativas de regulação e controle por parte das autoridades públicas no contexto do retorno ao centro: projetos como Lapa Legal, no início dos anos 2000 e Lapa Presente, a partir de 2017 são tentativas de organizar os usos públicos do bairro com a justificativa de coibir a desordem e violência (GÓIS, 2015). De maneira indireta, ao coibir a presença de vendedores ambulantes e a regulamentar sua localização espacial e definir usos restritos de calçadas e ruas a sociabilidade espontânea, marca característica do local, acaba sendo cerceada.

Assim, a Lapa marca com o retorno ao Centro, sua centralidade de sociabilidade juvenil e noturna, e igualmente LGBTIA+. Porém, ao mesmo tempo que representa um retorno, demonstra um apagamento de uma sociabilidade marginal pretérita que com a volta da classe média perde seu espaço e se descentraliza em direção a bairros próximos, como é o caso do Catete e da Glória.

- O “Porto Maravilha” e a descoberta da zona portuária pela elite e classe média.

A Operação Urbana Consorciada (OUCs) Porto Maravilha foi implementada a partir da lei 101/2009 que previa segundo a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro:

“[...] o Poder Público deve desenvolver ações que integrem e promovam o desenvolvimento econômico e social da população que hoje vive na região. A mesma lei estabelece que o patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial da região, deve ser valorizado e recuperado” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 101/2009).

Para o desenvolvimento do projeto foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP) responsável pela execução de duas frentes: o Porto Maravilha e o Porto Maravilha Cultural. Ambos os projetos tinham por objetivo estabelecer uma conexão entre agentes privados e o Poder Público no desenvolvimento de políticas de recuperação paisagística do local, além da instalação de novos empreendimentos e reordenação dos usos do solo. A justificativa aventada a época pelo prefeito Eduardo Paes (2009-2016) era que as mudanças na área fomentariam atividades econômicas gerando emprego e renda para os moradores locais.

O discurso de preservação da memória e investimento em equipamentos culturais foram vistos como fundamentais garantir a concentração de investimentos no local. A construção de museus, a recuperação histórica de espaços de memória e o incentivo a atividades culturais

tornou o perímetro que compreendia a Praça Mauá e os bairros da Gamboa e Santo Cristo uma centralidade vibrante durante os anos posteriores a conclusão das obras.

Os novos usos e discursos resultaram em novos comportamentos e apropriações, com a presença de um público formado por turistas e residentes de bairros de classe média e alta da cidade (NASCIMENTO, 2014). Os impactos dessa mudança, ou na linguagem usada pelo Projeto, “novos comportamentos”, foi alvo de investigação de pesquisadores sobre o possível processo de gentrificação sofrido pelo local (SANTANNA, 2011, NASCIMENTO, 2014). A gentrificação (SMITH, 1996) consiste basicamente na mudança do perfil social de uma dada localidade em razão de mudanças arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas e financeiras ocorridas em um local outrora visto como degradado. Essa “substituição” ocorre de forma escalonada à medida que a presença desse novo público promove um encarecimento da vida local. Questiona-se até que ponto esse processo pode ser percebido na Zona Portuária (NASCIMENTO, 2014) já que os impactos ocasionados pelo projeto Porto Maravilha não foram homogêneos em todos os bairros e áreas contempladas, gerando até mesmo, a obsolescência em alguns deles, como o caso do bairro de Catumbi²⁹.

Essa nova centralidade de atividades culturais resultou na atratividade do setor de diversão noturna. Como visto anteriormente, desde a década de 1960 as atividades de lazer noturno se localizavam na Zona Portuária, sobretudo nas imediações do Porto do Rio. Boates e casas de prostituição atraíam o baixo meretrício e uma clientela vista como marginal em razão da alta rotatividade de estivadores e marinheiros que frequentavam o local. Com a construção do Viaduto da Perimetral e o abandono do Poder Público na área a partir da década de 1970, bares e boates ali localizados foram fechados e somente a prostituição de rua se manteve (ALBUQUERQUE, 1967). O cenário começa a ser alterado a partir da conclusão das obras do Porto Maravilha e do retorno da sociabilidade de classe média para a região. Em 2010, ainda durante à realização das obras viárias no local, a boate The Week transferiu-se para lá, na rua Sacadura Cabral. A rede de boates com sede em São Paulo é nacionalmente conhecida por atrair um público de classe média e alta, e segundo seu administrador, André Almada, a localização da boate nessa “nova zona portuária” seria a chance de atrair turistas e consumidores de classe média.

²⁹ Em sua dissertação de mestrado, Nascimento (2014) avalia os impactos ocorridos nos bairros contemplados pelo Projeto Porto Maravilha. Segundo sua análise as mudanças ocorridas não se processaram de forma espacialmente homogênea, sendo mais concentradas na Praça Mauá, Saúde e Santo Cristo e menos pronunciadas na Gamboa e no Catumbi, áreas essa que sofrem com um processo de cristalização e obsolescência espacial.

Entre 2010 e 2014, segundo dados fornecidos no site da Prefeitura, foram abertos alguns empreendimentos de categoria “atividades de lazer e recreação” na área contemplada pelas mudanças da OUCs. Para essa pesquisa, foram selecionados aqueles que eram utilizados como locais para a realização de eventos *gays* ou *gay friendly*³⁰, mesmo que de forma ocasional. Uma questão interessante é sobre as multifuncionalidades que certos espaços adquiriam: o caso da *HUB* e do *NAU* merecem atenção. Ambos, são espaços de *coworking* construídos no bairro da Saúde para a concentração espacial de atividades empresariais, produtivas e culturais. Porém, frequentemente esses espaços são utilizados por produtores para a realização de festas e shows voltadas ao público gay com músicas e estilos segmentados, como festas *raves*, shows de música latina e fanfarras carnavalescas.

Outro espaço analisado nessa dissertação é o Sacadura 154, localizado na Rua Sacadura Cabral em um antigo galpão de oficina mecânica refuncionalizado. O espaço não é voltado exclusivamente para festas LGBTIA+, sendo inclusive, conhecido por realizar festas, formaturas e eventos empresariais. Porém, cada vez mais produtores e eventos independentes anteriormente localizados em outras áreas do Centro, como na Rua do Mercado, Rua do Lavradio e na própria Lapa se transferem para esse local tornando uma centralidade reconhecida entre os usuários desses espaços.

Algo que chama a atenção é a discrepância presente entre esses espaços de sociabilidade e o entorno, em bairros como a Gamboa e Santo Cristo. Em uma visita a campo, após o afrouxamento das medidas sanitárias em outubro de 2021, visitei um evento LGBTIA+ realizado na Quadra da Escola de Samba, Fala meu louro, no bairro de Santo Cristo. O evento era uma festa de música eletrônica com a presença de *djs* paulistas o que atraiu um público fã desse gênero musical e dos artistas em questão. Saltava aos olhos, os automóveis que estacionavam próximos do evento em relação ao entorno, ficava nítido o total desconhecimento desses frequentadores sobre o local e sua ida motivada ali exclusivamente para o evento. Isso inclusive, ficou evidente na fala de um entrevistado frequentador assíduo de eventos realizados nessa região:

“eu não ando durante o dia por ali não. Morro de medo, sei lá é vazio e perigoso. Eu só vou quando tem festa mesmo. E mesmo assim é aquilo (sic): desço do Uber e entro, acaba e vou embora” (entrevistado, morador de Copacabana, 30 anos).

³⁰ Como será discutido no próximo capítulo, a noção de “festas *gay friendly*” entre os entrevistados era muito comum. Na concepção dos interlocutores seriam espaços que não são oficialmente LGBTIA+, mas que tem um público majoritariamente frequentado por esse grupo social. Elementos como música, presença de *djs* e até a estrutura desses espaços eram vistos por eles como convidativos para os consumidores LGBTIA+.

Algo que me despertou a curiosidade foi entender a relação dos moradores do entorno com os novos frequentadores e os eventos que ali eram realizados. Conversando informalmente com uma senhora que vendia bebidas e cigarro na entrada do evento ela me confidenciou que no início:

“no início era estranho. O barulho ia até de manhã, muita gente na rua. E era aquele escândalo, né? Eles se beijando na rua, fazendo sexo atrás dos carros não respeitavam ninguém. Mas com o tempo a gente foi se acostumando, foi até bom porque movimentou um pouco mais por aqui” (vendedora ambulante e moradora do bairro Santo Cristo).

Uma hipótese aventada para essa “aceitação” das práticas e da presença desses usuários pelos moradores é a possibilidade de complemento de renda dos últimos com a realização dessas festas. A mesma vendedora relatou que em todos os finais de semana estava na entrada dos eventos realizados vendendo bebidas e cigarros, e que isso, ultimamente, estava sendo a única fonte de renda sua família. Ela também afirma que outros moradores costumam fazer o mesmo: alguns trabalhavam como flanelinhas, guardadores de carro e alguns até cediam sua garagem como estacionamento. Com isso, podemos dizer que a presença desses novos usuários desencadeou todo um circuito inferior da economia (SANTOS, 1994) operando nessa localidade, além de, garantir que a presença desses *outsiders* fosse “tolerada” pelos moradores locais, mesmo, a despeito de comentários homofóbicos feitos por alguns destes.

Esse capítulo buscou através de uma análise espacial e histórica situar as sociabilidades gays no contexto das mudanças espaciais ocorridas na cidade do Rio de Janeiro no século XX. O objetivo seria justificar historicamente a necessidade de analisar essas expressões de centralidade e compreender as mudanças, deslocamentos e alterações sofridas quando comparadas com o atual momento. O próximo capítulo, tratará dessas atuais expressões de centralidade e compreender as práticas socioespaciais e os impactos na estrutura urbana ocasionado por elas.

CAPÍTULO 5

AS MARGENS SÃO CENTROS: AS DIFERENTES EXPRESSÕES DE CENTRALIDADE DO FERVO GAY (2010-2020).

“eu acho que pelo Centro ser mais degradado se torna mais acolhedor pra (sic) gente, né? Não me sinto à vontade numa festa na Zona Sul, por exemplo” (entrevistado de 27 anos, morador da favela Rio das Pedras, zona oeste do Rio de Janeiro)

“Salvai-nos por caridade/pecadores invadiram o Centro da Cidade/ armados de ruge e batom/ dando vivas ao bom humor/ num atentado contra o pudor” (São, São Paulo. Tom Zé, 1968).

O último capítulo se ocupará da análise das duas expressões de centralidade escolhidas como objeto de estudo: o perímetro espacial que compreende a Lapa e a Praça Tiradentes e a área que compreende a Praça Mauá e os bairros da Gamboa e Santo Cristo. Mais do que analisar a localização espacial dessas centralidades nos debruçaremos a respeito das práticas socioespaciais lá realizadas e de como elas contribuem com a (re)produção uma cidade segmentada e fragmentada.

5.1- As margens viram centros.

Antes de prosseguir com a discussão acerca das centralidades é necessário elucidar alguns pontos importantes numa tentativa de facilitar a compreensão do leitor. Até o momento, o uso de termos como “Centro” e “Área Central” foi usual para discutir espacial e historicamente o Centro da cidade do Rio de Janeiro. Porém, ambos os termos não são considerados homônimos e possuem referenciais e significados distintos.

A discussão acerca desses dois termos foi realizada por autores anteriormente citados, como Côrrea (1989), Villaça (1998) e Silva (2001). Destes, usarei a discussão realizada por Côrrea (1989) em seu livro seminal, *O Espaço Urbano*, onde de maneira assertiva, elenca e estabelece essas diferenças, juntamente com Villaça (1998) e sua análise sobre a organização interna das metrópoles brasileiras. De antemão, reitero que ao me referir as duas centralidades estudadas: Praça Tiradentes – Lapa e Praça Mauá – Gamboa e Santo Cristo as considero enquanto áreas centrais.

O Centro seria uma forma espacial presente em toda e qualquer cidade ao longo da história (MUMFORD, 1998). A concentração de agentes de poder, estrutura urbana, discursos dominantes e atividades de comércio e troca em um ponto do espaço urbano constitui a essência do Centro. Comumente, segundo Côrrea (1989) o Centro estaria associado ao sítio histórico de

origem da cidade o que por vezes não representaria a realidade, à medida, que este pode sofrer alterações, apagamentos ou deslocamentos ao longo do tempo. De maneira geral, o Centro funcionaria como um ponto de referência no espaço, catalisador dos movimentos e ao mesmo tempo responsável pelo rearranjo destes. Como afirma Lefebvre (1968) não existe cidade sem Centro, sendo assim, considerado fator fundante da ideia de cidade.

Para se compreender a área central é necessário discutir sobre processos espaciais:

“São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista [...]. Trata-se de uma expressão empregada por geógrafos como sinônimo dos processos ecológicos da Escola de Chicago [...] Esses processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana” (CÔRREA, 1989, p. 37 -38)

Logo, a forma espacial seria resultado dos processos espaciais que modelam e reorganizam o espaço no contexto de uma cidade capitalista. Nesses sentido, a centralização, enquanto processo espacial, teria como forma correlata a área central. Essa forma seria resultado do processo de acumulação, concentração e/ou aglutinação de interesses, ideias, fluxos, finanças e pessoas se situando, por vezes, em vários pontos do espaço com limites e delimitações imprecisas.

O autor recupera a “gênese da área central” (CÔRREA, 1989, p.37) numa tentativa de situar historicamente seu surgimento. Um dos fatores atribuídos a existência da área central é a localização de terminais de transporte ferroviário, que por conta da sua rigidez espacial e capacidade de atração, acaba se tornando o ponto do espaço atrativo para investimentos e atuação de agentes econômicos. Logo, podemos observar que um fator determinante para o desenvolvimento de uma área central é a acessibilidade (CÔRREA, 1989). Como numa crescente, a maior oferta de acessibilidade a um local constitui as bases para que investimentos econômicos e infraestrutura urbana sejam alocados naquela ponto do espaço retroalimentando a presença de fluxos oriundos de diferentes direções.

Percebe-se nessa gênese da área central o quanto a participação dos agentes produtores do espaço urbano (CÔRREA, 1989) são fundamentais para sua constituição, sobretudo, o Estado responsável pela provisão de infraestrutura básica e dos proprietários fundiários através da negociação e divisão da terra segundo interesses especulativos.

A área central, seria assim um ponto no espaço facilmente distinguível, pois carregaria em si características destoantes do restante do espaço urbano. Dentre essas características o autor cita a intensa verticalização, a indisponibilidade de espaços horizontais, a presença de transportes intraurbanos, a concentração de atividades diurnas e um fator de destaque que seria a correlação

dessa área com a tomada de decisões em diferentes escalas. Villaça (1998) sintetiza a discussão sobre área central ao afirmar:

“à área central no interior de uma cidade, não significa que esteja no centro geográfico ou seja constituído pela ocupação de origem histórica, mas sim, se caracteriza **pela convergência e divergência de pessoas e atividades urbanas, inseridas no processo de circulação**” (VILLAÇA, 1998, p. 98, grifo do autor)

A afirmação de Villaça é importante para corroborar a ideia aqui defendida: ao usar o termo área central e seu atributo correlato, centralidade, para me referir ao trecho da Praça Tiradentes - Lapa, Praça Mauá, Gamboa e Santo Cristo estaria incorrendo em uma falha teórica, a medida, que esses locais estão situados no que comumente se classifica como Zona Periférica ao Centro (CÔRREA, 1989). Área vista como adjacente ao *CBD* por apresentar usos e ocupações diferentes da área central propriamente dita. Porém, ao me valer das discussões de Villaça (1998) e Côrrea (1989) de que a área central é resultado da convergência da circulação de pessoas e atividades, essas áreas se tornam centrais para o público aqui analisado. Portanto, a área central do presente estudo é a Zona Periférica ao Centro, a medida, que a existência, presença e deslocamentos do grupo focal privilegiado nesse estudo está centralizada nessa área.

O jogo de palavras “margem” e “centro” não foi ocasional. Parafrazeando Rose (1991) e sua análise dos espaços paradoxais, a margem, nesse caso a ZPC, se torna centro porque a aceitação e vivência desses indivíduos é natural e adensada nessa localidade.

5.2- Da “Gay Regina George” a “bombada colocada”³¹: uma proposta interseccional.

Como discutido no capítulo 3, uma crítica comum as produções no subcampo Geografia de Gênero e Sexualidades é a ausência de discussões sobre populações homossexuais, lésbicas e transgêneros que envolvam a marca da interseccionalidade (ROSE, 1991). A ideia de uma comunidade indistinta, amorfa, homogênea e com interesses e objetivos conjuntos contribui muito para obstaculizar as diferenças presentes entre seus componentes.

A discussão sobre interseccionalidade tem considerável penetração em áreas como a Sociologia e Antropologia. Sua inserção na Geografia é recente (ROSE, 1991) sendo fruto da

³¹ O termo “gay Regina George” e “bombada de padê” foram retirados dos interlocutores entrevistados para essa pesquisa. Estes termos representam subtipos de homens gays dentro do chamado “universo gay das boates”, segundo um outro interlocutor. A gay Regina George é uma alusão a personagem Regina George do filme *Mean Girls* (2004) interpretado por *Rachel McAdams* caracterizada por uma personalidade fútil, compulsiva por compras e rica. Já a bombada colocada seria o homem gay musculoso que nessas festas faz uso intenso de drogas e psicodélicos como cocaína e ecstasy.

crítica de geógrafas sobre as produções realizadas até então envolvendo as homossexualidades, vistas como excessivamente masculinas e brancas. A definição mais difundida sobre interseccionalidade é sintetizada por Collin e Bilge (2021):

“à interseccionalidade investiga como relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera as categorias de raça, classe social, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – interrelacionadas e que se moldam mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (COLLIN e BILGE, 2021, p. 16)

Sendo assim, a interseccionalidade operaria como um feixe onde questões relativas à identidade do sujeito moldariam e influenciariam a forma como este é inserido nas relações socioespaciais. Importante destacar, que a análise interseccional diz respeito também a localização que o indivíduo ocupa no espaço. A dialética centro-periferia (ou subúrbio- área central) é um marcador social da diferença que a depender do local onde o sujeito se posiciona lhe incorrerá em vantagens ou interdições.

A análise interseccional está ligada historicamente a luta das mulheres negras (AKOTIRENE, 2020). O movimento feminista a partir da década de 1980 foi alvo de críticas quanto a sua composição e representatividade. A super valorização de mulheres brancas enquanto líderes do movimento somado a defesa de bandeiras vistas como de classe média tornava sub-representada a figura da mulher negra. Nos subúrbios americanos, mulheres negras desempregadas ou subempregadas, mães solas e provedoras únicas de suas famílias sofriam uma tripla opressão: a de gênero, classe e cor. Porém, os debates e a literatura sobrevalorizavam a opressão de gênero como forma dominante do silenciamento da mulher frente ao patriarcado (CRENSHAW, 2011). A interseccionalidade, surge nas academias e nos movimentos sociais como ferramenta analítica para compreender as camadas envolvidas no apagamento e invisibilização sofrido por essas mulheres. Mais do que a interseccionalidade representa, enquanto teoria, o que importa é como ela atua (COLLIN e BILGE, 2021) de forma prática na vida de grupos sociais historicamente oprimidos.

A Geografia enquanto ciência, relutou, e ainda hoje reluta, em adotar a interseccionalidade como ferramenta de análise em suas discussões. Somente, a partir do surgimento da Geografia Queer na década de 1990 e a crítica de autoras como Rose (1991) e Binnie (1997) que esse instrumento ganha notoriedade. Porém, ainda hoje, seu uso se encontra

restrito ao subcampo de Gênero e Sexualidades, sendo pouco utilizado nos demais campos, tanto da Geografia Física quanto da Geografia Humana.

A análise de indicadores como raça e gênero elucidaria questões já amplamente discutidas por áreas como a Geografia Urbana e Geografia Econômica. Exemplo disso, é a noção de fragmentação/segmentação urbana discutida nessa pesquisa: o particionamento do espaço em zonas estancas apropriadas diferencialmente por determinados grupos sociais está ligado a questões de raça, classe social e gênero. Mais do que uma mera decisão locacional feita por agentes econômicos e produtivos, a presença de certos grupos em certos locais, está ligada a cor da pele (caso das favelas e periferias brasileiras), a classe social (materializada em condomínios fechados e *shopping centers*) e ao gênero (com a percepção de “espaços de insegurança” para mulheres nas metrópoles). Portanto, adotar a interseccionalidade como ferramenta analítica não é importante apenas para a Geografia de Gênero e Sexualidades, mas, para a Geografia como um todo à medida que uma análise do espaço que não enxergue o indivíduo em toda a sua complexidade não pode ser fiel a realidade.

Em relação ao objeto de estudo da presente pesquisa diferentes marcadores sociais indicarão diferentes níveis de presença/deslocamento na esfera socioespacial. Tomemos como exemplo um homem gay, branco, de classe média, cristão, masculino e padrão³². A depender do marcador social utilizado em determinada situação ele ocupará uma posição de margem ou centro do poder e discurso. Num templo religioso cristão, por exemplo: o indivíduo ocuparia uma posição marginal podendo ser alvo de retaliações e críticas por parte dos demais membros ou do líder religioso à medida que sua orientação sexual é vista como atividade pecaminosa pela teologia cristã. Se esse mesmo indivíduo estivesse em uma boate gay, provavelmente, ocuparia uma posição de centro já que sua beleza e comportamento vistos como esperados de um homem gay másculo o fariam obter sucesso na prática de *pegação*. Assim como, no ambiente de trabalho poderia exercer uma posição de superioridade em termos de reconhecimento e salário frente a uma mulher heterossexual que desempenha função similar a sua.

Em suma, os exemplos hipotéticos acima aludem a necessidade de se pensar a interseccionalidade como um encadeamento de condições do sujeito, que de forma complementar, serão responsáveis pela sua (não) inserção nas relações socioespaciais. Não

³² O uso do termo “padrão” é uma redução do termo padrão de beleza. Utilizado pelo grupo estudado para se referir a homens gays que performam uma identidade hiper masculinizada (corpos sarados e posturas consideradas heteronormativas), além de serem majoritariamente brancos. O ideal de padrão de beleza está associado a ideia do belo cultuada no Ocidente como o homem caucasiano, viril e heterossexual (TREVISAN, 2013).

existe uma gradação de fatores, mas sim, uma atuação conjunta que resultará na imagem projetada pelo indivíduo. Com isso, as análises dos espaços de sociabilidade e das centralidades resultantes serão analisadas a partir desse prisma: por mais homogêneos e fechados que esses locais possam parecer, diferenças e interdições marcam a presença desses atores sinalizando uma fragmentação que não ocorre apenas na escala da cidade, mas igualmente, sobre esses espaços e nas relações socioespaciais ali constituídas.

5.3- Onde está o fervo?

A escolha das duas centralidades (Lapa- Praça Tiradentes/ Praça Mauá – Gamboa, Saúde e Santo Cristo) foi baseada nas entrevistas realizadas junto aos 80 entrevistados entre os meses de abril e outubro de 2020 através do *Google Meet* e ligações por vídeo chamada via *WhatsApp*. Como mencionado anteriormente, o modelo adotado para a entrevista foi o *snowball* (BALDIN e MUNHOZ, 1998) que consistia na criação de uma rede de interlocutores a partir da indicação dos participantes. Para que essa rede alcançasse o máximo possível de entrevistados, em termos de diversidade, era solicitado que indicassem outras quatro ou cinco pessoas para que participassem do experimento.

A tabulação de dados permitiu a confecção de gráficos que funcionaram como diretrizes para a escolha das centralidades. Ademais, vale frisar, que existem outros espaços de sociabilidade presentes nessas centralidades que não foram analisados nessa pesquisa em razão de não serem citados pelos entrevistados. As entrevistas foram semi estruturadas e tinham um duplo objetivo: localizar espacialmente os espaços de sociabilidade preferenciais dos interlocutores, e compreender o deslocamento espacial realizado por eles. A valorização do deslocamento como ferramenta de análise permite corroborar a noção de centralidade exercida por esses espaços, pois, à medida que esses sujeitos desenvolviam um alcance espacial máximo em busca de atividades recreativas legitimavam esses locais como centralidades.

A primeira informação a ser coletada para se analisar os deslocamentos desses sujeitos, suas escolhas e o alcance espacial máximo percorrido foi o local de moradia. Foi levada em consideração a divisão espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) o que inclui os municípios vizinhos da Baixada Fluminense e da Região Oceânica. O quadro 1 mostra em números brutos o total de entrevistados de cada área da RMRJ:

Quadro 1: Número de entrevistados por setor/zona da cidade

Zona/Setor da cidade	Número de entrevistados
Zona Norte	37 pessoas
Zona Sul	21 pessoas
Centro	5 pessoas
Zona Oeste	12 pessoas
Baixada Fluminense	5 pessoas

Elaborado pelo autor

Gráfico 1

Elaborado pelo autor

Como se pode analisar do universo amostral de 80 entrevistados a maioria reside nos bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro. Seguido por bairros da Zona Sul e em proporção semelhante pela Zona Oeste, Centro e Baixada Fluminense. Algumas hipóteses podem ser aventadas a partir das falas dos entrevistados para esse resultado: segundo um interlocutor, morador do bairro Anchieta, zona norte do Rio de Janeiro, os bairros dessa área não possuem espaços voltados para a sociabilidade gay. E quando isso ocorre, é resultado da “ocupação” de casais e homens gays solteiros em bares e boates vistas como destinadas a um público consumidor predominantemente heterossexual, como atesta em sua fala:

“à zona norte é muito carente de festa LGBTIA+. E quando você vai ao barzinho, boate com um namorado ou pega alguém logo te olham de cara feia, ficam incomodados. Sei lá, acho que o povo da Zona Sul é mais liberal, estudado, pra (sic) eles é normal né? Eu só ando de mãos dadas com meu namorado na zona sul mesmo, até do Centro tenho medo”. (morador do bairro Anchieta, 27 anos).

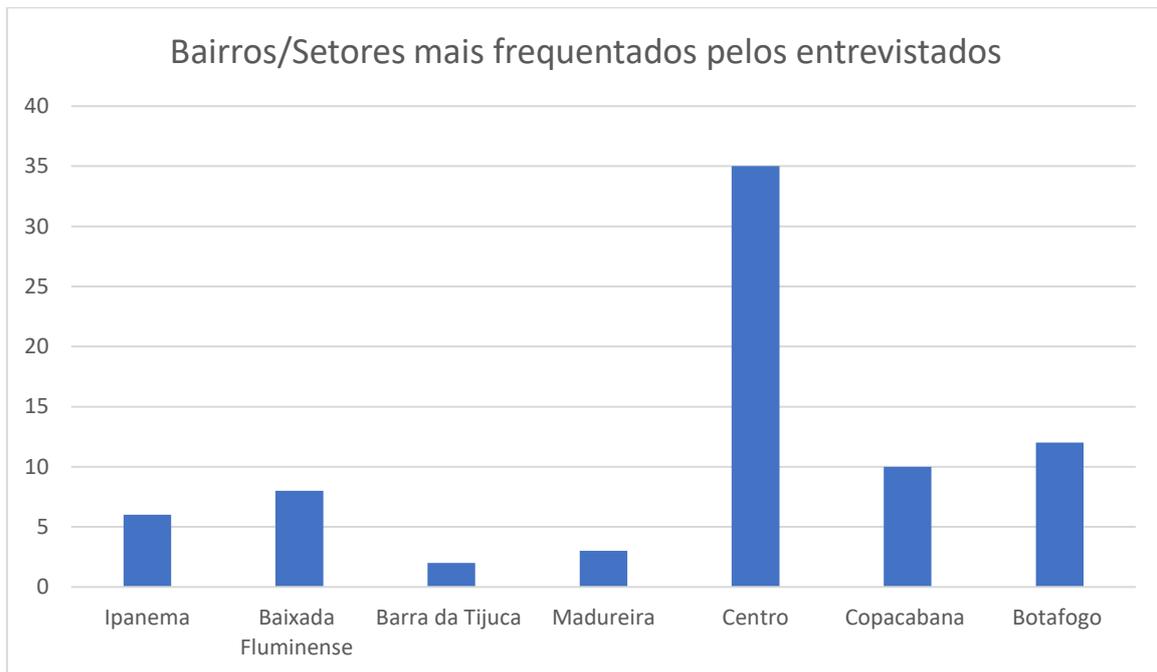
O fato observado pelo interlocutor já foi discutido por França (2009) sobre o mercado LGBTIA+ na cidade de São Paulo. A localização de empreendimentos comerciais e a maior presença pública de pessoas LGBTs ocorria em bairros de áreas nobres da capital, declinando gradativamente quando se analisava as áreas periféricas. As razões para isso podem ser inúmeras: a primeira delas está relacionada a questões de público consumidor; em bairros e áreas nobres a instalação desses espaços asseguraria altos lucros em razão da presença de um perfil de público de alto poder aquisitivo. A segunda, mais subjetiva, está ligada a questões de ordem moral: em áreas periféricas onde reside parte expressiva da população de menor poder aquisitivo e grau de escolaridade a vivência desses sujeitos é vista como atípica ou pecaminosa, fruto de um discurso conservador e religioso comumente observado nesses locais. O somatório dessas condições cria um ambiente naturalmente conservador em bastiões afastados dos grandes centros, sendo por isso, hostis a presença de identidades LGBTIA+ (FRANÇA, 2005). A única exceção, seria o subcentro de Madureira. Lá está localizada a boate Papa G, referência de boate LGBTIA+ na zona norte da cidade. Fundada em 1994 a boate está localizada no maior eixo de circulação do bairro. Em dias de evento, as ruas do entorno são tomadas por seus usuários que fazem uma espécie de “esquenta” constituindo uma centralidade espraiada no local.

Porém, dentre os interlocutores ouvidos que moravam na Zona Norte, inclusive em bairros vizinhos a Madureira, a maioria evitava frequentar a boate. As razões elencadas vão desde a violência homofóbica realizada por seguranças e frequentadores do local, até uma resistência ao tipo de usuário, visto, nas palavras de um frequentador como “sinistro”:

“não curto muito a Papa G não. E olha que ela é do lado de casa quase. Sei lá, acho perigoso porque tem muito assalto ali por perto. Meu amigo foi agredido pelo segurança que chamava ele de “viadinho abusado” [...] e acho o público meio “sinistro”, não curto muito. Acho que o Centro tem mais gente bonita” (morador do bairro Campinho, 28 anos).

Prosseguindo com a entrevista, indagava-os sobre o bairro/setor da cidade onde costumavam ir em busca de atividades de lazer e sociabilidade. As respostas geraram o gráfico a seguir:

Gráfico 2



Elaborado pelo autor

A leitura do gráfico permite atestar que o Centro do Rio de Janeiro é o setor da cidade onde os entrevistados se dirigem quando buscam atividades de lazer e sociabilidade. As razões para isso já foram parcialmente discutidas em capítulos anteriores: uma delas é a maior presença de equipamentos de lazer e recreação, incluindo LGBTIA+, nessa parcela da cidade. Como discutido por Rose (1991) e Green (1999) o Centro da Cidade por seu caráter diverso, multicultural e anônimo permite que esses espaços se consolidem atraindo os sujeitos que se valem dessas qualidades para aí se concentrarem e performarem suas identidades. Ademais, historicamente a presença de atividades de lazer e encontro gay encontrou no Centro da cidade um lócus espacial privilegiado. Outra razão, é a acessibilidade. O centro da cidade é a área de maior acessibilidade da cidade graças a concentração de uma intensa malha de transportes, por vezes interligados, em escala intermunicipal e estadual. No caso do Rio de Janeiro, a confluência de linhas do metrô, ônibus intermunicipais, estação ferroviária e circulação de bondes permite um alcance espacial máximo em relação a diferentes pontos da cidade. No entanto, outras explicações aventadas pelos entrevistados merecem consideração:

“Acho que o fato de o Centro ser **degradado** ajuda a ter mais LGBT ali, né? Porque podem ir pessoas de todas as origens e bairros. Porque tem metrô, tem trem, tem ponto de ônibus, tem a Central... [...] e tem desde o depósito de bebidas até a The Week, então dá pra (sic) escolher o que

você quer” (entrevistado morador da favela Cidade de Deus, 30 anos).

Na visão desse interlocutor, a imagem de abandono e degradação do Centro do Rio, sobretudo da Zona Periférica ao Centro seria uma metáfora das práticas de encontro e vivências LGBTIA+. A presença desses espaços nessa área estaria implicitamente associada a imagem negativa e decadente que esse grupo e o Centro compartilham no imaginário coletivo. Seria oportuno, futuramente investigar essa geografia das imaginações e como ela impacta a forma como esses sujeitos percebem e se organizam no espaço.

Junto ao Centro, outras áreas que merecem destaque são os subcentros de Copacabana e Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro. O primeiro se destaca pela presença de boates como a *La Cueva*, *Fosfofox* e a *Pink Flamingo*, já o segundo pelo *Baixo Botafogo*, entendido como “ponto de encontro de todas as tribos, com intensa atividade comercial e práticas consideradas “baixas” desviantes da conduta moral” (IORIO, 2020, p.3). Porém, é preciso atenção a um dado: os frequentadores habituais dos espaços localizados na área central não frequentam os espaços localizados na Zona Sul, demonstrando uma clara segmentação espacial dos frequentadores. Sobre a “barreira” entre esses locais, destaca-se a fala de dois interlocutores:

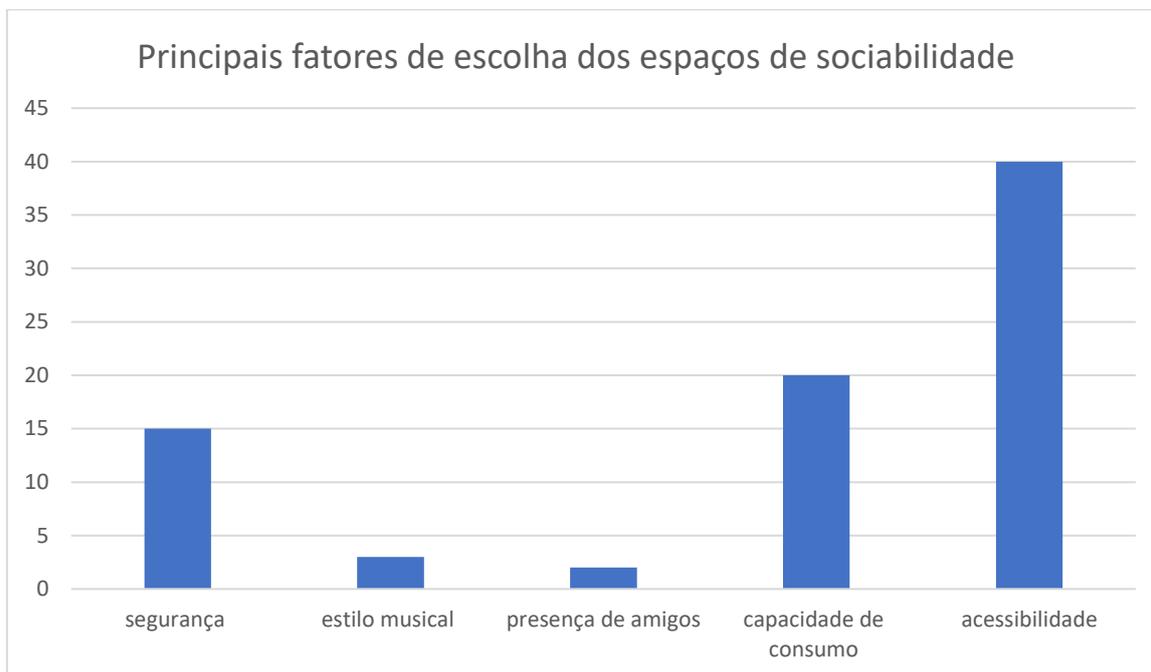
“**Não me sinto a vontade na Zona Sul.** Você vai pra lá e eles sabem que você não é do meio, entende? Eles te olham de cima a baixo (sic), comentam, debocham. Quando é poc (sic) então... E outra coisa: é muito longe pra gente que mora aqui e se torna caro, né? Uma bebida que eu pago lá é o preço da entrada de um open bar no Acústica” (morador do bairro de Irajá, 22 anos, grifo meu).

“eu tenho um amigo que mora em Ipanema. Tipo, ele só frequente a Farne e as boates dali. Ele diz que o Centro é muito perigoso e tem gente que não é o tipo dele, sabe? As vezes eu até vou com ele nessas boates na Zona Sul mas gasto muito e nunca acho tão bom. Só é bom pra tirar onda mesmo” (morador do bairro da Tijuca, 26 anos).

As duas falas expõem as razões para essa aparente segmentação de público nesses dois pontos da cidade: além, de questões relativas à acessibilidade e capacidade de consumo; diferenças relativas a classe social seriam fatores de interdição na apropriação desses espaços.

Outra informação confirmada através dos interlocutores foi em relação as razões que os levam a buscar esses locais como formas de lazer e sociabilidade. O padrão de respostas obtido permitiu a configuração do seguinte gráfico:

Gráfico 3



Elaborado pelo autor

A análise do gráfico permite inúmeras conjecturas: a primeira, é que os critérios utilizados pelos interlocutores na busca por esses locais são diversos e relacionados a questões financeiras, identitárias e urbanas. A acessibilidade, é item fundamental de escolha entre parte expressiva dos entrevistados: a presença de uma rede de transporte eficiente e integrada ou a proximidade com o local de moradia são dois fatores que se destacam na decisão por frequentar esses locais. Seguido desse fator, temos a capacidade de consumo e a segurança: o preço do ingresso e bebidas e a preferência por eventos do tipo *open bar* se justifica pelo fato de parte dos entrevistados serem subempregados ou desempregados dependendo financeiramente dos pais ou companheiros. A questão da segurança também é determinante: o medo da “violência urbana” e em particular, da violência homofóbica, leva-os a enxergar esses espaços privados mediados pelo consumo como uma forma de proteção e garantia de liberdade para exercer certos comportamentos não tolerados em outros locais. Porém, essa visão acaba sendo, por vezes, evitada de preconceito de classe e elitismo como verificado abaixo:

“odeio festa na rua. Não gosto, tenho horror a esses pedintes e “mendigos” na rua. Eles param e se você não dá te assaltam. E essas festas na rua, bloco e tals tem muita gente estranha que vai lá mal intencionada, pra roubar, furtar e brigar. Por isso acho que a boate e bar é mais tranquilo, sabe? Só entra quem paga, tem segurança, o nível é outro”. (morador do bairro da Tijuca, 26 anos).

Quando questionado sobre a possibilidade de ocorrer brigas envolvendo frequentadores dos espaços de sociabilidade gay, como atestado por outros entrevistados, o interlocutor novamente enfatizou o termo “pessoas de nível” para diferenciar os frequentadores.

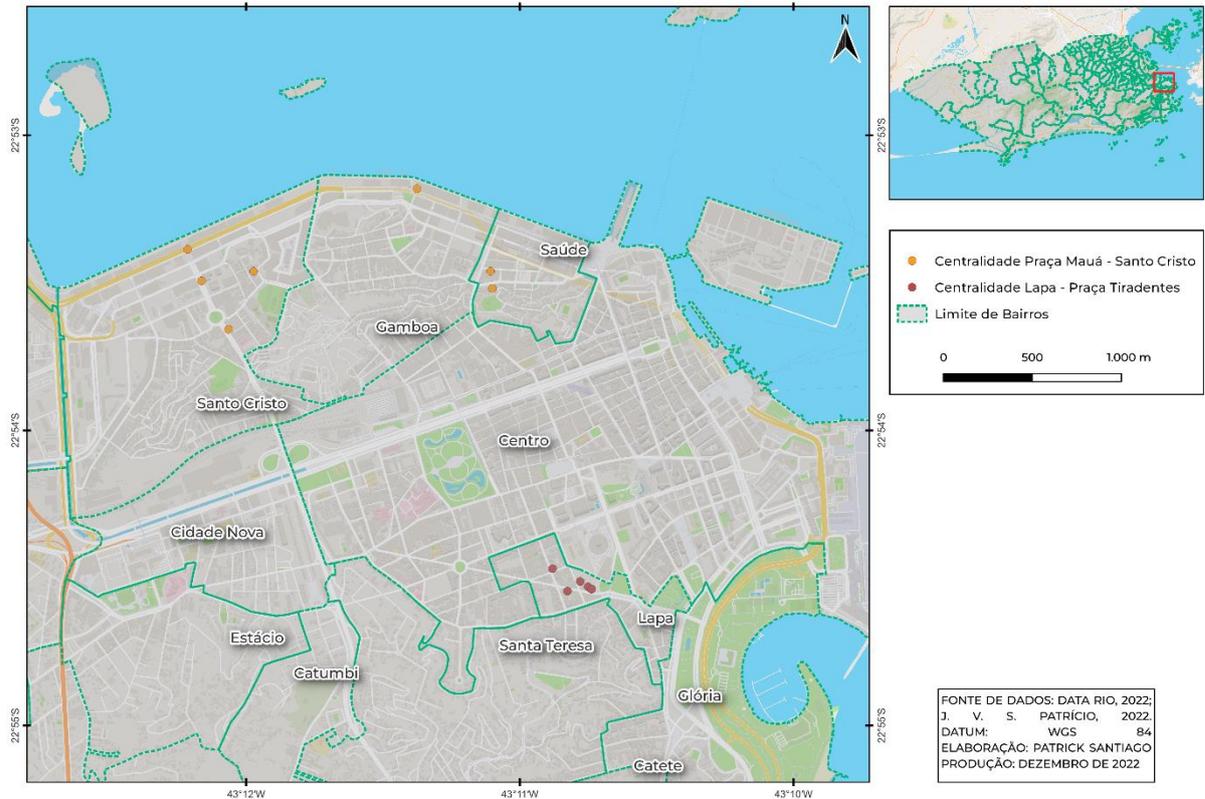
Ao longo da entrevista era solicitado aos participantes que citassem nominalmente o local que frequentavam como forma de sociabilidade e lazer e a frequência com que faziam isso. A média de ida a esses locais, variava entre uma semana e um mês, de acordo com a centralidade analisada; no caso da primeira (Lapa – Praça Tiradentes) a frequência dos usuários era em torno de 15 a 30 dias, sendo comum, pelo menos uma sexta-feira ou sábado do mês ou a cada dois meses a ida aos eventos, já na segunda centralidade (Praça Mauá – Gamboa/Saúde e Santo Cristo) a frequência era semanal, com os interlocutores indo todos as sextas-feiras ou sábados do mês, e em alguns casos, nos dois dias do final de semana. O Quadro 2 indica os espaços citados

Quadro 2: espaços de sociabilidade gay na área central

CENTRALIDADE 1 (LAPA- PRAÇA TIRADENTES)	CENTRALIDADE 2 (PRAÇA MAUÁ/GAMBOA/SAÚDE/SANTO CRISTO)
Agyto Rio	The Week
Street Lapa	Sacadura 154
Portal Club Rio	Galpão Gamboa
Arco Íris da Lapa	NAU/ HUB
UP House Night Club	Quadra Fala, meu louro
Teatro Odisséia	Armazém Utopia

Elaborado pelo autor

ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE GAY - RIO DE JANEIRO (2010-2020)



Listado os espaços e suas respectivas centralidades, o foco da análise girará em torno das práticas socioespaciais realizados nesses espaços, e de como, elas se segmentam a partir de marcadores sociais da diferença. Importante ressaltar, que a enumeração desses indicadores foi utilizada como técnica metodológica para facilitar o entendimento do leitor, porém, esses marcadores atuam de maneira complementar e interdependente.

- **Classe social/Acessibilidade**

A análise das classes sociais não pode ser feita de maneira isolada, mas sim, levando em consideração sua totalidade e suas relações de complementaridade e mutualidade. A depender do contexto e da Escola de pensamento sociológica, as classes sociais são vistas ora como fundantes para a realidade social, ora como sinônimo de estratificação social. Segundo Stavenhagen (1997) a literatura latino-americana concede preferência a uma discussão de classe social como elemento de estratificação social.

Marx foi o autor que mais discutiu classe social, porém, sua obra é alvo de críticas e reavaliações constantes em razão de sua incompletude, o último tomo de O Capital não foi

concluído em razão de sua morte. Para Marx, o conceito de classe social se constitui a partir de três aspectos:

“o filosófico, o econômico e o histórico, ou seja, uma abordagem estrutural-funcional e dinâmica. Essa abordagem implica em uma série de questões:

- a) Os estratos constituem camadas estáticas e descritivas. Já as classes sociais constituem estruturas analíticas fazendo parte da estrutura social com quem mantem relações específicas;
- b) A classe social é uma categoria histórica, isto é, as classes sociais estão ligadas ao desenvolvimento da história e a evolução da sociedade;
- c) As classes sociais não existem de maneira isolada, mas como parte de um sistema de classes, distinguindo as classes através de relações específicas.” (TINEU, 2017)

Em linhas gerais, a classe social seria uma categoria analítica e identitária marcada por uma relação dialética onde se oporiam a classe dos dominantes (proprietários dos meios de produção) e dos dominados (proletariado ou classe trabalhadora). Essa distinção histórica construída e remodelada ao longo da evolução da sociedade e das relações sociais culminaria numa permanente luta de classes.

Porém, outras áreas do conhecimento ao longo do tempo adaptaram a leitura de classe social colocando a renda e capacidade de consumo como elementos definidores do pertencimento a uma determinada classe (NERI, 2009). A economia, sobretudo, foi responsável por corroborar a noção de classe a ideia de consumo e a instituir outras estratificações, além, das já consagradas na literatura marxista. A classe média, por exemplo, se torna um elemento novo adicionado a essa estratificação social.

No Brasil, nas últimas décadas a classe média obteve um considerável crescimento em razão de políticas de incentivo ao crédito e a ampliação do consumo de massa (NERI, 2009). A dita “ascensão social” marcou uma transição da camada de renda conhecida como “E” para as camadas de renda classificadas como “D” e “C”. Essa classificação leva em consideração o aumento da capacidade de consumo e a ampliação da renda em uma unidade familiar. Portanto, a tão propalada classe média é resultante não de uma mudança estrutural, histórica ou relacional, mas sim por um rápido e instável aumento do poder de compra.

A criação dos espaços aqui analisados está intrinsecamente ligada a consolidação dessa classe média nas últimas décadas. O setor econômico que mais sofreu expansão resultante do alargamento da classe média foi o de lazer e sociabilidade noturnas. O acesso a restaurantes, bares, boates, cinemas e teatros passaram a se tornar símbolos do capital cultural (BOURDIER,

1983). Aliás, vale destacar, que a existência da classe média está diretamente ligada a constante necessidade de se diferenciar, via consumo ou estilo, das classes sociais de baixo poder aquisitivo. O capital simbólico (BOURDIER, 1983) nesse sentido, é fundamental para garantir a essa parcela uma identificação coletiva e uma visão de superioridade do restante da população.

Um fato comum a todos os espaços de sociabilidade anteriormente citados é a frequência do público de classe média. Por se constituírem enquanto espaços mediados pelo e através do consumo um determinado nível de renda é condição obrigatória para a (co)presença desses sujeitos. Isso nos leva a considerar, que esses locais não representam a realidade da sociabilidade LGBTIA+, sobretudo aquela relativa ao lumpemproletariado ou de identidades e orientações vistas como marginais no interior da próprio grupo, caso das travestis e pessoas transexuais. Isso leva a subdividir a classe média em questão, na presente pesquisa, em dois substratos: classe média alta e classe média baixa.

Para se aferir a condição de classe dos entrevistados optou-se por não fazer perguntas diretas a respeito da renda familiar, pois, poderia suscitar constrangimentos e/ou negativas. Diante disso perguntas indiretas sobre a capacidade de consumo e a posse de certos bens foram utilizadas como forma de se chegar a uma classificação. Entre os que pertenciam a classe média baixa, grande parte fazia uso de transporte público e tinha sua circulação pela cidade relacionada a (in)disponibilidade de transporte. A grande maioria buscava o Centro da Cidade como forma de lazer por ser esse ponto da cidade que possui alcance espacial máximo ao concentrar modais interligados de diferentes meios de transporte, como o rodoviário, metroviário e ferroviário. Porém, quando analisado de maneira específica percebia-se que esse grupo tinha na Centralidade 1 (Lapa – Praça Tiradentes) seu destino preferencial. A fala de um interlocutor é ilustrativa disso:

“eu sempre vou a Street porque é mais próximo do metrô. Ai eu só pego uma condução e fica mais barato (sic)” (entrevistado 26 anos, morador de Realengo)

As boates listadas na centralidade 1: *Street Lapa*, *Agyto Rio* e *Portal Club* formam um eixo econômico que compreende o Aqueduto dos Arcos da Lapa e as Ruas Mem de Sá e do Lavradio. Próximo a essa centralidade está localizado a estação de metrô Cinelândia e pontos de ônibus com linhas que chegam de municípios como Niterói, São Gonçalo e Duque de Caxias, além de bairros da zona norte e oeste da cidade. A concentração de modais viários que conectam

a periferia social e espacial da cidade a esse ponto seria ilustrativo do porquê perfis de classe e renda de médio e baixo poder aquisitivo ali se aglomerarem.

Na outra ponta, na centralidade 2 (Praça Mauá, Gamboa, Santo Cristo e Saúde) percebemos que grande parte dos frequentadores pertencem ao perfil aqui intitulado: classe média alta. A razão para essa atribuição é que a maioria fazia uso de transporte particular (automóvel ou carros por aplicativo) e tinha um perfil de consumo de elevado padrão:

“eu não ando de ônibus. Todos os meus deslocamentos são de Uber. Prefiro ter conforto e segurança a me arriscar. Nem metrô eu utilizo.”
(entrevistado, 30 anos, morador de Botafogo)

Embora, a centralidade 2 nos últimos anos tenha sido cada vez mais integrada, em termos de acessibilidade em relação ao restante do tecido urbano, ainda é nítido o quanto o deslocamento até essa parcela do Centro é menor e mais restrito quando comparado com a centralidade 1. A construção do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) permitiu uma maior conectividade dos moradores dos bairros Gamboa, Saúde e Santo Cristo em relação as demais áreas do Centro, porém, a presença desse modal não resultou no aumento do alcance espacial máximo para essa área. A maioria dos entrevistados, por exemplo, disse não o utilizar para se deslocar até esses bairros fazendo uso preferencial de automóveis ou aplicativos como o *Uber* e *Cabify*. As linhas de ônibus que circulam pela Praça Mauá e acessam trechos de bairros como Gamboa e Santo Cristo partem de bairros da zona sul (Urca, Botafogo e Ipanema), zona oeste (Recreio e São Conrado) e do próprio Centro (Praça Tiradentes). Foram identificados apenas uma linha de ônibus que partia da zona norte para a centralidade mencionada: a linha 265 que faz o trajeto Marechal Hermes – Gamboa. Uma acessibilidade restrita a bairros próximos de alta renda e a um deslocamento no próprio centro inculcam entre os entrevistados a ideia de que a centralidade 2 é de “difícil acesso”, “restrita” e, portanto, “diferenciada”:

“acho que por ser difícil chegar lá, só de Uber ou carro mesmo, você vê (sic) uma galera mais alternativa, mais zona sul e tals” (entrevistado, 30 anos, morador de Botafogo).

Os exemplos acima ilustram que a segmentação de classe social (média baixa e alta) está ligada a acessibilidade e como ela se processa, tanto a nível individual, quanto a nível da organização interna da cidade. Outro fator relevante para essa estratificação social em ambas as centralidades é a capacidade de consumo.

Na centralidade 1, boates como *Agyto Rio* e *Street Lapa*, promovem festas do tipo *open bar*. Esses eventos funcionam a partir da seguinte lógica: um valor fixo é pago na entrada do evento (algo em torno de 40 a 70 reais) permitindo consumação liberada de bebidas alcóolicas. Outro recurso amplamente utilizado é a chamada “*lista amiga*” que consiste em uma lista de convidados gerada através das redes sociais onde um número limitado de pessoas ganha o direito de acessar gratuitamente o local. Esses recursos são vistos por alguns interlocutores como decisivos para a escolha desses espaços, como dito por um entrevistado:

“Tipo, no momento não to trabalhando né? Então, dependo dos meus pais. Então quando rola uma blackout (festa que ocorre na Agyto Rio regularmente) eu peço a eles 50 reais sei lá e só gasto isso. Porque é open bar e entrada junto” (entrevistado, 25 anos, morador da Vila da Penha)

Figura 6: open bar como estratégia



Acesso em: <https://streetlapa.com.br/>

Em relação aos espaços localizados na centralidade 2, em especial a boate *The Week Rio* e o *Espaço Sacadura* as duas modalidades anteriormente mencionadas não são utilizadas. Aliás, ambos os locais são conhecidos pelo alto valor de seus ingressos. O caso da *The Week*, é digno de nota: a filial da boate paulistana no Rio de Janeiro é conhecida por realizar festas cujo valor do ingresso varia entre R\$ 120,00 e 240,00 reais. Além disso, a boate possui um cartão fidelidade, similar a de clubes e associações desportivas, destinados a frequentadores assíduos da casa. Esse recurso garante alguns privilégios, tais como: não ficar em filas na porta da boate, ter acesso exclusivo a camarotes e não pagar pela consumação em eventos com grande público.

A presença desses recursos torna a boate *The Week* restrita a um público majoritariamente de classe média alta e alta renda, como registrado na fala de um entrevistado:

“A *The Week* não é pra quem quer, é pra quem pode. É caro pra chegar, caro pra pagar, mas a experiência é incrível. A vibração, as pessoas, é outro nível sabe? Só vivendo mesmo” (entrevistado, 28 anos, morador da Tijuca, grifo meu).

Caso similar, é do *Espaço Sacadura 154*, localizado a poucos metros da *The Week* na rua de mesmo nome. Embora, inicialmente, o antigo galpão refuncionalizado fosse utilizado para a realização de cerimônias de formatura, encontros empresariais e festas de debutante, desde 2020 vem sendo alugado para a realização de festas com temática LGBTIA+. As festas, geralmente não possuem uma data fixa e nem tema definidos, porém, seguem o mesmo padrão da boate vizinha.

Em uma visita de campo realizado a esse espaço era nítido que o público frequentador era similar ao da *The Week*. Chama a atenção que todos chegavam ao evento em automóveis particulares ou através de aplicativos de transportes, como o *Cabify*. O ingresso custava cerca de 80 reais, e ao contrário, das boates e bares da centralidade 1 não proporcionava consumação gratuita de bebida. Um casal, assíduo frequentador do local, deu a seguinte resposta quando questionado sobre o porquê de sua escolha:

“gosto daqui porque tem a galera que a gente curte. A mesma vibe, o mesmo estilo, o **mesmo nível**. Galera que se cuida, curte eletrônica, que não fica dando show ou fazendo carão na pista de dança. Todo mundo na vibe da música, da dança.” (entrevistado na fila da *Sacadura 154*, 29 anos, morador do Leme, grifo meu).

As falas dos entrevistados e as visitas a campo permitem atestar que do ponto de vista da classe social é nítida uma segmentação entre essas duas centralidades. Por mais que não exista barreiras ou impeditivos físicos que impeçam o livre trânsito entre os grupos analisados, subjetivamente, existe uma fronteira que impede as classes sociais dispares de coexistirem no mesmo espaço. A acessibilidade e a capacidade de consumo vêm se somar a essa característica e tornam muito parcial e fragmentado a sociabilidade nessas duas centralidades.

Ainda sobre a acessibilidade e nível de consumo é importante destacar como ela afeta diretamente a interação social desses sujeitos. Na primeira centralidade, existe uma frequência espaçada entre os frequentadores (quinzenal e/ou mensal) por diversas razões: preços do ingresso, distância ou até mesmo impossibilidade financeira. Isso faz com que ocorra uma alta rotatividade entre os usuários nos finais de semana de festa impedindo a criação de laços fora desse espaço, ou até mesmo, no interior desses espaços. O que destoa da centralidade 2, onde a frequência desses usuários por ser contínua permite a criação de grupos reconhecidos para além daqueles espaços. Um interlocutor revelou que existem grupos em redes sociais dos frequentadores da The Week onde trocam informações sobre os próximos eventos, interagem e por vezes flertam:

“Como tem gente que vem todos os finais de semana tem uns rostos que são conhecidos, uma galera famosinha. Daí meio que a gente já se reconhece e todo mundo já se pegou alguma vez também (o entrevistado dá uma risada). E aí tem grupo no Telegram, Whatsapp pra saber dos eventos, conhecer outros.” (entrevistado 28 anos, morador da Tijuca).

Ainda sobre a acessibilidade, vale destacar que ao contrário da centralidade 1, a centralidade 2 está fadada a um constante processo de descentralização e recentralização de suas atividades. O fato dos usuários da centralidade 2 obterem maior fluidez espacial em razão do uso de automóveis e maior poder aquisitivo permite que busquem novos espaços quando esses são considerados “saturados” (nas palavras de um entrevistado). Isso faz com que essa centralidade esteja em constante processo de implosão e reorganização no tecido urbano:

“quando aquele lugar “satura” sempre vou para outro [...] Saturar é aquilo né: as vezes o mesmo dj sempre, as mesmas músicas, a mesma pessoa que você já pegou, não inova no setlist. Vai cansando né... E gay tem isso: querer sempre coisa nova. Aí as vezes vou para boates na Barra ou Botafogo” (entrevisto, 27 anos, morador de Botafogo)

A capacidade de escolha está diretamente ligada a fluidez espacial que por sua vez reestrutura e reorganiza essas centralidades. O entrevistado acima relata um processo espacial que está se desenhando: a constituição de uma centralidade do lazer gay renovada em Botafogo, sobretudo na área denominada Baixo Botafogo e na Barra da Tijuca, na Avenida Olegário Maciel. A fluidez, capacidade de escolha e dinamismo dos usuários não é verificada na centralidade 1: por dependerem exclusivamente do transporte público e ter a renda comprometida, os usuários além de terem uma frequência intercalada nesses espaços o escolhem sempre como destino preferencial:

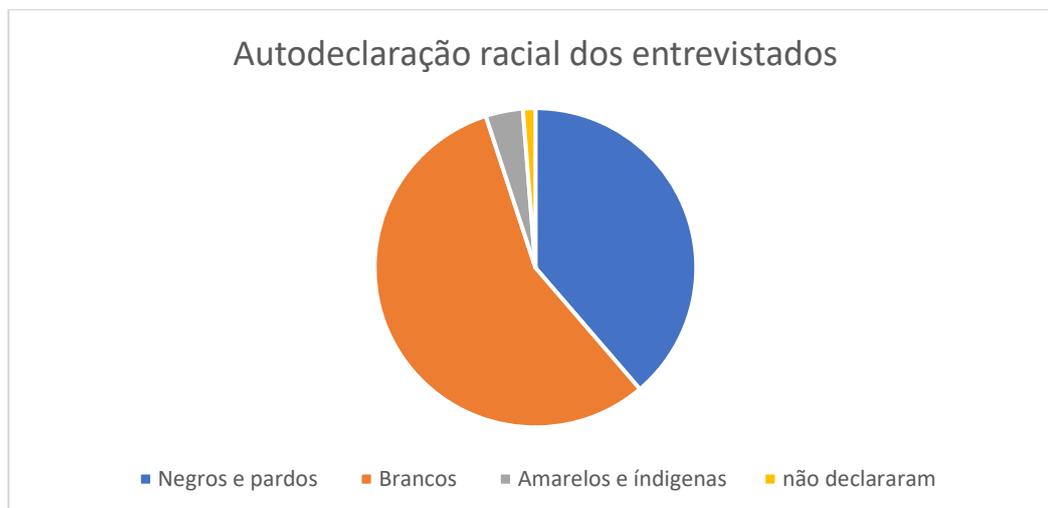
“não costumo ir a outros lugares não (em referência a Street Lapa). Lá tem open bar, a música é boa e meus amigos sempre escolhem lá. Então é certo para não dar erro” (entrevistado, 24 anos, morador de Rio das Pedras).

Desse modo, a acessibilidade e o nível de renda são fatores estruturantes de como essas centralidades se constituem e como são remodeladas, e por fim, como esses dois indicadores se complementam.

- **Filiação étnico-racial**

A filiação étnico-racial é um importante marcador social da diferença para se compreender como essas centralidades se constituem. Durante as entrevistas era solicitado que os participantes se autodeclarassem racialmente segundo a tipologia estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em brancos, negros, pardos, amarelos e indígenas. O gráfico 4 ilustra a autodeclaração do universo amostral dos entrevistados:

Gráfico 4



Elaborado pelo autor

Entre os que se autodeclaravam negros, a afirmação da negritude como forma de luta política e o racismo presente nesses espaços eram questões comuns. A estética negra exaltada em roupas, cortes de cabelo e expressões corporais era uma forma de demarcar e reforçar a identidade positiva da negritude num espaço ainda predominantemente branco. A afirmação racial era uma resposta a casos de racismo e discriminação racial presente nesses espaços, sobretudo em interações que envolviam a pegação. O relato de um entrevistado ilustra esse fato:

“Tipo, você vê que a galera prefere os caras brancos, sabe? Teve uma vez que fui a uma festa no “Fala, meu louro” e só tinha branco padrão. Quando cheguei lá eles ficaram encarando, cochichando... Na pista de dança ninguém queria ficar comigo, mas quando ia no banheiro, eles iam atrás e queriam passar a mão, fazer oral. Tipo: **eu só servia pra transar e não pra beijar ou passar a noite**” (entrevistado, 27 anos, morador de Campinho)

Um relato comum a grande maioria dos entrevistados que se autodeclaravam negros era a fetichização e erotização de seus corpos. A fetichização do corpo negro é uma das formas de atuação do racismo estrutural que atinge tanto a homens quanto mulheres (ALMEIDA, 2019). O corpo negro é visto como mero reprodutor, lascivo e objeto de prazer sexual, no caso do homem negro isso vem acompanhado de imagens que o associam a brutalidade, desejo sexual exagerado e o pênis avantajado. Nesses espaços, a reprodução desse discurso se manifesta especialmente: para os entrevistados a pista de dança, local central onde se olha e é olhado e cuja possibilidade de flerte e interação é maior se torna uma área hostil para eles, a medida, que muitos não são alvos de interações afetivas e relacionais. Porém, em espaços marginais, como banheiros ou portas de boate eles são alvo de investidas sexuais e amorosas.

Outro ponto a ser levantando é uma aparente segmentação étnico-racial entre as duas centralidades aqui analisadas. Embora, não se possa dizer que existe uma barreira que limite e/ou impeça a presença de homens gays negros nessas duas centralidades, é perceptível nas falas e nos próprios locais uma maior diversidade étnico-racial na centralidade 1 em comparação com a centralidade 2. Isso é ressaltado por um interlocutor frequentador da Street Lapa:

“Cara, a Street é muito diversa né? Tem três pistas de dança tocando funk, pop e eletrônica. Então é gente de todas as tribos lá. Tu vê desde a *bombada* até a *poc*, sabe? Gosto disso nela: é muita gente diferente.” (entrevistado, 29 anos, morador de Irajá)

A presença de homens gays negros jovens e das travestis em boates como *Street Lapa*, *Agyto Rio* e *Teatro Odisséia* atestam essa diversidade aludida pelo interlocutor. Inclusive, eventualmente festas com a temática da negritude, além de rodas de samba são realizadas como forma de realçar a identidade negra nesses locais.

Figura 7: festa na Street Lapa



Acesso em: <https://streetlapa.com.br>

A aparente diversidade, segundo interlocutores, não é visível na centralidade 2. Em espaços como The Week, Sacadura 154 e eventos esporádicos realizados nos espaços *Hub* e *Nau* a presença de homens gays brancos é notória. O que estaria diretamente associado a questão de renda e classe quando se leva em consideração que a desigualdade socioespacial no Brasil está diretamente relacionada a esses indicadores.

Inclusive, entre a própria população gay a imagem dessas boates localizadas na centralidade 2 está diretamente associada a homens gays brancos. Junto a isso, o consumo de

drogas injetáveis e um corpo malhado e depilado funcionam como requisitos para se tenha possibilidades nesses locais. A fala de um interlocutor frequentador da centralidade 1 é demonstrativa de como está inculcado no imaginário dos frequentadores de ambas as centralidades um “muro invisível” com normativas, comportamentos e atitudes que demarcam e delimitam a (não)presença desses sujeitos:

“tem muita gay branca na TW (The Week, né). Eu sou negro e gordinho é claro que não vou até lá. Fui uma vez e me senti mal: toda hora era olhado e na pista de dança a galera meio que se afastava. Aquilo ali é boate pra gay branca e rica, embora seja lindo o lugar e tenha djs maravilhosos. Mas ainda prefiro minha Street ou a Papa G” (entrevistado, 30 anos, morador de Rio das Pedras).

O termo “gay branca” era corrente entre os interlocutores, de forma pejorativa, associando essa parcela da população gay a estereótipos que reproduzem discursos elitistas, racistas e até homofóbicos. As boates localizados na centralidade 2 seriam o lócus dessa tipo de figura e, portanto, hostis a presença de outros sujeitos e identidades não correspondentes.

Figura 8: a branquitude na The Week



Acesso em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br>

Embora, a segmentação racial seja a regra, eventualmente a presença de sujeitos alhures a esses espaços era registrada. No caso da centralidade 2, homens gays negros vistos como “padrão” eram comuns nas festas realizadas em boates como The Week e Sacadura 154.

Porém, a esmagadora maioria ainda era de trabalhadores da boate, seja na condição de atrações (*gogoboy*s e *barman*) ou trabalhadores de serviços gerais. Em relação a centralidade 1, homens gays brancos vistos “padrão” eram comuns, seja na condição de usuários ou trabalhadores. Isso, demonstra que por mais que haja uma fragmentação e espacialização racial nítida entre as duas áreas analisadas a coexistência das diferenças raciais ainda se faz presente seja em relações horizontais (envolvendo interesses amorosos e sexuais) ou verticais (envolvendo prestação de serviço e relações de trabalho)

- **Tribos gays**

Outro indicador social da diferença que permite analisar essas duas centralidades são as chamadas “*tribos gays*”. As tribos gays são resultados de mudanças socioculturais ocorridas no interior do movimento LGBTIA+ a partir da década de 1980 nos Estados Unidos:

“de um estereótipo construído por uma estética feminilizada e frágil, os homossexuais em geral, a partir da década de 1980, pulverizaram-se em uma série de ramificações e grupos de convivência que aqui pode ser conceituada como uma tribo [...] a preocupação com a conformidade é uma consequência da massificação, e é dentro destas, que se operam, inicialmente, de maneira aleatória, os reagrupamentos” (MAFESSOLI, 1998, p.31)

A *gay culture* surgida na década de 1960 sofrerá um revés com a naturalização do discurso hedonista e multifacetado do neoliberalismo a partir da década de 1980. Se antes, uma identidade única e facilmente identificável da “comunidade gay” associava o ser gay a um pastiche dos traços e modo de ser feminino, agora, cada homem gay em sua individualidade buscaria se expressar da forma mais conveniente, além de buscar, grupos sociais com afinidades, desejos e vontades em comum. Sai de cena a figura do gay excessivamente feminino, afetado e orgulhoso da negação de sua masculinidade viril e entra em ação a *barbie*, o urso, o daddy, o twinkie, as afeminadas, *leathers* e os discretos.

Essas tribos possuem particularidades que promovem uma fragmentação, eclipsando toda e qualquer possibilidade da população LGBTIA+ se constituir enquanto um grupo unificado. Mais do que uma mera classificação intragrupo essas tipologias sujeitam os indivíduos a interdições, discriminações e vivências estereotipadas que se manifestam nas centralidades aqui analisadas.

A *barbie* seria caracterizada pelo homem gay musculoso, que se dedica a horas na academia e que performa uma masculinidade viril próxima do ideal de heterossexualidade normativa. A alusão a famosa boneca infantil decorre do fato de performarem um padrão de

beleza almejado por todos. Se popularizam na década de 1990 em razão do crescimento das boates de música eletrônica nos Estados Unidos. Os *daddies* são homens gays mais velhos que têm uma aparência ligada aos cabelos grisalhos e um porte físico atlético.

O urso é uma categoria surgida na década de 1980 nos Estados Unidos como um subgrupo da categoria leather (couro, em inglês). Sua classificação, assim como as barbies, está ligado a aparência: o corpo forte, com barbas e pelos em excesso, estando por vezes acima do peso. O *leather* surge na década de 1940 e reúne praticantes de *BDSM* (Bondage, Disciplina e Sadomasoquismo) se destacam pelo uso de roupas de couro na cor preta e pela predileção ao uso de motocicletas. Os *twinkies* são caracterizados pela imagem de homens adultos com a aparência de jovens e/ou adolescentes, geralmente sem pelos e com perfil atlético. Já os afeminados e os discretos são dois polos antagônicos nessa tipologia: os primeiros, reforçam sua orientação sexual ao fazer uso do exagero, do pastiche e da exaltação a feminilidade com uso de roupas e linguagem feminina, já os segundos, em sua maioria são reconhecidos pela ocultação de sua sexualidade e pela discrição quanto aos seus modos e imagem.

Aqui no Brasil, além dessas subcategorias se destaca o chamado “cafuçu” reconhecido como o homem gay negro, em sua maioria jovem, morador de áreas periféricas e homonormativo. Nas palavras de um interlocutor o cafuçu poderia ser entendido como:

“Geralmente é mulato (sic)/preto, muito másculo e viril, e de classes baixas. Pode até ser feio de rosto, mas sempre sarado e gostoso. **Típico homem que a comunidade gay usa pra sexo e não pra namoro**” (entrevistado, 30 anos morador de Irajá)

A noção de homonormatividade (DUGAN, 2002) é fundamental para se entender essas classificações entre a população gay. Esse conceito é visto como uma “nova heterossexualidade” e um elemento de reconfiguração das políticas sexuais:

“uma política que não contesta os pressupostos heteronormativos dominantes, mas os sustenta e apoia enquanto promete a possibilidade de um eleitorado gay desmobilizado e privatizado, um cultura gay despolitizada, ancorada em consumo e domesticidade” (DUGAN, 2002, p.179)

A homonormatividade seria a adesão por parte da população gay masculina do ideal de heteronormatividade compulsória o que acaba por estabelecer um paradoxo: a mesma heteronormatividade compulsória reproduzida por alguns sujeitos LGBTs é a razão de sua perseguição e apagamento social. Dugan (2002) salienta que a incorporação desse ideal está ligado a mudanças na imagem do movimento LGBTIA+ no norte global no final do século XX e uma introjeção da necessidade de validação social por parte desse grupo, que na ânsia, da busca

pela cidadania e pelo ideal de inclusão na sociedade heteronormativa acaba por reproduzir seus signos e representações. Essa mudança de paradigma está diretamente ligada as mudanças sofridas pelo capitalismo na sua fase pós fordista

“A promoção ideológica da privatização, dos direitos e liberdades individuais e de um comportamento padrão torna o ímpeto revolucionário e anti normativo da cultura gay enquadrado no dogma neoliberal.” (DUGAN, 2002, p.45)

A nível relacional, a homonormatividade funciona como um fator de exclusão para membros que não se enquadram no ideal almejado por ela. Isso fica nítido nos espaços aqui analisados; na centralidade 2 a presença de *barbies* é majoritária, sendo inclusive, explorado pelas próprias boates em seu material de propaganda.

Figura 9: o corpo como símbolo



Acesso em: <https://restaurantguru.com.br/The-Week-Rio-de-Janeiro>

Essa incompatibilidade relacional na centralidade 2 entre membros que não performam a categoria *barbie* é explicitado na fala de um interlocutor:

“Na The Week tem muita *barbie* bombada né? Tipo, elas (sic) se fecham entre elas. Só se pegam entre si, só saem entre si. E quando chega alguém que não é igual a elas (sic) elas olham de cara feia, debocham, você se sente mal. Por isso que quase nunca vou a The Week.” (entrevistado, morador de Vila da Penha, 26 anos)

A ideia de um grupo fechado refratário ao contato com outsiders também é destacada por membros da tribo *barbie* como destacado abaixo:

“pode parecer meio arrogante o que eu vou falar (o entrevistado rir) mas eu malho pra caramba, gasto grana com suplemento, me cuido então eu não vou ficar com qualquer um sabe? Tipo, não é preconceito não mas sei lá eu me valorizo então eu busco pessoas iguais a mim. Não curto afeminados e gordos, por exemplo”.
(entrevistado 30 anos, morador de Copacabana)

O fato de se enxergarem enquanto um grupo coeso e diferente permite as *barbies* territorializarem as boates analisadas na centralidade 2. A busca por iguais explica o porquê de ocuparem os eventos localizados na Praça Mauá, Gamboa e Santo Cristo criando uma centralidade própria dessa tribo. Somado a isso, os espaços localizados nessas centralidades possuem signos, valores e gostos que atraem a tribo *barbie*. Grande parte dos eventos realizados na The Week, na Sacadura 154 e na NAU e HUB são festas de música eletrônica ou festivais *raves*, gêneros musicais preferidos desse grupo. A combinação de coesão grupal e símbolos partilhados por essa tribo explica o porquê das *barbies* se concentrarem preferencialmente na centralidade 2.

Quando olhamos a tribo dos afeminados e cafuçu a presença maior se concentra na centralidade 1, em especial na Agyto Rio e na *Street* Lapa. Em uma tarde/noite de evento na qual realizei trabalho de campo registrei na fila que se formava antes do início da festa a presença massiva de homens negros, gordos e jovens. Quando conversava informalmente com eles e questionava sobre como eles enxergavam o público frequentador era unânime o uso do termo “diversidade”. Porém, alguns deixavam claro sua preferência sexual por uma tribo específica, como no caso desse entrevistado:

“aqui tem gente de todos os tipos, mas eu gosto mais de cafuçu. Fico louco com eles sem camisa e aquele jeito deles” (entrevistado, 24 anos morador de Bonsucesso)

Mais de uma vez os entrevistados relataram uma sensação de liberdade e não discriminação nos espaços concentrados na centralidade 1. A própria estrutura desses locais era propensa a diversidade de corpos e pessoas alcançando diferentes tribos, como é relatado a seguir:

“na Street você tem pessoas diferentes e ambientes diferentes. É uma separação quase entre as gays que preferem pop, pagode e sertanejo. Ai tu vai na pista pop tem as afeminadas dando close lá, dançando em grupo. Ai tu vai no pagode e sertanejo tem muito cafuçu e discreto. É muito doido como vai gente de todo tipo” (entrevistado 29 anos, morador de Irajá)

Ao contrário da centralidade 2, a heterogeneidade de tribos marca a centralidade 1, embora cada entrevistado mantenha suas predileções sexuais e comportamentais observa-se uma convivência cordial entre os frequentadores sem muitas interdições e/ou conflitos. Interessante perceber que embora não haja nenhuma restrição clara sobre a presença de diferentes tribos, tanto as *barbies* da centralidade 2, quanto os cafuçus, afeminados e discretos encontrados na centralidade 1 partilham da ideia de que essas centralidades são espaços mutuamente interditos e por isso devem ser evitados, corroborando com a ideia de fragmentação. A ideia de não aceitação do corpo, de recusa a sociabilidade ou investidas sexuais e de literalmente, um grupo a parte, específico com códigos únicos e restritos torna a convivência de diferentes tribos entre essas centralidades difícil.

“eu me sinto à vontade para ser eu mesmo na Street coisa que não sinto na FAU. Lá eu bato cabelo, subo no palco, uso meu *cropped*, fico louca (sic). Sou eu mesmo lá sem julgamento ou olhares” (entrevistado, 29 anos, morador de Madureira).

Interessante destacar que sobre os ursos e *leathers* a presença deles nessas centralidades era marginal. A explicação para essa baixa participação nesses espaços de sociabilidade está ligada a existência de espaços próprios para a interação desses grupos (BRAZ, 2009). A tribo leather se destaca pela presença de clubes masculinos de sexo explícito onde a temática couro se faz presente; além de serem festas com número reduzido de participantes, o acesso a elas é exclusivo dos praticantes de *BDSM* tornando-o uma centralidade específica desse tipo de público. No caso dos ursos, nos últimos anos a realização de festas com a temática *shub bear* vem ganhando espaços em cidades como Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (BRAZ, 2009) ao contrário das festas *leather* esse locais permitem a presença de “adoradores” da estética ursalina, o que inclui jovens e *daddies*. Portanto, a segmentação em termos de tribo é muito ampla e se traduz na configuração de diferentes centralidades minando uma sociabilidade geral e diversa da população LGBTIA+.

- **Faixa etária**

Outro elemento de análise interseccional importante para compreender a segmentação entre essas centralidades é a faixa etária. O presente trabalho selecionou como objeto de análise homens gays jovens, na faixa etária compreendida entre 20 e 30 anos de idade. A escolha dessa faixa etária justifica-se pelo fato de grande parte dessas festas e/ou eventos possuírem como público-alvo homens gays nessa faixa temporal. É perceptível na publicidade desses locais o apelo a população mais jovem: uso de imagens de artistas relevantes entre a população gay jovem, culto ao corpo esteticamente jovem e viril, utilização de gírias e frases de efeito partilhados por esse segmento. O gráfico 5 ilustra a idade média dos entrevistados:

Gráfico 5



Elaborado pelo autor

Porém, a escolha desse grupo focal não invalida ou inviabiliza a existência de espaços de sociabilidade voltados para homens gays na faixa etária de 40 – 60 anos na cidade. São inúmeros os bares e/ou boates localizados em bairros como Copacabana, Botafogo e Centro que possuem eventos especificamente voltados para esse grupo. Outro fato a ser mencionado, é que a presença majoritária de homens jovens nos espaços aqui estudados não anula a presença

de homens gays mais velhos, aliás, nas boates da centralidade 2 a maioria significativa dos frequentadores tinham entre 35 e 45 anos.

No caso dos homens gays nessa faixa etária o amadurecimento proporcionado pela idade simbolizava independência financeira e familiar. A sua maior capacidade de consumo permitia uma maior fluidez e diversificação na escolha dos locais de encontro e sociabilidade, não se restringindo as centralidades citadas e nem a forma de sociabilidade estudada. Alguns interlocutores na faixa etária acima mencionadas frequentavam os espaços aqui analisados, porém teciam críticas, ora ao caráter das festas e ao natural cansaço que desenvolveram desse tipo de prática de encontro.

A presença desse homens gays mais velhos despertavam reações e negativas por parte dos demais frequentadores. O etarismo (GOLDENBERG, 1993) é entendido como a discriminação e/ou preconceito resultando em violência verbal, física e psicológica relativa a idade de uma pessoa. O ato tem como consequência limitar e/ou segregar pessoas de idade mais avançada de certas atividades e comportamentos. Essa prática discriminatória é resultado do culto a juventude e ao hedonismo presente na sociedade neoliberal: o vigor físico e mental, o culto ao corpo e a produtividade são elementos exaltados em uma sociedade que tenta retardar o avanço do tempo com técnicas corretivas que prometem rejuvenescimento.

O etarismo nas centralidades aqui mencionadas é nítido: ofensas verbais (o uso do termo pejorativo “*bicha cacura*” para se referir a homens gays mais velhos) e rejeição manifesta no olhar e comportamento são as formas mais comuns de intimidação sofridas por frequentadores dessa faixa etária nesses espaços. Porém, alguns alcançam um relativo sucesso nesses locais graças a sua condição financeira e social. Um interlocutor disse que ficaria com “*cacuras*” desde que elas tivessem “*aque*” (dinheiro) para gastar na noite:

“se a cacura (risos) tiver grana pra gastar eu fico de casal a noite toda. Mas tem que ser bonitinha e ser tipo daddie, sabe?” (entrevistado, 21 anos, morador de Rio das Pedras).

Com isso, a (co) presença de homens gays mais velhos nessas centralidades é alvo de hostilidades e interdições que só são amenizadas de acordo com sua capacidade de consumo e perfil corporal. Esses espaços, em sua maioria, podem ser considerados hostis a grupos que não performam a jovialidade caracterizada pela população gay sendo mais um elemento segregador e fragmentador das identidades nesses locais.

- **Local de moradia**

Outro elemento que acarreta uma delimitação socioespacial a essas centralidades é o local de moradia de seus frequentadores. É comum em aplicativos de pegação e/ou namoro ou até mesmo nesses espaços de sociabilidade a interação entre duas pessoas começar pela seguinte pergunta: “Onde você mora?”. Mais do que o mero interesse em saber a localização daquela pessoa na cidade, a pergunta traz implícita uma espécie de status e importância social que deve ser conferida (ou não) ao interlocutor.

No caso das centralidades aqui mencionadas, não é diferente. Existe uma associação entre os frequentadores da centralidade 1 de que a centralidade 2 é “da zona sul” e entre os frequentadores da centralidade 2 que a sua correlata “é da zona norte e baixada”. Sendo o uso dos termos “zona sul”, “zona norte” e “baixada” não meros sítios geográficos mas símbolos e signos sociais que condicionam dicotomias tais como “pobreza” e “riqueza”, “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, “chique” e “cafona”. Chama atenção o caso de um entrevistado morador da favela Rio das Pedras, no bairro de Jacarepaguá, zona oeste da cidade. Durante o Carnaval, única época do ano onde temporariamente as distinções entre as centralidades são suspensas e se verifica um bom trânsito entre os sujeitos de ambas as centralidades, ao ser questionado sobre onde residia respondia de maneira categórica: Barra da Tijuca. O bairro de classe média e alta, conhecido como “a Miami Brasileira” é vizinho a favela onde mora. Quando indagado sobre o porquê da “omissão” de seu endereço afirmou:

“se eu chego na The Week ou no Sereias (bloco carnavalesco LGBTIA+ localizado na Praça Mauá) e falo pro cara que moro em Rio das Pedras, e ele mora em Ipanema, por exemplo, ele não vai querer ficar comigo né?” (entrevistado, 21 anos, morador da favela Rio das Pedras).

Morar em um bairro significa partilhar de uma classe e status social, uma simbologia própria que te posiciona a margem ou ao centro das relações socioespaciais. Quando se frequenta esses espaços tão simbolicamente estratificados, morar em determinado bairro pode ser um capital cultural e simbólico a ser negociado e explorado. Ao associar a centralidade 1 à zona norte e a centralidade 2 à zona sul fica evidenciado o preconceito de classe que nesse caso se manifesta espacialmente, como identificado na seguinte fala:

“Nas festas da Lapa, da Praça Tiradentes você vê (interlocutor para e avalia como utilizar os termos adequados) uma galera mais popular, sabe? Você sabe que não é um pessoal mais elitizado logo de cara.” (entrevistado, 30 anos, morador da Tijuca).

A mesma lógica da “cidade partida” (VENTURA, 1994) dicotomizada a partir de um túnel que segrega e divide uma cidade “subdesenvolvida” de uma “desenvolvida” é transposta para esses espaços de sociabilidade. A ideia de uma centralidade “zona sul” e de uma centralidade “zona norte” corrobora com a noção de fragmentação urbana discutida nesse trabalho.

5.4 - Tempos pandêmicos...

Antes de finalizar essa dissertação é fundamental discutir um elemento que foi desafiador para essa pesquisa: a pandemia de Covid-19. Como dito anteriormente, todo o curso de mestrado foi realizado nos dois anos de evolução e disseminação da doença pelo planeta. Além, de desenvolver problemas psicológicos, em razão da perda de familiares e amigos, eu mesmo fui acometido pela doença em janeiro de 2021 sofrendo de leves sequelas até o presente momento.

O mais difícil ao longo desse trajeto foi analisar a sociabilidade num contexto em que ela era expressamente proibida e se reconfigurava através do espaço virtual. Não possuía sentido analisar a festa, o lúdico e a ocupação de espaço quando este sofria a maior e mais impactante reestruturação já vista. No contexto do meu trabalho, os dois principais objetos de estudo sofreram mudanças abruptas: no caso do Centro do Rio a adoção do teletrabalho promoveu um esvaziamento do uso e ocupação dessa área, levando a Prefeitura a partir de 2021 a estabelecer um projeto urbanístico intitulado “*Reviver Centro*” com o objetivo de conceder novos usos para a área. A criação de lotes residenciais de médio e alto padrão, altamente especulados e visando um público consumidor de bairros da zona sul e zona sul expandida (Barra da Tijuca) apontam para uma reestruturação de partes da área central que aos poucos vai substituindo sua função de comando, gestão e recreação por interesses residenciais e especulativos de companhias privadas.

O caso dos espaços de sociabilidade é mais emblemático. O decreto nº 47.282 emitido pela Prefeitura do Rio de Janeiro no dia 21 de março de 2020 determinava o fechamento de bares, restaurantes, danceterias e salões de dança como medida de contenção a propagação do coronavírus. Os espaços aqui estudados foram fechados por cerca de 8 meses até um adendo a esse decreto ser publicado em maio de 2021 autorizando a abertura de bares e restaurantes até as 23:00 horas aos finais de semana, desde que, segue as recomendações orientadas pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Na impossibilidade de reabrirem como boates, espaços como *Agyto Rio*, *Street Lapa* e *Sacadura 154* adaptaram suas

estruturas para se tornarem bares ganhando com isso autorização para o funcionamento. Porém, a mudança descaracterizou completamente os usos e funções desses espaços impactando diretamente a análise.

Somado a isso, temos o fechamento de casas noturnas e bares nesse período por acúmulo de dívidas e falência decretada pelos seus gestores. Caso emblemático é o da The Week Rio, que diante de um processo de reestruturação orientado pelo seu gestor, André Almada, fechou em outubro de 2021 sua filial na cidade mantendo apenas a unidade de São Paulo. Diante disso, a escolha dos locais analisados passou por uma série de alterações até serem definidos os espaços acima mencionados.

A longo prazo, a longa quarentena imposta pela Covid-19 impactou a percepção dos usuários sobre esses espaços de sociabilidade. Para alguns, a impossibilidade de frequentarem esses espaços representava uma deficiência na construção de sua identidade, um apagamento de si enquanto sujeito LGBTIA+ e, por fim, a obrigação de vivenciar espaços hostis, como a casa dos pais sem ter a possibilidade de fuga nesses espaços de alívio. Para outros, instaurou-se um questionamento sobre o porquê de frequentar esses espaços e se após esse período seria viável o retorno já que sua noção de sociabilidade passa a ser realizada através do espaço virtual o que delineia uma mudança na estrutura desses espaços e na sua relevância como lócus de sociabilidade dessa população.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS (para não concluir...)

Ao fim desse trabalho, algumas considerações (não conclusivas) devem ser realizadas:

O presente trabalho buscou atualizar uma discussão nodal para a Geografia Urbana, as centralidades, a luz do subcampo de Gênero e Sexualidades. Tentando desconstruir a ideia de centralidades dominadas por dinâmicas financeiras, econômicas, produtivas e de circulação, demonstrou de maneira prática que as “centralidades divergentes” ou “centralidades não-dominantes” estão presentes em diferentes pontos da cidade, muitas das vezes a margem ou complementares, as centralidades dominantes. Desse modo, descobriu-se que centralidades ocultas presentes na Área Central reorganizam os fluxos, usos e ocupações dessa área de maneira efêmera e sazonal destoando da consolidada ideia de centralidade da gestão e influência econômica dessa região.

Outro destaque do presente trabalho é em relação as discussões sobre sociabilidade. Indo de encontro sobre as discussões que privilegiavam uma sociabilidade intraclassista, com códigos pré estabelecidos e papéis sociais rigidamente executados, a análise demonstrou que uma sociabilidade específica de um grupo pode ser diversa e multifacetada, mesmo ocorrendo no interior de uma mesma classe social. Além do mais, destacou-se que essa sociabilidade era mediada não apenas por gostos, símbolos e códigos partilhados por esse grupo, mas pela sua identidade e os elementos que a constituíam. Com isso, a pesquisa sinaliza a necessidade de se fazer uma análise intersseccional nas discussões geográficas, inclusive, entre temas e conceitos consagrados. Repensar o espaço e sua interface sociedade-natureza a partir do sujeito em sua essência é tarefa primordial para se ter uma Geografia, que de fato, se comprometa com uma análise profunda da dinâmica espacial.

Foi demonstrado também que a sociabilidade gay na Área Central do Rio de Janeiro manteve um padrão espacial desde seu surgimento, em meados do século XIX. Toda a sociabilidade, pública ou privada, desse tipo esteve restrita a Zona Periférica ao Centro (ZPC) o que pode ser indicativo de seu caráter marginalizado, segregado e apartado das relações urbanas ao longo dos séculos mesmo em meio a inúmeras mudanças de localização na cidade.

Por fim, essa pesquisa é um manifesto! Em tempos de retrocesso político e avanço da onda conservadora com a criminalização de corpos e práticas dissidentes é a partir da pesquisa, da prática pedagógica e da mobilização coletiva que venceremos essas barreiras e conquistaremos a cidadania plena. Assim, essa dissertação é um apelo a todos os geógraf@s: pensem, produzam e discutam pesquisas com a temática de Gênero e Sexualidades! Uma Geografia plural, aberta e verdadeiramente emancipadora se faz com a certeza de que juntos visibilizando nossa comunidade poderemos modificar o espaço que nos rodeia.

Prossigam!!!

7.0 -REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. IPP. 1988

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo. Editora Jandaíra, 2020.

BADIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Educação ambiental comunitária: uma pesquisa com técnica de pesquisa *snowball* (bola de neve). REMEA- Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Joinville, SC, v. 27, p. 47-58, 2012.

BECKER, Howard. Outsiders: estudos da sociologia do desvio. 1ª edição. Rio de Janeiro. Ed Zahar. 2008.

BELL, D.J. Political Geography and Sexual Politics. Elsevier, Londres, UK, v. 25, ed. 4, p. 445- 452, 1991.

BELL, David; VALENTINE, Gill. Mapping desire: Geographies Sexuality. Routledge, Londres, ed. 1º, p. 395, 1995

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos, um Hausmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Divisão de Editoração, 1992.

BINNIE, Jon; VALENTINE, Gill. Geographies of sexuality -a reiew progress. Progress in Human Geography, 1997, vol 23, nº 2, p. 175 -187

BOURDIEU, Pierre. Physcal Space, Social Space and Habitus. Postbooks , Oslo, p. 3-22, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Gosto de Classes e Estilos de Vida. In: Ortiz, Renato (org). Coleção Grandes Cientistas Sociai, n.39. Ática, São Paulo, 1983.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 10º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEUR, Pierre. A dominação masculina. 6º ed. Ed Bestbolso. Rio de Janeiro, 2018.

BROWN G, BROWNE K, ELMRISTR, et al. Sexualities in/of the Global South. Geography Compass 4(10): 1567–1579. 2010

BROWNE, Kath; BROWN, Gavin; NASH, Catherine J. Geography and sexuality: homonormativity and heteroactivism. Sage Journals , Canadá, v. 45, ed. 5, p. 1320-1328, 2021.

BUTLER, J. Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa da assembleia. 2º. ed. rev. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.

BUTLER, J. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira., 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo. FFLCH, 85p, 2007.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade: A era da informação: economia, sociedade e cultura. 1º. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2018. 602 p.

CESAR, Tamires Regina; PINTO, Vagner André. A produção intelectual da Geografia Brasileira, em torno das temáticas de Gênero e Sexualidade: uma visão a partir dos periódicos on-line. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 119-132, 2015.

CHAUNCEY, George. Gay New Yorker: Gender, urban culture and the making of the gay male word. Estados Unidos: Basic Books, 1994. 496 p.

COLLINS, Patrícia Hills; BILLGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo. Ed Boitempo, 2020.

CÔRREA, Roberto Lobato. Cultura, Política, Economia e Espaço. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 35, p. 27 - 39, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/18903/13701>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo. Ática. 1993.

CÔRREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Espaço e Cultura: Pluralidade Temática. 1º. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008

COSGROVE, Denis E. Social Formation and Symbolic Landscape. 1º. ed. Londres: University of Wisconsin Press, 1984. 332 p.

COSTA, B. P. da. Práticas espaciais de “pegação” homoerótica: o caso dos banheiros públicos nas cidades de Presidente Prudente- SP e Vitória da Conquista -Ba. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero. Vol 5, n 1, UPEG. Ponta Grossa-PR, 2014.

COSTA, B. P. da. Práticas espaciais de “pegação” homoerótica: o caso dos banheiros públicos nas cidades de Presidente Prudente- SP e Vitória da Conquista -Ba. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero. Vol 5, n 1, UPEG. Ponta Grossa-PR, 2014.

COSTA, B.P. da. Microterritorializações e microterritorialidades urbanas. Revista Terr@ Plural, vol 11, n 1, UEPG. Ponta Grossa -PR, 2017.

COULON, Alain. A Escola de Chicago. (Tradução Tomás Bueno). Campinas, São Paulo.: Papirus, 1995.

DUARTE, Aluizio Capdeville. A área central do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Divisão de Geografia (org.). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1967.

ELIAS, Nobert; e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio a edição alemã – Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000.

FOUCAULT , Michel. História da Sexualidade:: o uso dos prazeres. 5º. ed. atual. São Paulo: Paz & Terra, 2014. 320 p.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade – a vontade de saber. São Paulo. Ed Graal, vol 1, 14ª edição, 2001

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: O cuidado de si. 8º . ed. rev. São Paulo: Paz & Terra, 2020. 320 p.

FRANÇA, Isadora Lins. Cercas e Pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS em São Paulo. São Paulo. Universidade de São Paulo. Dissertação (mestrado), 2006

FRANÇA, Isadora Lins. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades em São Paulo. 291 p. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010

FRY, Peter e MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo. Abril Cultural: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985

GÓIS, Marcos Paulo Ferreira. Paisagens Noturnas Cariocas: Formas e práticas da noite na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. UFRJ. Tese (Doutorado em Geografia), 2015.

GOMES, Paulo César da Costa. A Condição Urbana: Ensaio da geopolítica da cidade. Rio de Janeiro, 304 p, 2002.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 310 p, 1993.

- GREEN, James N & QUINALHA, Renan (Orgs). Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistências e a busca pela verdade. São Carlos: EDUfscar, 332p, 2014.
- GREEN, James N. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução: Cristina Filho e Cássio Arantes Leite. 2 ed. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.
- GUIMARÃES, Carmem. O Homossexual visto por entendidos. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Dissertação de Mestrado, 1977
- HALBERSTAM, Judith. In a queer Time and Place: a transgender bodies, subcultural lives. New York, New York University Press, 2005.
- HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito a cidade a revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo. Editora Martins Fontes. 294 p. 2012.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo. Loyola. 1992
- HARVEY, David. Justiça Social e a Cidade. São Paulo. Hucitec. 1980
- JACOBS, Jane. Morte e Vida das Grandes Cidades. Coleção A. São Paulo. Ed Martins Fontes, 2000.
- KNOPP, Larry. From Lesbian and Gay to Queer Geographies: Past, Prospects and Possibilities. 1º. ed. Londres, UK: Routledge, 2007. 8 p
- KNOPP, Lawrence; LAURIA, Mickey. Gender relations as a particular form of social relations. Antipode, Londres, v. 19, p. 48 - 53, 1987.
- LAMPIÃO da Esquina. In: Lampião da Esquina. Grupo Dignidade, 2019. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 1 jun. 2021.
- LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Paris. Editions Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002
- LEFEBVRE, Henri. O Direito a Cidade. São Paulo, 1991
- LEZNOFF, Maurice; WESTLEY, William A. The Homossexual Community. Social Problems, Califórnia, v. 16, n. 2, p. 219 - 225, 1968.
- LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho- ensaios sobre sexualidade e a teoria queer. Belo Horizonte. Autêntica, 2004.

- MAGNANI, J.G.C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17, n 49, p 11-22, 2002.
- MAIA, Rousiley. Sociabilidade: apenas um conceito?. Revista de Comunicação Social, Belo Horizonte, n. 53, p. 4 - 15, 2001.
- MCINTOSH, Mary. The Homosexual Role. Social Problems, Califórnia, v. 16, ed. 2, p. 182-192, 1968.
- NABOZNY, Almir; SILVA, Joseli Maria. Desafios a análise do espaço urbano: interpretando textos marginais do discurso geográfico. Terra Livre, Presidente Prudente, ano 23, v. 2, n. 29, p. 15-28, 2007.
- NASCIMENTO, Bruno Pereira do. Reestruturação Espacial na Zona Portuária do Rio de Janeiro: Gentrificação e Coesão Espacial. 2017. 209 p. Dissertação de mestrado (Programa de Pós Graduação em Geografia - UFRJ) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- NERI, M. A nova classe média. Rio de Janeiro. CPS-FGV, 2008.
- O'DONNELL, Julia. A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890 -1940): Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- OKITA, Hiro. Homossexualismo: da opressão a libertação. São Paulo. Proposta Editorial, 1981.
- ORNAT, Márcio José. Sobre gênero, espaço e geografia feminista. Ponta Grossa -PR. Revista Terr@ Plural, vol. 2, 2008
- PARK, Robert. A cidade: sugestões para investigações sociais no meio urbano [1916]. In: Velho, Otávio G (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.
- PARKER, Richard. Abaixo do Equador. Rio de Janeiro. Record, 2002.
- PEREIRA, Sandra de Oliveira. A presença das mulheres no ensino superior e o papel das políticas públicas de permanência nas universidades federais brasileiras. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores do Serviço Social, Espírito Santo, p. 1 - 15, 2018.
- PERLONGHER, Nestor. O negócio do michê. 2ª ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PHILLIPS, Richard. Introduction: spalities of transnational networks. Global Networks , Estados Unidos, v. 7, ed. 4, p. 383-391, 2007

PODMORE, Julie A; BAIN, Alison L. "No queers out here?" Metronomativity and the queer suburban. Wiley, Canadá, v. 2, p. 1-16, 2020.

PRECIADO, Paul B. Manifesto Contrassexual. Ed Zahar. São Paulo. nº 1, 2014.

RABHA, Nina de Carvalho Elias. Centro do Rio: perdas e ganhos na história carioca. 443 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RIBEIRO, Miguel Ângelo & MATTOS, Rogério Botelho de. Territórios da Prostituição de Rua na área central do Rio de Janeiro. In: Ribeiro, Miguel Ângelo (org). Território e Prostituição na metrópole carioca. São João de Meriti, Rio de Janeiro. Ecomuseu Fluminense. p 88-112, 2002.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo. Hucitec. 1996

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo. Hucitec. 1993

SANTOS, Milton. Manual de Geografia Urbana. São Paulo. Hucitec. 1981

SANTOS, Milton. O Centro da Cidade de Salvador. Salvador. Livraria Progresso. 1959

SENNET, Richard. O Declínio do Homem Público – As tiranias da intimidade. Ed Companhia das Letras. São Paulo, 1993

SILVA, Joseli Maria et al. Gênero e Geografia Brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo do saber. Revista da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa (ANPEGE), Goiás, v. 11, n. 15, p. 185-200, 2015

SILVA, Joseli Maria et al. Geografia e Diversidade: Gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades. Revista da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa (ANPEGE), Goiás, v. 12, n. 18, p. 229-244, 2016.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. Rio de Janeiro. GEOUERJ. Vol 1, p 1-17, 2008.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e Sexualidade na análise do espaço urbano. Florianópolis. GEOSUL. p 117-134, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa. Editora Toda Palavra. Ateliê Geográfico. p 254-257. 2011

- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Espaço Urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti. *Revista de Psicologia da UNESP, São Paulo*, v. 9, p. 83-93, 2010.
- SILVA, William Ribeiro da. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. Londrina. *GEOGRAFIA*, 2010.
- SILVA, William Ribeiro da. Centro e Centralidade: uma discussão conceitual. Universidade Estadual Paulista. *Revista Formação (online)*, 2001.
- SILVA, William Ribeiro da. Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, 280 p, 2006.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. In Botelho André (org). *Essencial Sociologia*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras. p 311-329, 2013.
- SMITH, Neil. *The New Urban Frontier: Gentrification and the revanchist city*. Londres, Uk: Routledge, 1996. 288 p. v. 1.
- SOJA, Edward W. *Postmetropolis: Estudios criticos sobre las ciudades y las regiones*. 3º. ed. rev. Madrid: Traficantes de sueños, 2008. 573 p
- SOUZA, André Felix. Lapa: um lugar central para a sociabilidade noturna. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro- Rio de Janeiro- 2013.
- SOUZA, M.L. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 192 p, 2003.
- SOUZA, M.L. O direito ao centro da cidade. Publicado em: 03/04/2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/04/37960/> (Acesso em 11/05/2021).
- SPIVAK, Gayatri. *Gender and International Studies*. *Millenium: Journal of International Studies*, Estados Unidos, v. 27, n. 4, p. 809- 831, 1998.
- SPOSITO, M Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. *Território*, Rio de Janeiro: UFRJ, v.3, p. 27 – 37, 1998.
- SPOSITO, M Encarnação Beltrão. Centralidade Intraurbana. *Conjuntura Prudente*. Presidente Prudente. UNESP, v.3, p. 49-54, 2002
- SPOSITO, M Encarnação Beltrão. O centro e as formas de centralidade urbana. *Revista Geografia*. São Paulo: UNESP. Vol. 10, p1-18, 1991.

TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. Territórios Homoeróticos em Belo Horizonte: um estudo sobre as interações sociais no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2003.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa Ação. Ed Autores Associados. São Paulo, 1986.

TORRES, Ribeiro Ana Clara. Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana. Caderno CHR. Vol 18, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 411- 422 p, 2005.

TOSTAS DOS REIS, Luís Carlos. Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista: um estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na Grande Vitória (ES). 2007. Tese de doutorado - Programa de Pós Graduação em Geografia, [S. l.], 2007.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. Ed. revista e ampliada. 4ª edição Rio de Janeiro. Record: 2000.

TRIVIÑO, Beatriz. Desarmar la Masculinidad: Los hombres ante la era del feminismo. Madrid, Ed Los Libros de la Catarata, 2021.

VALENTINE, Gill. (Hetero)sexing Spaces: Lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. Routledge, Londres, UK, ed. 1º, p. 1- 16, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. The modern world-system and evolution. Journal of World Systems , Estados Unidos, v. 1, p. 1 - 11, 1995.

WANG, Sean. Encountering Metronormativity: Geographies of Queer Visibility in Central New York. Wagadu, Estados Unidos, v. 12, n. 14, p. 1 - 34, 2014.

WEIGHTMAN, Barbara. Commentary: Towards A Geography of the Gay Community. Journal of Cultural Geography, v.1, n 2, p. 106 -112, 1981.

WHITACKER, Arthur Magon. Reestruturação Urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP. Presidente Prudente: UNESP, Tese (Doutorado em Geografia), 2003.

